

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**CURSO CPOG**  
**2019/2020**



**TII**

**MODELO ORGANIZACIONAL DO APOIO MILITAR DE EMERGÊNCIA  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**José Diogo Pessoa Arroiteia**  
**CMG M**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**MODELO ORGANIZACIONAL DO APOIO MILITAR**  
**DE EMERGÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS**

**CMG M José Diogo Pessoa Arroteia**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2019/2020

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**MODELO ORGANIZACIONAL DO APOIO MILITAR DE**  
**EMERGÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS**

**CMG M José Diogo Pessoa Arroteia**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2019/2020

Orientador: Brigadeiro-General Francisco José Fonseca Rijo

Coorientadora: Professora Doutora Teresa Maria Vicente Rodrigues

Pedrouços 2020



### **Declaração de compromisso antiplágio**

Eu, José Diogo Pessoa Arroteia, declaro por minha honra que o documento intitulado “Modelo organizacional do apoio militar de emergência das Forças Armadas”, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2019/2020 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 22 de julho de 2020

José Diogo Pessoa Arroteia



## **Agradecimentos**

Sem dúvida que este trabalho foi um dos maiores desafios que tive de enfrentar nos anos mais recentes da minha carreira, não só pela complexidade do tema, mas também pelo rigor e desafio que constitui a metodologia científica.

Foi um longo e enriquecedor percurso, do qual extraí vastos conhecimentos, considerando-me, assim, uma pessoa mais rica e mais bem preparada para enfrentar o futuro.

Nada disto seria possível sem a ajuda de um largo leque de pessoas que foram importantes no trilhar deste caminho, começando pelos meus orientadores, o Brigadeiro-General Francisco Rijo e a Professora Doutora Teresa Vicente, inextinguíveis no acompanhamento próximo, sempre que solicitado, levando-me aos limites que são exigidos nestas circunstâncias.

Aos docentes do Instituto Universitário Militar, a quem recorri sempre que necessitei e de quem recebi uma disponibilidade permanente para esclarecer as dúvidas metodológicas que foram surgindo.

Aos meus camaradas de curso, que sempre me apoiaram quando necessitei, facilitando o abrir de portas para contatos nos seus Ramos, e que vieram enriquecer de sobremaneira este estudo.

Por último, e não menos importante, à minha família, pela sua paciência e serenidade, proporcionando-me um ambiente propício à concentração que uma tarefa desta índole impõe.

A todos um bem-haja.



## Índice

1. Introdução .....	1
2. Contextualização do Apoio Militar de Emergência.....	5
2.1. Enquadramento conceptual.....	5
2.2. Metodologia.....	9
3. Estudo de caso: O modelo de Apoio Militar de Emergência.....	13
3.1. Apoio Militar de Emergência - Princípios fundamentais .....	13
3.2. Apoio Militar de Emergência - Organização.....	23
3.3. Apoio Militar de Emergência - Recursos .....	26
4. Discussão de resultados .....	28
4.1. Dados sociodemográficos.....	30
4.2. Apoio Militar de Emergência - Princípios fundamentais .....	31
4.2.1. Resultados .....	31
4.2.2. Discussão.....	34
4.2.3. Síntese conclusiva .....	36
4.3. Apoio Militar de Emergência - Organização.....	37
4.3.1. Resultados .....	38
4.3.2. Discussão.....	45
4.3.3. Síntese conclusiva .....	46
4.4. Apoio Militar de Emergência - Recursos .....	48
4.4.1. Resultados .....	48
4.4.2. Discussão.....	50
4.4.3. Síntese conclusiva .....	50
5. Conclusões .....	51
Referências bibliográficas .....	54

## Índice de Apêndices

Apêndice A —	Corpo de conceitos .....	Apd A-1
Apêndice B —	Questionário .....	Apd B-1
Apêndice C —	Guião da entrevista.....	Apd C-1



Apêndice D — Respostas ao <i>Request For Information</i> enviado a Espanha e França.....	
.....	Apd D-1

## Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura do TII.....	4
Figura 2 - ObE8 da DEEMGFA .....	6
Figura 3 - Capacidade AME <i>versus</i> DOTMLPII.....	9
Figura 4 - Conceito estruturante, dimensões, variáveis e indicadores.....	10
Figura 5 - Percurso da investigação, modelo análise e metodologia.....	12
Figura 6 - AME <i>versus</i> PROCIV.....	14
Figura 7 - Missões de interesse público.....	16
Figura 8 - Missões do Cenário C5 .....	17
Figura 9 - MIFA5.1 .....	18
Figura 10 - MIFA5.2 .....	19
Figura 11 - MIFA em que a capacidade AME é fundamental .....	19
Figura 12 - Enquadramento das missões/operações AME .....	20
Figura 13 - Ciclo da catástrofe <i>versus</i> tarefas AME (versão provisória) .....	22
Figura 14 - Princípios fundamentais AME (versão provisória) .....	23
Figura 15 - Representação/articulação das FFAA junto de outros sistemas nacionais .....	24
Figura 16 - PLACON conjuntos/Ramos.....	26
Figura 17 - Critérios de validação da análise de conteúdo .....	29
Figura 18 – Ciclo da catástrofe <i>versus</i> tarefas AME (versão final).....	35
Figura 19 - Estrutura da PDMC-AME .....	35
Figura 20 - Princípios fundamentais AME (versão final) .....	36
Figura 21 - Definição do conceito, capacidade e missões/operações AME.....	37
Figura 22 - Emprego da FRI/forças militares <i>versus</i> SGO.....	45
Figura 23 - Modelo macro AME .....	47

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Representatividade do questionário .....	30
Gráfico 2 - Conhecimento da documentação .....	30
Gráfico 3 - Experiência em AME.....	30
Gráfico 4 - Representatividade dos entrevistados .....	31



## Índice de Quadros

Quadro 1 - Terminologia AME e apoio das FFAA .....	15
Quadro 2 - Tarefas AME .....	21
Quadro 3 - Exemplo de aplicação dos critérios de validação .....	29
Quadro 4 - Definição de missões/operações AME (questionário) .....	31
Quadro 5 - Tarefas AME (questionário) .....	32
Quadro 6 - PDMC-AME (questionário) .....	32
Quadro 7 - AME <i>versus</i> MIFA (questionário) .....	32
Quadro 8 - AME <i>versus</i> MIFA (entrevista) .....	33
Quadro 9 - Atribuição da capacidade AME (questionário) .....	33
Quadro 10 - Atribuição da capacidade AME (entrevista) .....	34
Quadro 11 - Estrutura do CCOM de suporte ao AME (questionário) .....	38
Quadro 12 - Estrutura do CCOM de suporte ao AME (entrevista) .....	39
Quadro 13 - Ativação CE-CCOM/TOA dos meios (questionário) .....	39
Quadro 14 - Ativação CE-CCOM/TOA dos meios (entrevista) .....	40
Quadro 15 - Adequabilidade de modelos AME estrangeiros (questionário) .....	40
Quadro 16 - Autoridade de coordenação no TO (questionário) .....	40
Quadro 17 - Solicitação/ativação dos meios (questionário) .....	41
Quadro 18 - Articulação com os restantes APC (questionário) .....	41
Quadro 19 - Posicionamento dos meios (questionário) .....	41
Quadro 20 - Adequabilidade do modelo AME (entrevista) .....	42
Quadro 21 - PLACON (questionário) .....	42
Quadro 22 - PLACON (entrevista) .....	43
Quadro 23 - FRI <i>versus</i> AME (questionário) .....	43
Quadro 24 - FRI <i>versus</i> AME (entrevista) .....	44
Quadro 25 - FOpE <i>versus</i> AME (questionário) .....	44
Quadro 26 - FOpE <i>versus</i> AME (entrevista) .....	44
Quadro 27 - Valências AME (questionário) .....	48
Quadro 28 - Valências AME (entrevista) .....	48
Quadro 29 - CSI (questionário) .....	49
Quadro 30 - Meios da FRI <i>versus</i> AME (questionário) .....	49
Quadro 31 - Meios da FRI <i>versus</i> AME (entrevista) .....	50
Quadro 32 - Cenários e missões de emprego das FFAA .....	Apd A-1





Quadro 33 - Dados da UME.....	Apd D-1
Quadro 34 - Dados da DGSCGC.....	Apd D-2



## **Resumo**

O emprego das Forças Armadas no apoio a outras entidades estatais na prevenção e resposta a situações de emergência, tem sido uma constante ao longo do tempo. No entanto, após os trágicos incêndios rurais em 2017, esse emprego tem vindo a intensificar-se e a exigir uma melhor capacidade de resposta.

O presente estudo tem como objetivo propor um conjunto de contributos que permitam otimizar o modelo organizacional de emprego da capacidade de Apoio Militar de Emergência, no âmbito das dimensões da doutrina, da organização e dos recursos de material.

Para o efeito, esta investigação seguiu um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, aplicando um raciocínio indutivo, com base numa estratégia de investigação mista.

Os resultados alcançados demonstram que existem lacunas que carecem de ser colmatadas, para que a resposta militar, em situações de emergência, seja mais eficaz e eficiente.

Consequentemente, concluiu-se que, no âmbito do Apoio Militar de Emergência, numa perspetiva conjunta, a otimização do modelo implica a elaboração de uma publicação doutrinária enquadradora desta capacidade, a reformulação de métodos organizacionais ao nível estrutural e dos processos, tal como o reforço das atuais valências dos recursos de material.

**Palavras-chave:** Catástrofe, Emergência, Forças Armadas, Proteção Civil.



## **Abstract**

*The employment of the Armed Forces in supporting other state entities in the prevention and response of emergency situations has been a constant over time. However, after the severe rural fires in 2017, this employment has been intensified, requiring better responsiveness.*

*This research aims to propose a set of contributions to allow the optimization of the organizational model of employment of the Emergency Military Support capability, within the scope of the dimensions of doctrine, organization, and material resources.*

*Aiming this goal, this investigation has followed a case study design, applying an inductive reasoning, based on a mixed-methods research strategy.*

*The results achieved show that is required to fill gaps, so that the military response, in emergency situations, can be more effective and efficient.*

*Consequently, it was concluded that, within the framework of Military Emergency Support, from a joint perspective, the optimization of the model implies the elaboration of a doctrinal publication framing this capability, the reformulation of organizational methods at the structural and process levels, as well as strengthening of the current valences of material resources.*

**Keywords:** *Disaster, Emergency, Armed Forces, Civil Protection.*



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADJPC	Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior-General das Forças Armadas
AH	Apoio Humanitário
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
AME	Apoio Militar de Emergência
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APC	Agente de Proteção Civil
C2	Comando e Controlo
C3	Comando, Controlo e Comunicações
CCDF	Comissão Distrital da Defesa da Floresta
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM	Comando Conjunto para as Operações Militares
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CCORM	Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CE	<i>Crisis Establishment</i>
CE-CCOM	<i>Crisis Establishment</i> do Comando Conjunto para as Operações Militares
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEM-FRI	Chefe do Estado-Maior da Força de Reação Imediata
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CGerCIMIC	Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar
CIGeoE	Centro de Informação Geoespacial do Exército
CIMFA	Centro de Informação Meteorológica da Força Aérea
CM	Câmara Municipal
CMETOC	Centro Meteorológico e Oceanográfico Naval
CMF	Conjunto Modular de Forças
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
COA	Comando Operacional dos Açores
COM	Comando Operacional da Madeira



CONEPC	Comandante Nacional de Emergência de Proteção Civil
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i> 2019
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
CROEPCA	Centro Regional de Operações de Emergência e Proteção Civil dos Açores
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSI	Comunicações e Sistemas de Informação
CTI	Comissão Técnica Independente
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DCIR	Defesa Contra os Incêndios Rurais
DEEMGFA	Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas
DIPLAEM	Divisão de Planeamento Estratégico Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas
DIROP	Diretiva Operacional
DLR	Decreto Legislativo Regional
DOTMLPII	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade
DGSCGC	Direction Générale de la Sécurité Civile et de la Gestion des Crises
DOI	Departamento Operacional Interagências
EM-FRI	Estado-Maior da Força de Reação Imediata
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
FA	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FOpE	Forças de Operações Especiais
FPAS	Forças Permanentes em Ação de Soberania
FRI	Força de Reação Imediata
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GEOMETOC	Geográficos, Meteorológicos e Oceanográficos
HF	<i>High-Frequency</i>
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IUM	Instituto Universitário Militar
LA	Linha de Ação



LBPROCIV	Lei de Bases da Proteção Civil
LDN	Lei Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIFA	Missões das Forças Armadas
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radioativo
NEO	<i>Non-combatant Evacuation Operation</i>
NP	Núcleo Permanente
NP-AME	Núcleo Permanente do Apoio Militar de Emergência
NP-CGerCIMIC	Núcleo Permanente da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar
NP-FRI	Núcleo Permanente da Força de Reação Imediata
ObE	Objetivo Estratégico
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCO	Posto de Comando Operacional
PDMC	Publicação de Doutrina Militar Conjunta
PDMC-AME	Publicação de Doutrina Militar Conjunta – Apoio Militar de Emergência
PE	Plano de Emergência
PLACON	Planos de Contingência
PROCIV	Proteção Civil
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RA	Regiões Autónomas
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RAME	Regimento de Apoio Militar de Emergência
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RepDistFFAA	Representante Distrital das Forças Armadas
RepRegFFAA	Representante Regional das Forças Armadas
SF	Sistema de Forças



SG-SSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SNPCE	Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência
TO	Teatro de Operações
TII	Trabalho de Investigação Individual
TN	Território Nacional
TOA	<i>Transfer Of Authority</i>
UAME	Unidade de Apoio Militar de Emergência
UME	Unidad Militar de Emergencias
UNHCR	United Nations High Commission for Refugees
UIISC	Unités d'Instruction et d'Intervention de la Sécurité Civile
WHO	World Health Organization



## 1. Introdução

### Enquadramento e justificação do tema

O conceito de Apoio Militar de Emergência (AME) emerge do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 19/2013, de 5 de abril), estabelecendo a criação de uma unidade, sem aumento de efetivos, para aprofundar a capacidade de resposta das Forças Armadas (FFAA) em situações de catástrofe e calamidade.

Consequentemente, o Conceito Estratégico Militar (CEM) (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014), atribui essa capacidade ao Exército, numa perspetiva de duplo uso, o que se concretizou, em 2016, com a edificação do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME) (Exército, 2019a), unidade aprontadora da Unidade de Apoio Militar de Emergência (UAME).

Não obstante esta capacidade estar atribuída ao Exército, os trágicos incêndios rurais de 2017 conferiram ao AME um cariz maioritariamente conjunto, com forças dos três Ramos a atuarem, em simultâneo, no mesmo teatro de operações (TO) ou em TO distintos.

Nesta sequência foi promulgada a Diretiva Operacional (DIROP) n.º 032 do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) (2018d), que reflete o atual modelo organizacional do AME, definindo a forma como as FFAA, ao nível operacional, colaboram com a proteção civil (PROCIV), pelo que não representa doutrina<sup>1</sup> militar conjunta.

Esta DIROP contempla diversos processos de articulação entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e os Ramos e com as estruturas do sistema de PROCIV, tal como elenca os recursos de material a empregar neste âmbito. No entanto, esta DIROP não é revista desde 2018, pelo que importa revisita-la, de forma a identificar necessidades de atualização e processos em falta.

Nesta sequência, constata-se que o atual modelo organizacional de emprego da capacidade de AME, doravante designado por “modelo”, apresenta lacunas e desatualizações ao nível da (dimensões de investigação):

- Doutrina (conjunta), face à sua inexistência;
- Organização, em termos de estrutura e processos;
- Utilização de recursos de material.

---

<sup>1</sup> “*Fundamental principles by which the military forces guide their actions in support of objectives.*” (OTAN, 2018, p. 43).





Assim, perante estas vulnerabilidades e a crescente intensidade e extensão dos impactos provocados pelos acidentes graves/catástrofes, que tem causado um incremento da frequência, diversidade e dimensão do emprego do AME (e.g., crise energética e reconstrução do porto da ilha das Flores, em 2019, e principalmente na atual pandemia), torna-se evidente a contemporaneidade e a relevância da presente temática e a necessidade de se analisar e rever o atual modelo (problemática da investigação) rumo à sua otimização.

### **Objeto de estudo e sua delimitação**

Considerando que, *a priori*, o modelo está identificado como objeto e conceito estruturante do presente estudo, importa delimitá-lo (Instituto Universitário Militar [IUM], 2019, p. 42):

- Do ponto de vista temporal, a partir de 2013, data em que o conceito de AME emerge no CEDN, até ao período pré-*Corona Virus Disease* 2019 (COVID-19)<sup>2</sup>;
- Em termos de espaço, o modelo aplica-se a todo o território nacional (TN), apesar da legislação própria de PROCIV existente nas Regiões Autónomas (RA) (Decreto Legislativo Regional [DLR] n.º 7/99/Açores, de 19 de março; DRL n.º 17/2009/Madeira, de 30 de junho);
- Ao nível do conteúdo, será analisado o atual modelo, numa perspetiva de otimização, em três dimensões: doutrina, organização e recursos de material (doravante apenas “recursos”).

O presente estudo enquadra-se, no âmbito das Ciências Militares, no domínio das “Operações Militares” (Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM, 2019), relativamente ao emprego de capacidades militares na resposta a emergências complexas.

De forma a facilitar a compreensão deste trabalho, inclui-se, no Apêndice A, um corpo de conceitos.

### **Objetivos da investigação**

Foi estabelecido como Objetivo Geral (OG) da investigação “Propor contributos ao modelo de emprego das FFAA no âmbito do AME”, com três Objetivos Específicos (OE) associados:

- OE1: Propor os princípios fundamentais do AME;
- OE2: Propor a organização mais adequada do AME;
- OE3: Propor os recursos mais apropriados a incluir na capacidade do AME.

---

<sup>2</sup> Como data limite considera-se 13 de março de 2020, correspondente à declaração da Situação de Alerta (Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março).



### **Questões da investigação**

De forma a alcançar os objetivos supramencionados, foi estabelecida a Questão Central (QC) “Como otimizar o modelo do AME das FFAA, de forma a incrementar a sua eficácia e eficiência?”, com três Questões Derivadas (QD) associadas:

- QD1: Como caraterizar os princípios fundamentais do AME?
- QD2: Qual a organização mais adequada do AME?
- QD3: Quais os recursos mais apropriados a incluir na capacidade do AME?

### **Síntese da metodologia da investigação**

Em termos metodológicos, realizou-se uma investigação aplicada, adotando-se um raciocínio indutivo, com base numa estratégia de investigação mista e seguindo um desenho de pesquisa de estudo de caso.

Quanto ao método, a técnica de recolha de dados assentou num questionário de tipo misto (Apêndice B), tendo sido, posteriormente, conduzidas entrevistas semiestruturadas (Apêndice C), de forma a validar os resultados iniciais. Ambos os dados foram interpretados com base numa análise de conteúdo categorial. Os entrevistados abdicaram do anonimato e confidencialidade das respostas.

### **Organização do estudo**

A estrutura do Trabalho de Investigação Individual (TII) é composta por cinco capítulos (Figura 1):

- A presente introdução;
- O segundo dedicado (i) à contextualização do AME à luz da metodologia de edificação de capacidades da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) - Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade (DOTMLPPI) (OTAN, 2018, p. 23), (ii) ao modelo de análise e (iii) à metodologia;
- O terceiro focado no estudo de caso do modelo de AME, com base nas dimensões identificadas, definidas como unidades de análise;
- O quarto evidencia os resultados e a consequente discussão, respondendo, assim, às QD;
- O último contém as conclusões, dando-se resposta à QC e, assim, alcançando-se o OG, sintetiza as grandes linhas do procedimento metodológico seguido, avalia



os resultados obtidos, identifica os contributos para o conhecimento, apresentando, ainda, recomendações, limitações da investigação e sugestões para investigações futuras.

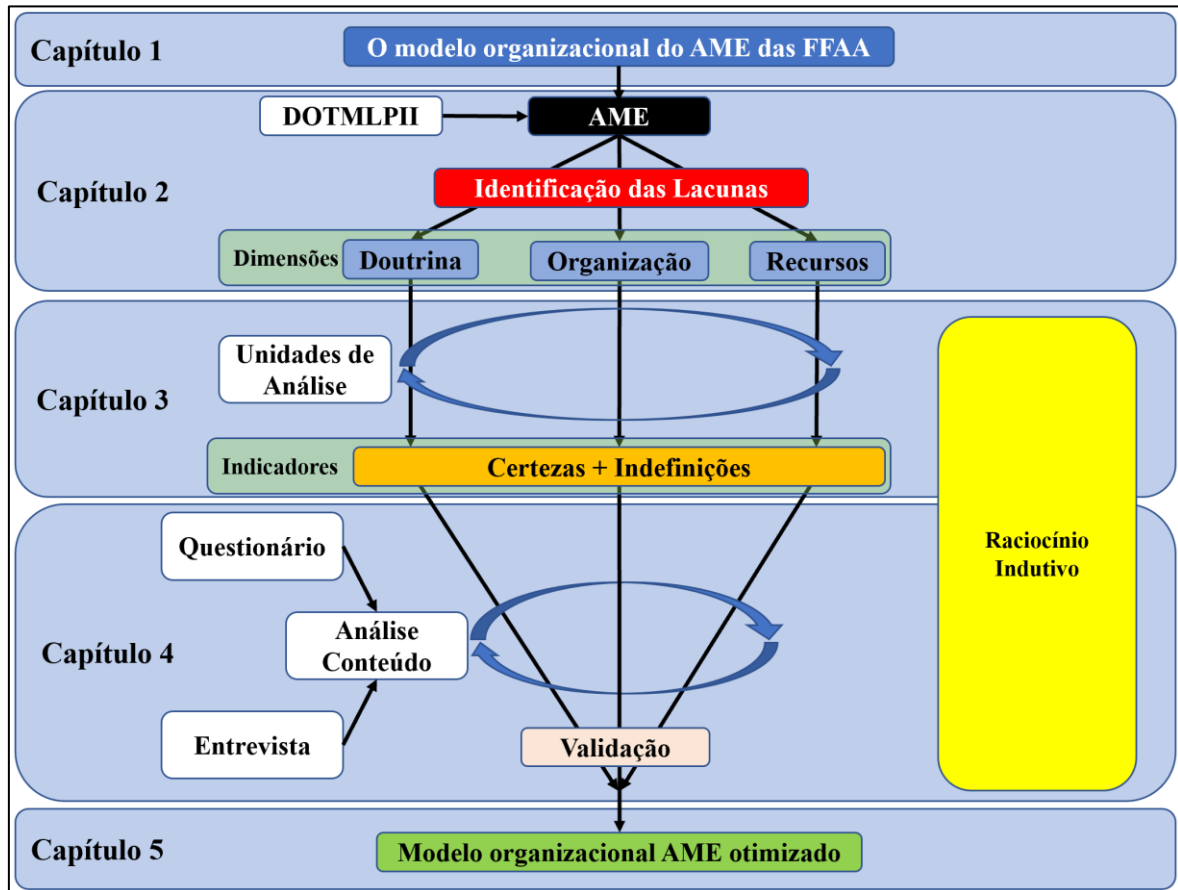


Figura 1 - Estrutura do TII



## **2. Contextualização do Apoio Militar de Emergência**

Após a justificação do presente estudo, irá agora efetuar-se o enquadramento conceptual do AME, assim como descrever-se a metodologia e o modelo de análise utilizados na investigação.

### **2.1. Enquadramento conceptual**

O emprego das FFAA em missões de PROCIV está prevista na Constituição da República Portuguesa, desde a quarta revisão constitucional (Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de setembro, art.º 275.º).

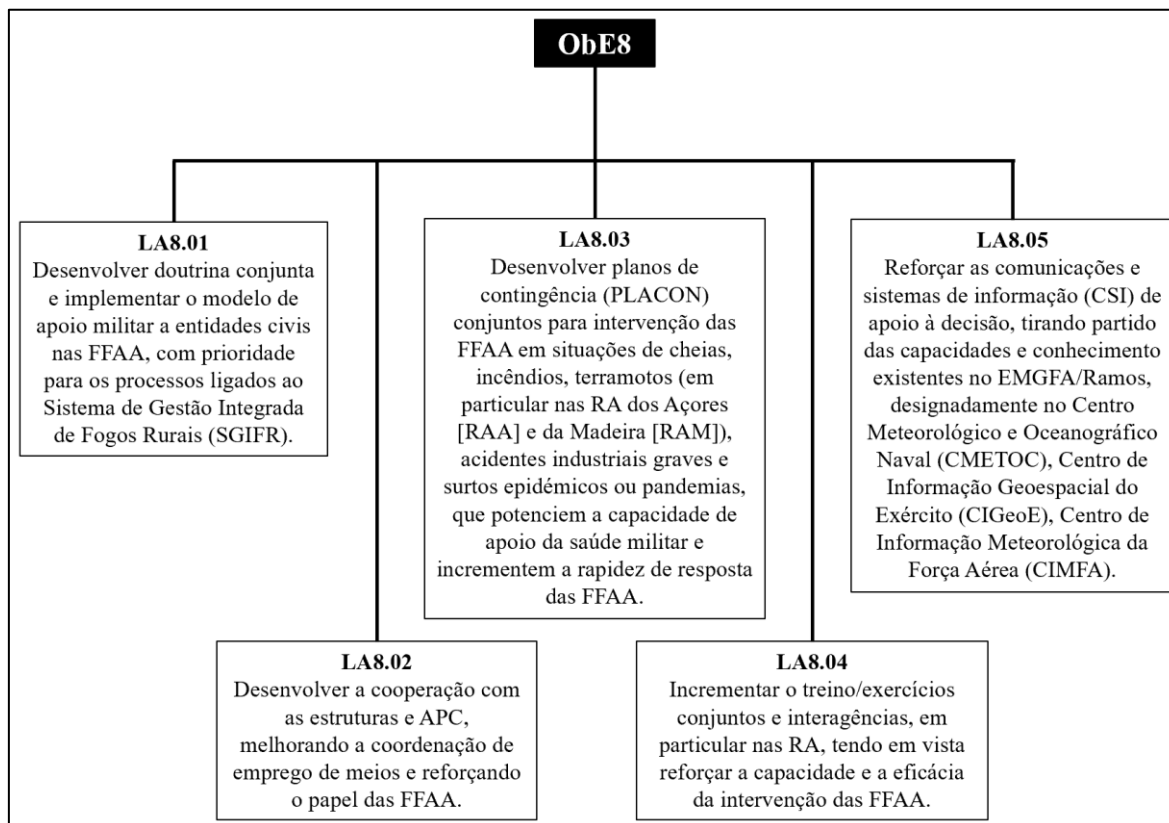
Igualmente, a participação das FFAA como agente de proteção civil (APC), em situações de acidentes graves ou catástrofes, encontra-se contemplada na Lei de Bases da Proteção Civil (LBPROCIV) (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho).

Este emprego verifica-se, também, na Lei de Defesa Nacional (LDN) (Lei n.º 1-B/2009, de 7 de julho) e na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho).

O anterior articulado está vertido na restante documentação estruturante militar, designadamente nas Missões das Forças Armadas (MIFA) (Conselho Superior de Defesa Nacional [CSDN], 2014a); no Sistema de Forças (SF) (CSDN, 2014b); culminando na Lei Orgânica do EMGFA (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro).

Contudo, sendo o AME uma capacidade militar, conforme estabelecido no CEM e no SF, considera-se oportuno aprofundar o seu enquadramento à luz da metodologia DOTMLPPII.

Assim, no contexto desta metodologia, torna-se mandatório analisar a Diretiva Estratégica do EMGFA (DEEMGFA) para o período 2018 a 2021, a qual estabelece o objetivo estratégico (ObE) n.º 8 - Otimizar o apoio das FFAA a emergências civis (CEMGFA, 2018c, pp. 21, 31) - do qual derivam cinco linhas de ação (LA) (Figura 2).



**Figura 2 - ObE8 da DEEMGFA**

Fonte: Adaptado a partir de CEMGFA (2018c).

Quanto à “Doutrina” militar conjunta (LA8.01) é um facto inegável a sua ausência quanto ao AME, tal como observado por Isabel (2018, pp. 44-46) que constatou que não há doutrina conjunta para atuação entre os diversos APC. Concomitantemente, Ferreira (2019, p. 20) conclui que as FFAA podem contribuir com capacidades próprias que trazem mais valias ao sistema, nomeadamente a produção de doutrina.

Quanto à natureza do apoio das FFAA às Forças e Serviços de Segurança (FSS), Castro, Lobão e Mirones (2017, pp. 15, 16) e Serra (2017, pp. 4, 42), concluem que apesar de ser maioritariamente do âmbito *security*<sup>3</sup>, também existe uma vertente *safety* (e.g., um ataque terrorista dá origem a um acidente grave).

Relativamente à existência de uma unidade conjunta de AME, Campos (2019, pp. 44, 45), conclui não ser consensual a existência de uma unidade conjunta operacional permanente para responder a situações de emergência. Por outro lado, o relatório da Comissão Técnica Independente (CTI, 2017, p. 172) menciona que “O atual RAME, na

<sup>3</sup> “Security is the protection against deliberate threats while safety is the aspect of being secure against unintended threats/accidents.” (differencebetween.net, 2019).



situação atual, não tem condições nem capacidade para ser verdadeiramente útil em operações de emergência.”.

Assim, face à ausência de doutrina e à indefinição quanto ao âmbito conjunto da capacidade de AME, esta matéria será aprofundada no capítulo seguinte.

No que respeita à “Organização” (LA8.01, LA8.02, LA8.03), como observado, o modelo do AME encontra-se na DIROP 032/CEMGFA/2018, incluindo diversos processos atinentes, nomeadamente, formas de colaboração/apoio e sua ativação/autorização, articulação/coordenação com a PROCIV, recursos a empregar, comando e controlo (C2) e CSI. Quanto aos PLACON conjuntos, apenas foi promulgado o Plano HEFESTO no âmbito da defesa contra os incêndios rurais (DCIR) (CEMGFA, 2018e). Por exemplo, no caso da crise energética de agosto de 2019 e na presente pandemia da COVID-19, tornou-se evidente a ausência de PLACON para o efeito.

Importa, ainda, referir que de acordo com Isabel (2018, pp. 44-46), existem deficiências e/ou dificuldades na articulação entre as FFAA e os restantes APC.

Por sua vez, Marques (2016, pp. 42, 43) conclui que o modelo da Unidad Militar de Emergencias (UME) de Espanha não tem aplicabilidade no nosso país, pelo facto de: (i) Espanha ter uma organização territorial diferente; (ii) o número de bombeiros por milhar de habitantes é mais do dobro em Portugal; (iii) a documentação estruturante nacional apenas prevê uma unidade de AME no Exército. Ainda ao nível estrutural, Guerra (2018, p. 45) conclui que o C2 conjunto deve ser assumido pelo CEMGFA, visto as valências serem disponibilizadas pelos três Ramos, e que não se deveria adotar modelos de intervenção de outros países. Numa visão contrária, a CTI (2017, p. 172) refere que o exemplo espanhol, numa escala adaptável à nossa realidade, permitiria ampliar o papel das FFAA.

Não sendo consensual a eventual adaptação nacional de modelos estrangeiros de AME, foi enviado, para Espanha e França, um *Request For Information*, através do Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares do EMGFA, cujas respostas traduzidas se encontram no Apêndice D.

Assim, face (i) às vulnerabilidades e assuntos não consensuais identificados; (ii) ausência de alguns processos no atual modelo (e.g., emprego da Força de Reação Imediata [FRI] e das Forças de Operações Especiais [FOpE]); e (iii) processos elencados que necessitam de serem revistos, por não serem atualizados desde 2018, estes temas serão desenvolvidos no capítulo seguinte.



Relativamente ao “Treino” (LA8.04), as FFAA, desde 2018, têm participado em diversos exercícios de PROCIV, como o MONTEMURO (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil [ANEPC], 2018b) ou o CASCADE (ANEPC, 2019a), tal como os Ramos têm exercícios internos no âmbito do AME (e.g., FÉNIX) (Exército, 2019b). Adicionalmente, em 2020, o exercício anual conjunto LUSITANO estava previsto realizar-se na Madeira (EMGFA, 2020), de forma a validar o PLACON ATLÂNTICO (Operação de Resposta a Catástrofes nas RA), no entanto, devido à pandemia da COVID-19, foi cancelado.

No respeitante ao “Material” e “Pessoal”, a DIROP 032/CEMGFA/2018 e o Plano HEFESTO contêm uma lista detalhada dos recursos a empregar no AME. No entanto, importa relevar que é consensual a utilização das capacidades das FFAA no AME com base no princípio de duplo uso, tal como sublinhou o CEMGFA na utilização dos critérios de duplo uso na seleção dos projetos de reforço das capacidades operacionais, exemplificando com os navios patrulha oceânicos, os aviões KC-390 e as viaturas táticas ligeiras (Expresso, 2018).

Complementarmente, Macedo (2019, p. 8) refere que apesar de incumbir às FFAA a defesa militar, em situações particulares de catástrofes de grandes dimensões ou por esgotamento de recursos da PROCIV, os meios militares poderão ser usados a pedido da ANEPC. Adicionalmente, Campos (2019, p. 43) salienta que as FFAA têm capacidades únicas que estabelecem a diferença, sobretudo na fase inicial da resposta, face à sua prontidão, e nas fases seguintes, pela sua capacidade de sustentação. Um bom exemplo foi a utilização de veículos não tripulados no acidente da pedreira em Borba (Expresso, 2019).

Também Isabel (2018, p. 38) refere que poderá ser adequado o emprego da FRI em apoio às missões de PROCIV, mesmo que tenha de ser reforçada com mais meios das FFAA. Por outro lado, Campos (2019, p. 30) considera que existe indefinição quanto aos módulos da FRI a ativar para missões de apoio humanitário (AH) e de AME.

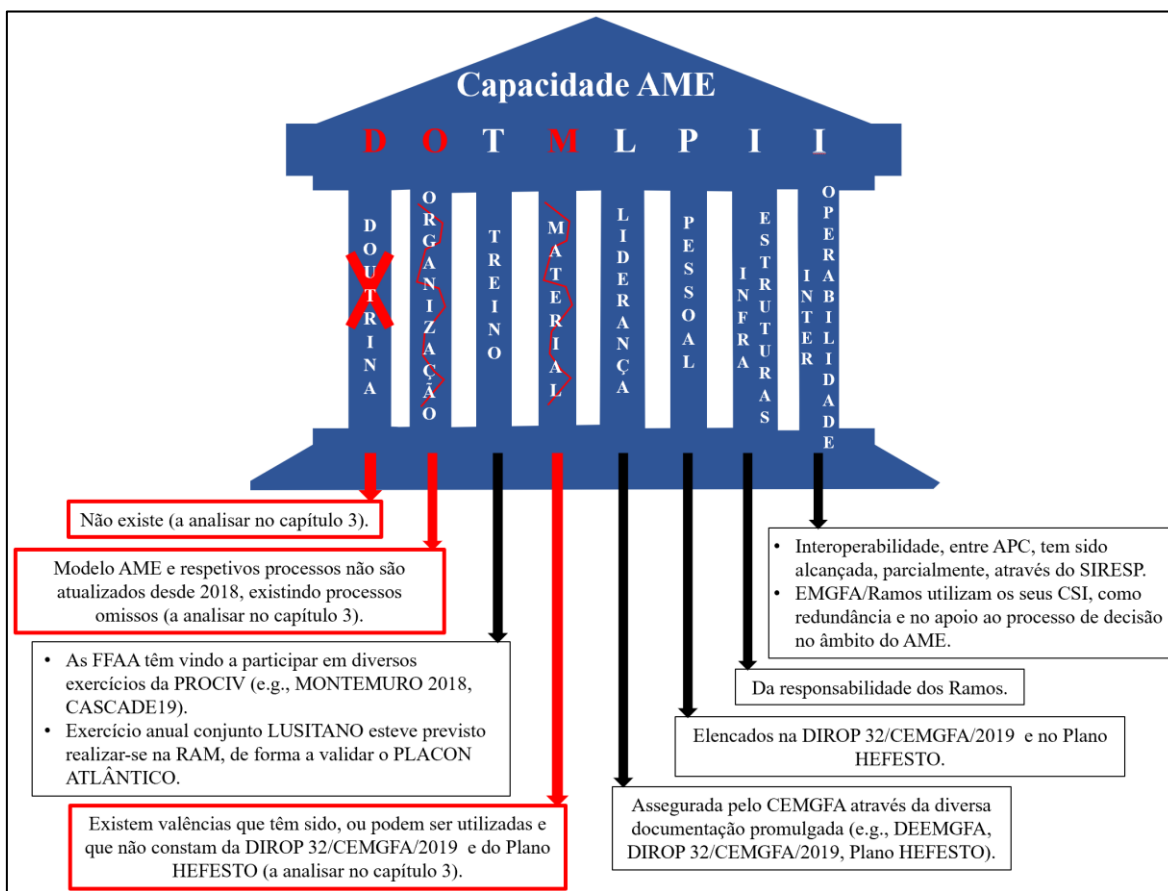
Nesta sequência, existindo valências/meios que têm sido, ou podem ser utilizados, e que não se encontram listados, os assuntos sobre recursos (“Material”) serão analisados no capítulo seguinte, incluindo as CSI.

Quanto à “Liderança”, esta está assegurada pelo CEMGFA através da diversa documentação conjunta referenciada neste estudo.

Relativamente às “Infraestruturas”, cada Ramo é responsável por utilizar e manter as infraestruturas que considera necessárias atribuir em suporte ao AME.

Respeitante à “Interoperabilidade” (LA8.05), apesar das ressalvas operacionais e tecnológicas feitas ao Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP, 2019) nos relatórios da CTI (2017, p. 147; 2018, p. 152), continua a ser o único sistema que garante interoperabilidade entre os diversos APC. Adicionalmente, verifica-se que o EMGFA e os Ramos utilizam as suas capacidades de CSI, tanto como redundância, tal como no apoio ao processo de decisão no âmbito do AME.

A Figura 3 faz uma síntese da apreciação à capacidade do AME à luz da metodologia DOTMLPPII.



**Figura 3 - Capacidade AME versus DOTMLPPII**

Fonte: Adaptado a partir de CEMGFA (2018c) e OTAN (2018).

## 2.2. Metodologia

Quanto ao modelo de análise, no domínio concetual, a presente investigação do tipo aplicada assenta no modelo do AME como conceito estruturante, nas três dimensões atrás referidas, em quatro variáveis (doutrina, estrutura, processos e meios) e em 12 indicadores (IUM, 2019, p. 61). A Figura 4 apresenta a arquitetura do conceito estruturante, dimensões, variáveis e indicadores.



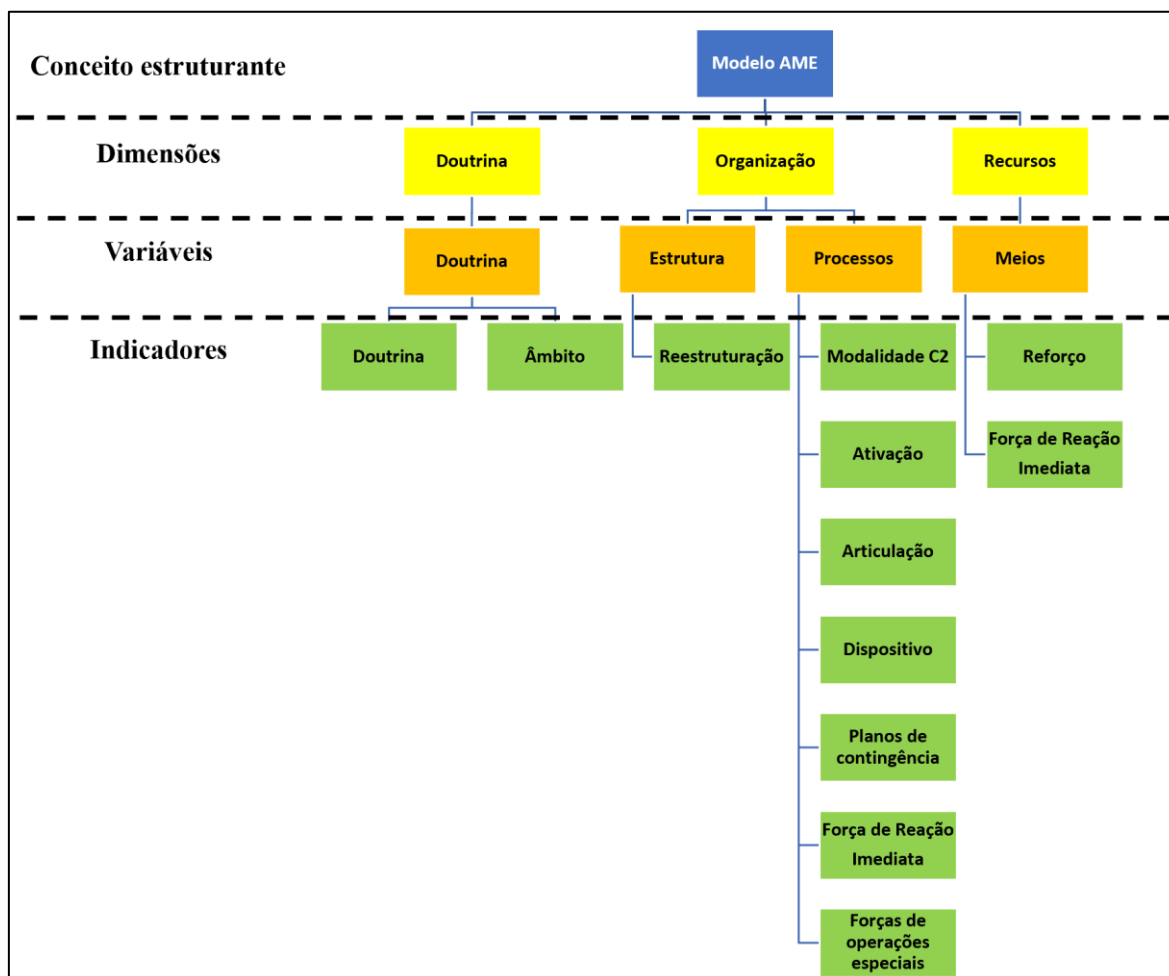


Figura 4 - Conceito estruturante, dimensões, variáveis e indicadores

No que respeita ao domínio metodológico (método), a recolha de dados resultou, maioritariamente, da aplicação de uma técnica não documental, por observação não participante (IUM, 2019, p. 94).

Inicialmente foi organizado um inquérito por questionário do tipo misto (IUM, 2019, p. 27). O questionário foi elaborado na ferramenta *Google Forms*, tendo sido realizado um pré-teste junto de três oficiais superiores especialistas da matéria, um de cada Ramo. Seguidamente, o questionário foi enviado por correio eletrónico a uma população-alvo de 64 chefias intermédias do EMGFA, do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) e dos Estados-Maiores, Comandos e Unidades Operacionais dos Ramos (amostragem não probabilística por escolha racional), especialistas na presente temática, tendo sido recebidas 37 respostas.

Posteriormente, de forma a validar as respostas do questionário, foi elaborada uma entrevista semiestruturada (IUM, 2019, p. 85) conduzida a 11 chefias de topo (comandantes/chefes das chefias intermédias às quais foi endereçado o questionário) do



EMGFA, do CCOM, dos Comandos Operacionais dos Ramos e ao Comandante Nacional de Emergência de PROCIV (CONEPC).

Os dados do questionário e das entrevistas foram depois submetidos a uma análise de conteúdo do tipo categorial (IUM, 2019, p. 120). Optou-se por um modelo fechado (Dionne & Laville, 1999) para as questões fechadas, estabelecendo-se categorias *a priori* (Stemler, 2001), e por um modelo aberto para as questões abertas do tipo de opinião, identificando-se categorias emergentes, decorrentes da própria análise. No modelo aberto, foram utilizadas frases como unidades de registo (Weber, 1990).

Relativamente à metodologia, assumiu-se uma posição de construtivismo e interpretativista, na perspetiva ontológica e epistemológica, respetivamente. O raciocínio adotado foi indutivo, face à convergência das dimensões identificadas num novo modelo. Aplicou-se uma estratégia de investigação mista, por “triangulação” de métodos, com o objetivo de obter convergência, corroboração e complementaridade dos resultados. Face à contemporaneidade do tema investigado, o desenho de pesquisa utilizado foi o estudo de caso (Yin, 2003, p. 24), numa perspetiva de horizonte temporal transversal (IUM, 2019, pp. 16, 18, 29, 33, 36, 128).

A Figura 5 apresenta o percurso da investigação, incluindo o modelo de análise e a metodologia.

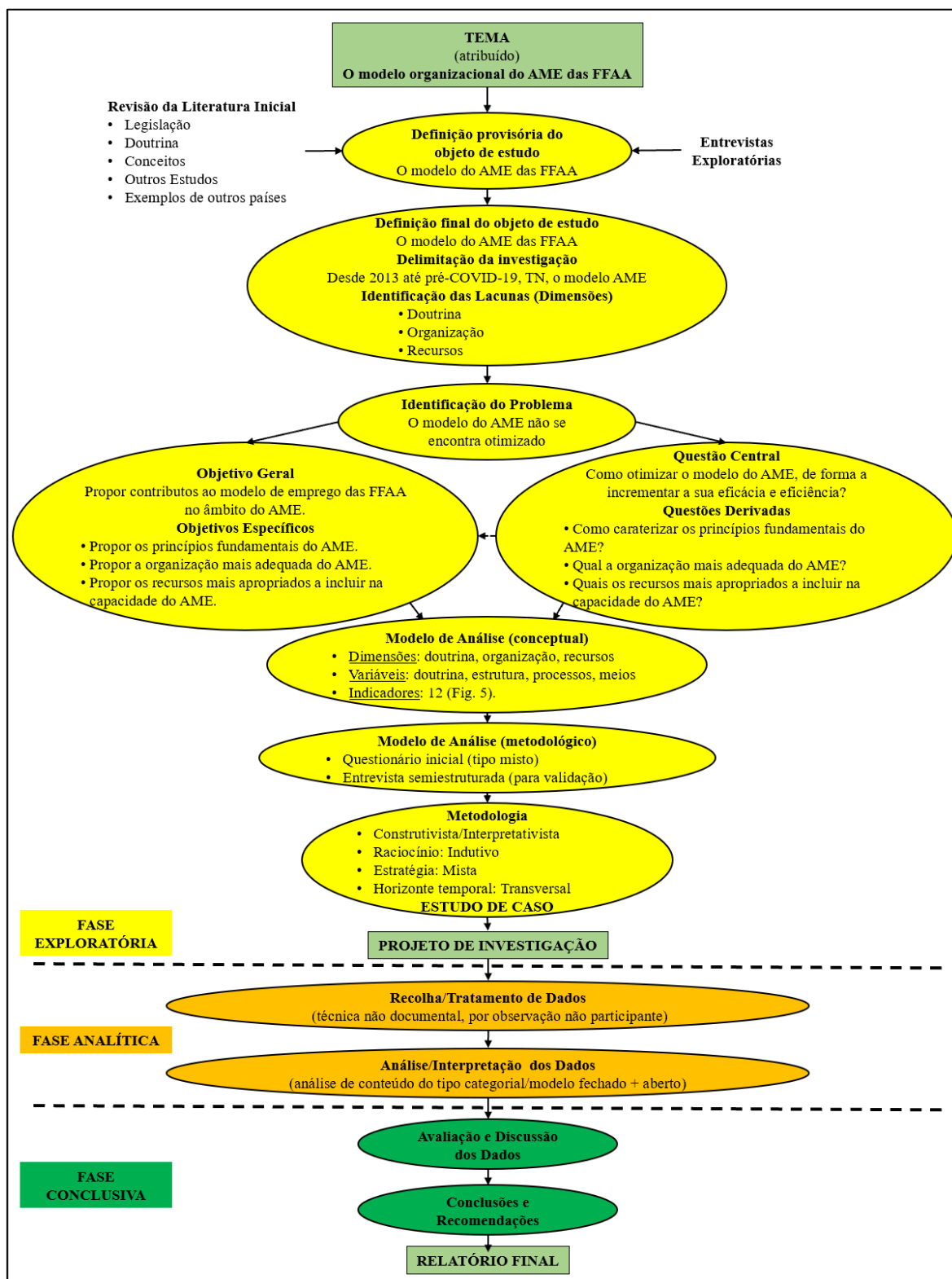


Figura 5 - Percurso da investigação, modelo análise e metodologia



### **3. Estudo de caso: O modelo de Apoio Militar de Emergência**

Na sequência da contextualização do AME à luz da metodologia DOTMLPPII, importa agora aplicar o desenho de pesquisa às dimensões identificadas, as quais são definidas como unidades de análise, em consonância com o conceito de estudo de caso (Yin, 2003, pp. 43, 64), para que, *a posteriori*, indutivamente se alcance o modelo de AME otimizado.

#### **3.1. Apoio Militar de Emergência - Princípios fundamentais**

Face à ausência de doutrina militar conjunta, torna-se necessário caracterizar os respetivos princípios fundamentais, tal como identificar a definição de missões/operações de AME e as respetivas tarefas.

Conforme estabelecido no CEM, o AME assenta no princípio do duplo uso. Segundo Palma (2011, p. 44), este princípio baseia-se no emprego dos meios das FFAA no serviço público militar e não militar, potenciando sinergias e, numa base de complementaridade, racionalizando recursos e o respetivo apoio logístico. Assim, identifica-se o duplo uso como princípio fundamental, caracterizado pela flexibilidade de utilização das capacidades das FFAA.

Quanto à definição de AME, a palavra-chave “Emergência” apresenta um conjunto de particularidades que importa analisar, dado que é observada terminologia variada, ao nível da documentação estruturante, originando dificuldades de interpretação.

A definição de PROCIV é:

[a] atividade desenvolvida pelo Estado, [RA] e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas [para] prevenir [...] situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo [...]. (LBPROCIV, 2006, art.º 1.º)

Esta definição encontra-se alinhada com as quatro fases do ciclo da catástrofe (ou emergência), a saber: Prevenção (antes); Preparação da resposta (antes); Resposta à emergência (durante); e Recuperação ou reposição da normalidade (depois) (ANEPC, 2009, p. 13).

Adicionalmente, o art.º 57.º da LBPROCIV (2006) estabelece que as forças militares mantêm a sua cadeia de comando, sem prejuízo da necessária articulação com os comandos operacionais da PROCIV, enquanto o art.º 58.º institui que o apoio das FFAA pode ser programado, de acordo com os planos de emergência previamente elaborados, e não programado, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares. A Figura 6, demonstra a relação entre o AME e a PROCIV, que abrange os princípios



fundamentais da disponibilidade, caracterizado pelo facto do AME não ser a missão principal das FFAA, da prontidão, caracterizado pelo apoio programado e não programado das FFAA à PROCIV, da coordenação, caracterizado pelo apoio e articulação das FFAA aos comandos operacionais de PROCIV, do espaço, caracterizado pela aplicação do AME apenas ao TN, e da segurança, caracterizado pela salvaguarda da população e bens públicos (*safety*).

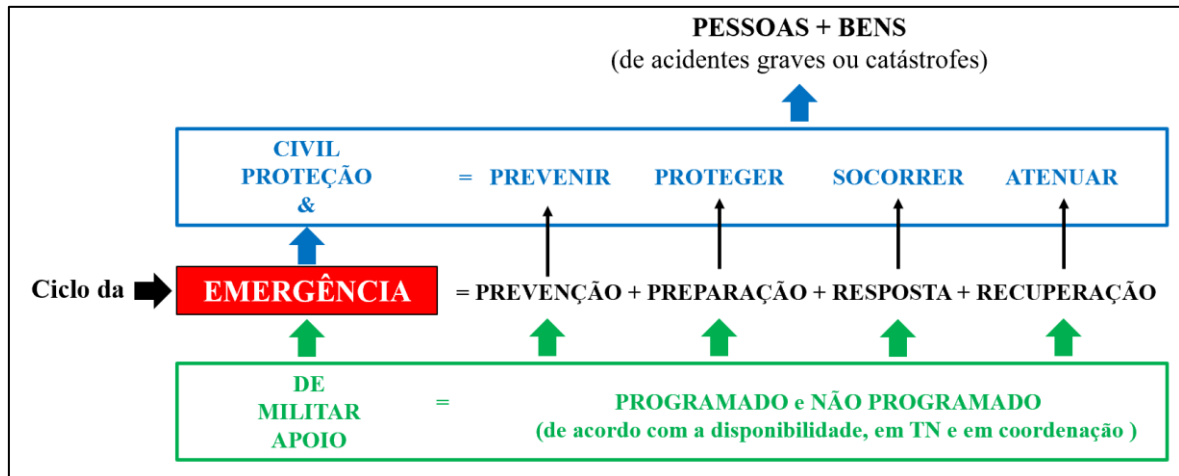


Figura 6 - AME versus PROCIV

Nesta sequência, o Quadro 1 esclarece a definição da terminologia associada ao AME e qual o tipo de apoio das FFAA previsto na legislação.



**Quadro 1 - Terminologia AME e apoio das FFAA<sup>4</sup>**

Termo	Definição	Apoio das FFAA
<b>Emergência</b>	“Qualquer acontecimento exigindo [...] resposta para além da rotina de modo a salvar vidas, proteger a propriedade, [...] ou diminuir ou evitar a ameaça de um desastre.” (ANEPC, 2009, p. 21)	De acordo com a LBPROCIV (2006, art.º 54.º): – “[...] prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; – Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; – Ações de busca e salvamento; – [...] apoio logístico para as operações; – Reabilitação de infraestruturas; – Execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos e [...] apoio em comunicações.” De acordo com a LBPROCIV (2006, art.º 50.º), colaboram na elaboração, operacionalização e execução dos planos de emergência (PE) de PROCIV.
<b>Acidente grave</b>	“Acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas [...] os bens ou o ambiente.” (LBPROCIV, 2006, art.º 3.º)	
<b>Situação de alerta, contingência e calamidade</b>	“Face à ocorrência ou iminência de ocorrência de [um acidente grave/catástrofe], é [necessário] adotar medidas [...] [-Alerta] preventivas [e/ou] especiais de reação; [-Contingência] preventivas [e/ou] especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal; [-Calamidade] [face] à sua previsível intensidade, [...] de caráter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida [...].” (LBPROCIV, 2006, art.º 9.º)	
<b>Catástrofe</b>	“Acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico [...].” (LBPROCIV, 2006, art.º 3.º)	- De acordo com a LBPROCIV (2006, art.º 54.º). - CEDN: Apoio à PROCIV em situações de catástrofe. - CEM: Forças Permanentes em Ação de Soberania (FPAS) conduzem missões de resposta a catástrofes.
<b>Calamidade pública</b>	“O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados nos casos [...] de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.” (Lei n.º 44/86, de 30 de setembro)	- Diferente dependência funcional entre as FFAA e outras entidades públicas (LBPROCIV, 2006, art.º 59.º). - Em estado de emergência, verifica-se um reforço do apoio das FFAA às autoridades administrativas civis, pelo que os princípios do AME continuam a aplicar-se, prevalecendo a vertente <i>safety</i> . - No estado de sítio prevalece a vertente <i>security</i> , passando as FFAA a serem apoiadas. - CEDN: Apoio à PROCIV em situações de calamidade pública.
<b>Emergência complexas</b>	Situações originadas por causas naturais ou não que requerem, num enquadramento internacional, ajuda humanitária (United Nations High Commission for Refugees [UNHCR], 2001; World Health Organization [WHO], 2002).	CEM: FRI conduz resposta nacional autónoma no âmbito AH.

Fonte: Adaptado a partir de ANEPC (2009), CEDN (2013), CEM (2014), Lei n.º 44/86 (1986), UNHCR (2001) e WHO (2002).

No âmbito da doutrina OTAN, no contexto das operações *Military contribution to humanitarian assistance*, existe a tipologia de operações de *Disaster Relief*, cuja definição é:

<sup>4</sup> Na Cimeira de Varsóvia (OTAN, 2016), ficou estabelecida a implementação da capacidade nacional de Resiliência (OTAN, 2020), em que um dos pilares fundamentais é o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência (SNPCE) e o outro é a capacidade militar das FFAA, na qual se inclui o AME, que tem demonstrado toda a sua importância na atual pandemia. O SNPCE foi extinto em 2012 (ANEPC, 2016), no entanto, foi recentemente restabelecido (Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho).



[...] *the organized response to render assistance to those affected by a disaster*<sup>5</sup>. *It requires rapid reaction, [...] services and transportation, rescue and evacuation of victims, the provision of food, [...] medical services, temporary shelter, technical assistance, and repairs to essential services.* (OTAN, 2015, p. 2-1)

No âmbito desta temática, importa agora identificar na documentação estruturante as tarefas atinentes às missões de AME, além das expostas no Quadro 1.

Todavia, importa previamente esclarecer que a expressão “em apoio da satisfação das necessidades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações”, inúmeras vezes utilizada, na sua essência, é um estado-final<sup>6</sup> desejado do AME, não sendo, *per si*, uma tarefa.

O CEDN introduz um conceito mais abrangente - missões de “interesse público”, valorizando o princípio do duplo uso (Figura 7).

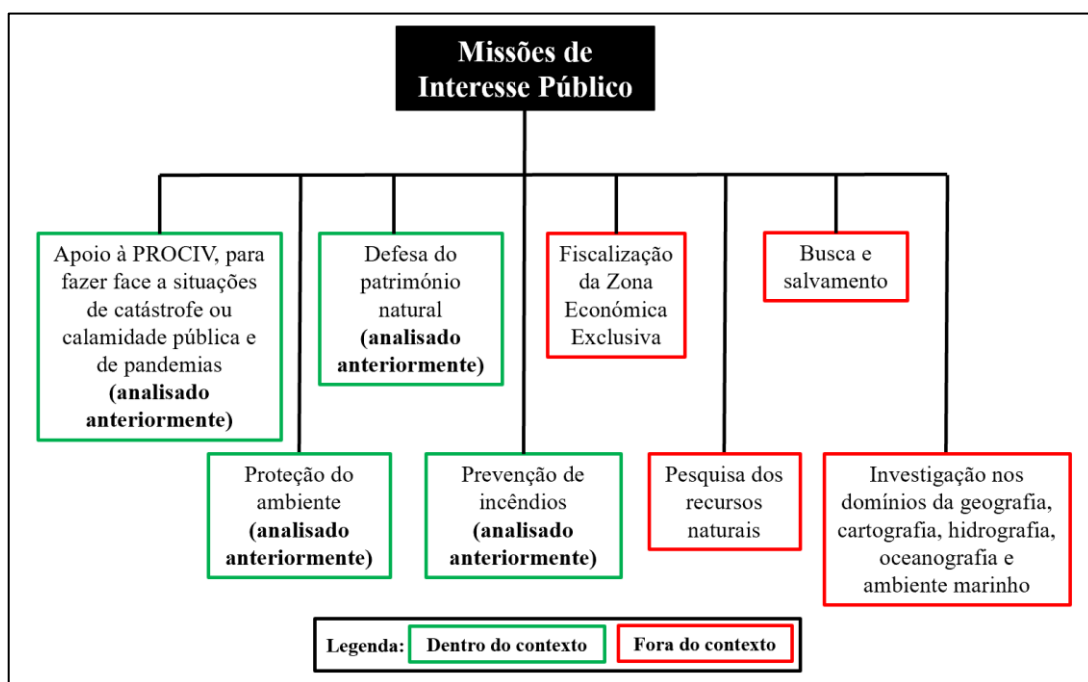


Figura 7 - Missões de interesse público

Fonte: Adaptado a partir de CEDN (2013).

Algumas destas atividades encontram-se desassociadas de acidentes graves/catástrofes: “fiscalização da Zona Económica Exclusiva”, ligada ao exercício da autoridade do Estado; “busca e salvamento”, atividade permanente e com legislação própria

<sup>5</sup> “A serious disruption of the functioning of a community [...] at any scale due to hazardous events interacting with conditions of exposure, vulnerability and capacity, leading to [...] human, material, economic and environmental losses and impacts.” (United Nations Disaster Risk Reduction, 2017).

<sup>6</sup> “End state - The political and/or military situation to be attained at the end of an operation, which indicates that the objective has been achieved.” (OTAN, 2018, p. 47).





de aplicação à Marinha (Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro) e à Força Aérea (FA) (Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro); “pesquisa dos recursos naturais” e “investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho”, enquadradas no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural.

No âmbito do CEM, foi estabelecido o Cenário 5 (C5) “Apoio ao desenvolvimento e bem-estar” (Figura 8).

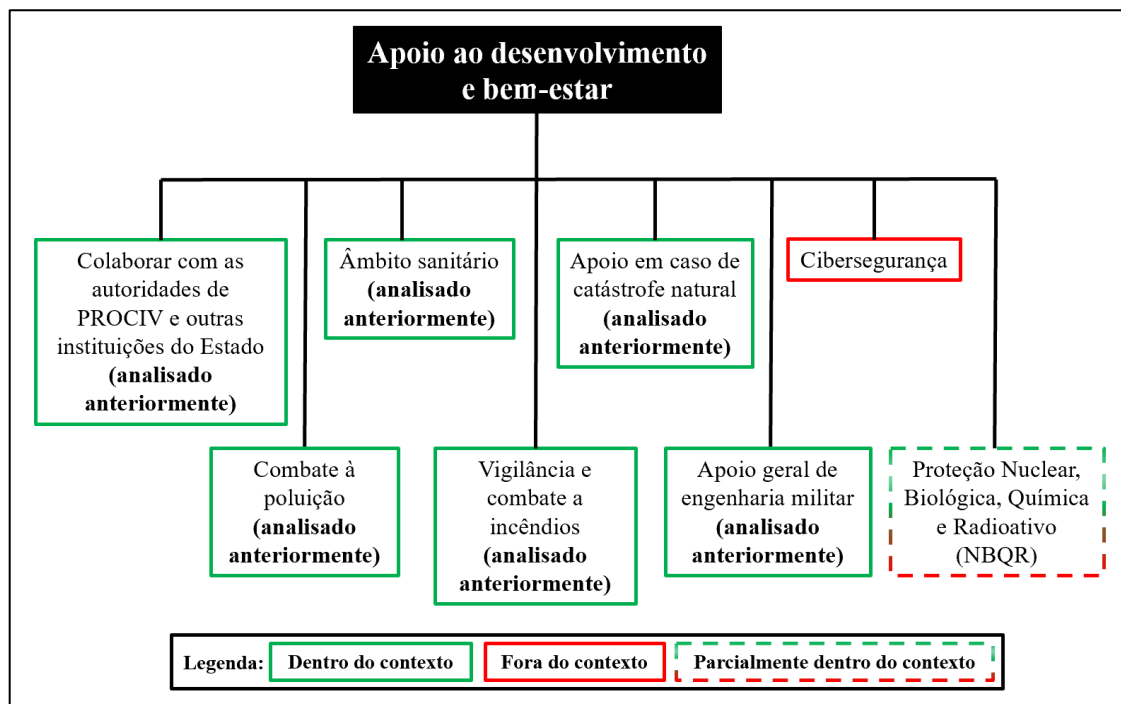


Figura 8 - Missões do Cenário C5

Fonte: Adaptado a partir de MDN (2014).

Também este documento vem introduzir tarefas não enquadradas no presente estudo, como a “cibersegurança”, por estar interligada a questões de defesa militar (Cenário 1.6) e com legislação própria (RCM n.º 92/2019, de 5 de junho).

Quanto à “Proteção NBQR”, um dos cinco perigos tecnológicos que podem dar origem a um acidente grave/catástrofe (ANEPC, 2019b), tem enfoque nas missões de “Cooperação com as [FSS]” (Cenário 1.7), que abrangem atividades de âmbito *security* e *safety*. De acordo com a Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto), as FFAA colaboram com FSS:

- Em matéria de segurança interna, assegurando entre si a articulação operacional. As orientações para a articulação operacional entre as FFAA e as FSS (CEMGFA & Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna [SG-SSI], 2020) recaem em incidentes tático-policiais graves (*security*);





- Em situações extraordinárias de acidentes graves/catástrofes (*safety*) que requeiram a intervenção do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)<sup>7</sup>, da PROCIV, sendo este colocado na dependência operacional do SG-SSI.

Seguidamente, as MIFA desdobram o Cenário 5 do CEM, em missões M5.1 (Figura 9) e M5.2 (“Apoio ao desenvolvimento”).

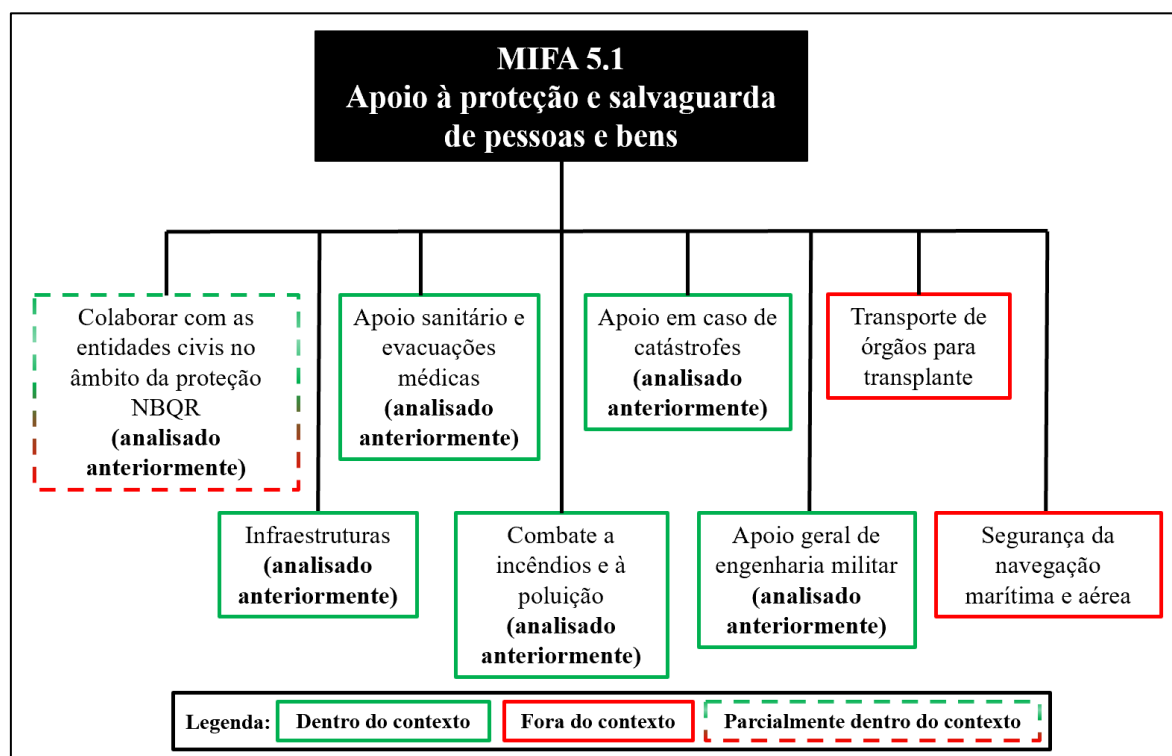


Figura 9 - MIFA5.1

Fonte: Adaptado a partir de CSDN (2014a).

Salienta-se que o “transporte de órgãos para transplante” é uma ação permanente das FFAA, normalmente não relacionada com acidentes graves/catástrofes, tal como “a segurança da navegação marítima e aérea” tem legislação própria (International Civilian Aviation Organization, 2016; International Maritime Organization, 1974).

Por sua vez, as M5.2 contemplam atividades como a hidrografia, oceanografia, informação geoespacial e meteorologia, que podem servir de suporte às missões de AME, através de produtos geográficos, meteorológicos e oceanográficos (GEOMETOC) disponibilizados pelo Instituto Hidrográfico, CMETOC, CIGeoE e CIMFA (Figura 10).

<sup>7</sup> “Conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os [APC] atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional [...]” (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho).

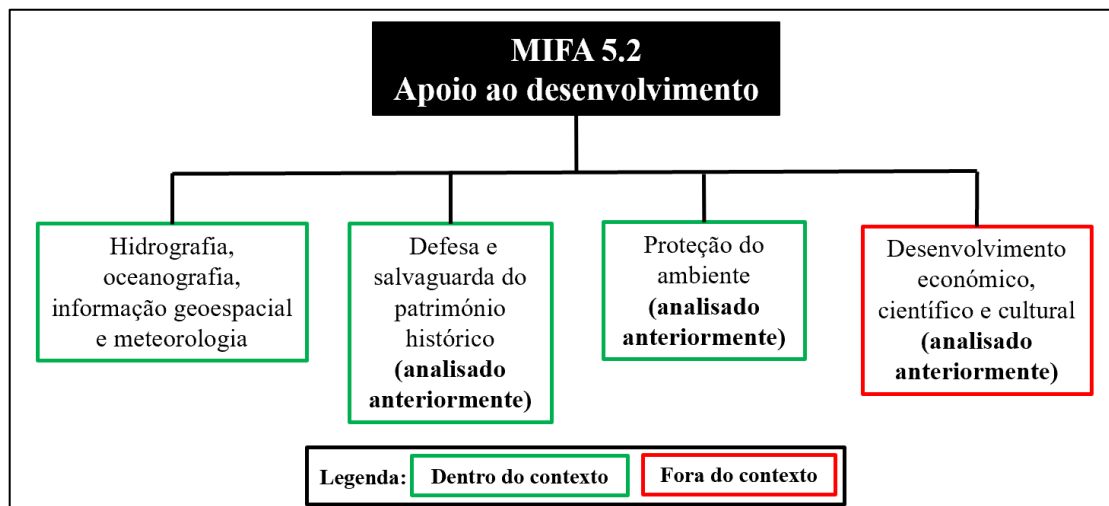


Figura 10 - MIFA5.2

Fonte: Adaptado a partir de CSDN (2014a).

Entretanto, o SF estabelece que a capacidade de AME é fundamental para a tipologia de missões descritas na Figura 11.

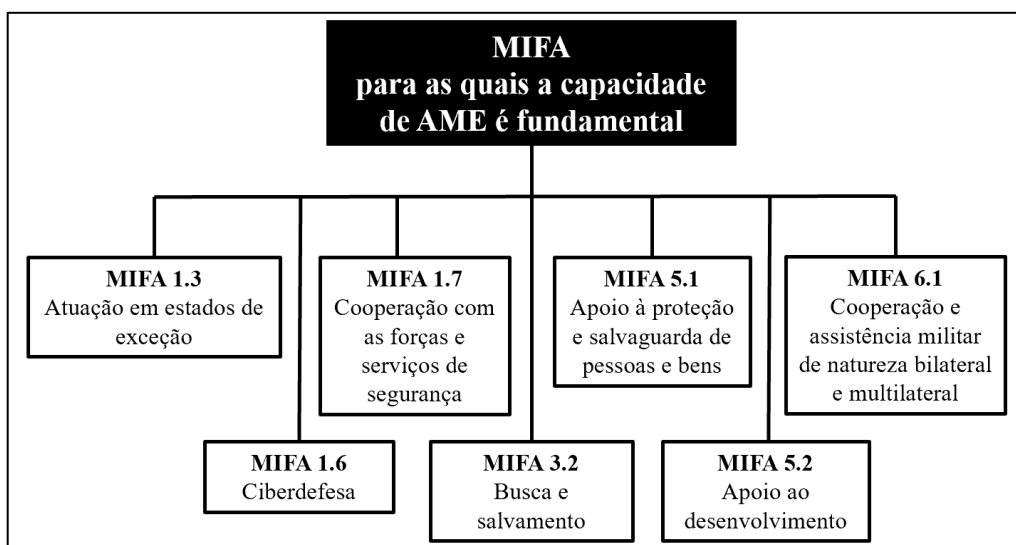


Figura 11 - MIFA em que a capacidade AME é fundamental

Fonte: Adaptado a partir de CSDN (2014b).

Tendo sido verificado que as M5.1 encontram-se enquadradas com o AME, as M1.3, M1.7 e M5.2 parcialmente enquadradas e as M1.6 e M3.2 fora do contexto do presente estudo, falta-nos observar o seu relacionamento com as M6.1 “Conduzir ações de formação e de treino no âmbito da Cooperação Militar [...], a fim de apoiar a política externa do Estado [...], nomeadamente no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa [CPLP]”. Estas missões são focalizadas em atividades fora do TN, com principal incidência na cooperação no domínio da defesa, pelo que não se enquadram no AME.

A Figura 12 demonstra o enquadramento das missões/operações de AME na tipologia de missões analisada.

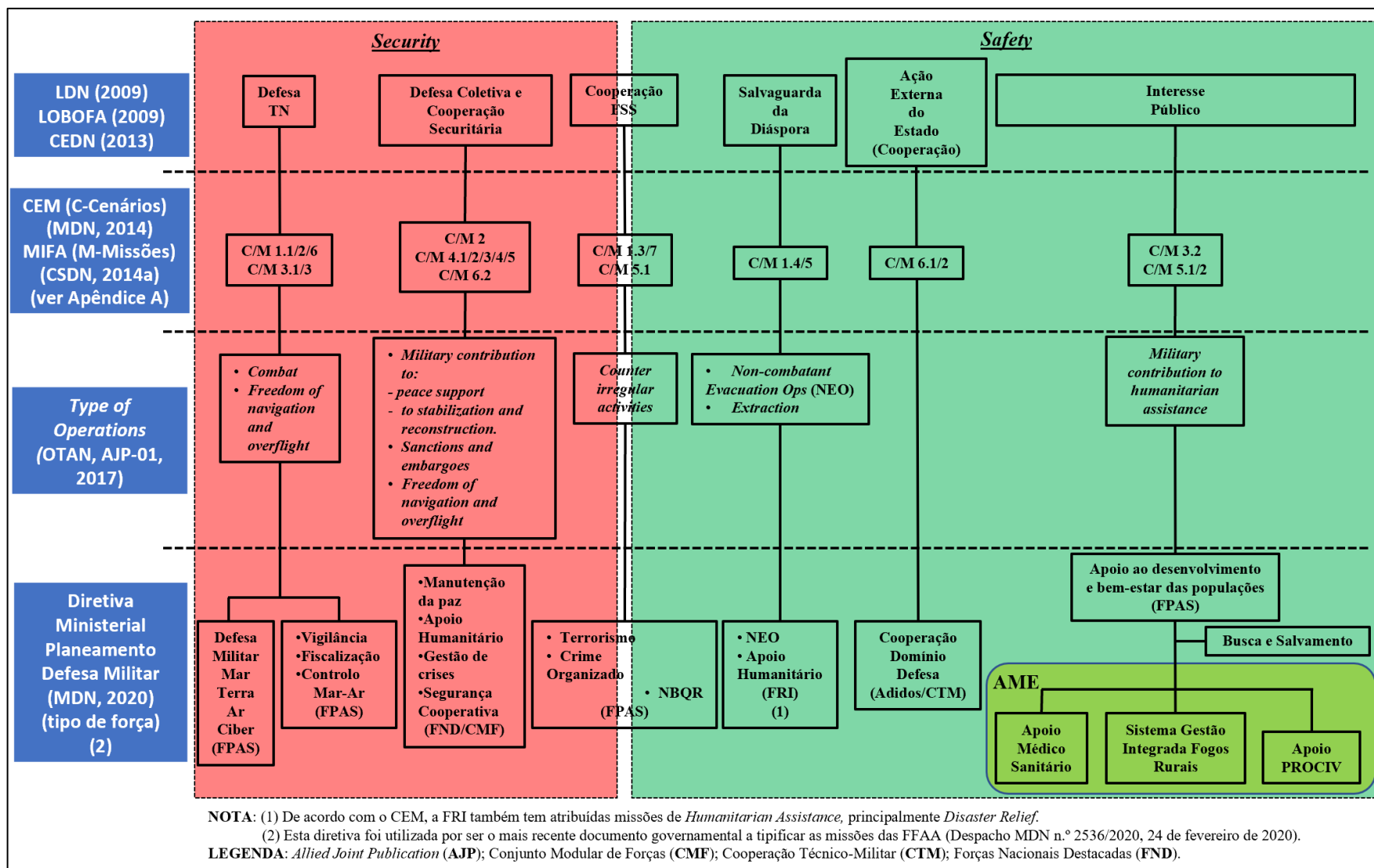


Figura 12 - Enquadramento das missões/operações AME

Fonte: Adaptado a partir de CSDN (2014a), LDN (2009), LOBOFA (2009), MDN (2014, 2020) e OTAN (2017).



Adicionalmente, no âmbito do SGIFR (RCM n.º 157-A/2017, de 21 de outubro; RCM n.º 12/2019, de 21 de janeiro):

- O EMGFA assina, anualmente, com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Protocolo FAUNOS (EMGFA & ICNF, 2019), no qual as FFAA, sem prejuízo da sua missão primária, participam em ações de patrulhamento, vigilância, prevenção, deteção, rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio;
- A FA tem o comando e gestão centralizados dos meios aéreos da DCIR, facto reforçado pela RCM n.º 139/2018, de 23 de outubro.

O Quadro 2 sintetiza as tarefas atribuídas às FFAA, no âmbito do AME, de acordo com a documentação observada.

**Quadro 2 - Tarefas AME**

TAREFAS	LB P R O C I V	C E D N	C E M F A	M I F A	S F	S G I F R	DIOP C E M G F A	H E F E S T O	F A U N O S
Busca e salvamento (no âmbito PROCIV)	X						X		
Proteção do ambiente (inclui o combate à poluição)	X	X	X	X	X			X	
Bem-estar sanitário/Apoio psicológico (incluindo epidemias/pandemias)	X		X	X	X		X	X	
Proteção NBQR			X	X	X		X		
Patrulhamento, vigilância, prevenção (inclui abertura de faixas de gestão de combustível), deteção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoio geral de engenharia militar (inclui reparação de caminhos florestais)			X	X	X		X	X	X
Evacuações médicas (inclui transporte de pessoas afetadas)				X	X		X	X	
Reabilitação infraestruturas	X			X	X		X		
Equipamentos e apoio logístico para as operações/população (Infraestruturas, incluindo para apoio de meios aéreos, Maquinaria, Eletricidade, Alimentação, Medicamentos, Água, Combustíveis)	X						X	X	
Patrulhamento/reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos	X						X		
Comando e gestão centralizados dos meios aéreos de DCIR						X			
Apoio em comunicações e em produtos GEOMETOC	X						X	X	
Alojamento/acampamento							X	X	
Participar em exercícios	X						X	X	
Apoio na preparação e implementação de planos de emergência aos diferentes níveis (nacional, regional, distrital e municipal)	X						X		

Fonte: Adaptado a partir de CEDN (2013), CEMGFA (2018d, 2018e), CSDN (2014a, 2014b), EMGFA-ICNF (2019), LBPROCIV (2006), MDN (2014), RCM n.º 157-A/17 (2017), RCM n.º 139/2018 (2018) e RCM n.º 12/2019 (2019).

Na sequência da anterior análise, estabelece-se como definição provisória para as missões/operações de AME:



Apoiar, de forma programada e não programada, a atividade de emergência e proteção civil, em todas as fases associadas a situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, de forma a salvaguardar a população e os bens de interesse público.

A Figura 13 identifica as tarefas associadas às missões/operações de AME, e como cada uma, maioritariamente, contribui para as fases do ciclo da catástrofe.

Ciclo da Catástrofe	Prevenção	Preparação	Resposta	Recuperação
	Avaliação do Risco	Emergência (Proteção e Socorro) (execução Planos de Emergência/Contingência)		Restabelecimento da normalidade
T a r e f a s  d e  A M E	Patrulhamento, vigilância, prevenção (inclui abertura de faixas de gestão de combustível), deteção (incêndios)		Apoio ao combate, rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio	
	Apoio na preparação/implementação de planos de emergência (nacional, regional, distrital e municipal)		Evacuações médicas (inclui transporte de pessoas afetadas)	
	Participar em exercícios		Busca e salvamento	
		Equipamentos e apoio logístico para as operações/população (Infraestruturas, incluindo para apoio de meios aéreos, Maquinaria, Eletricidade, Alimentação, Medicamentos, Água, Combustíveis)		
	Comando e gestão centralizados dos meios aéreos de DCIR			Reabilitação de infraestruturas
		Bem-estar sanitário/Apoio psicológico (incluindo epidemias e pandemias)		
		Patrulhamento/Reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos		
			Apoio geral de engenharia militar (inclui reparação de caminhos florestais)	
			Proteção NBQR	
		Apoio em comunicações e produtos GEOMETOC		
		Alojamento/acampamento		
		Proteção do ambiente (inclui o combate à poluição)		

Figura 13 - Ciclo da catástrofe *versus* tarefas AME (versão provisória)

Por último, a Figura 14 identificada os princípios fundamentais do AME até agora caracterizados.

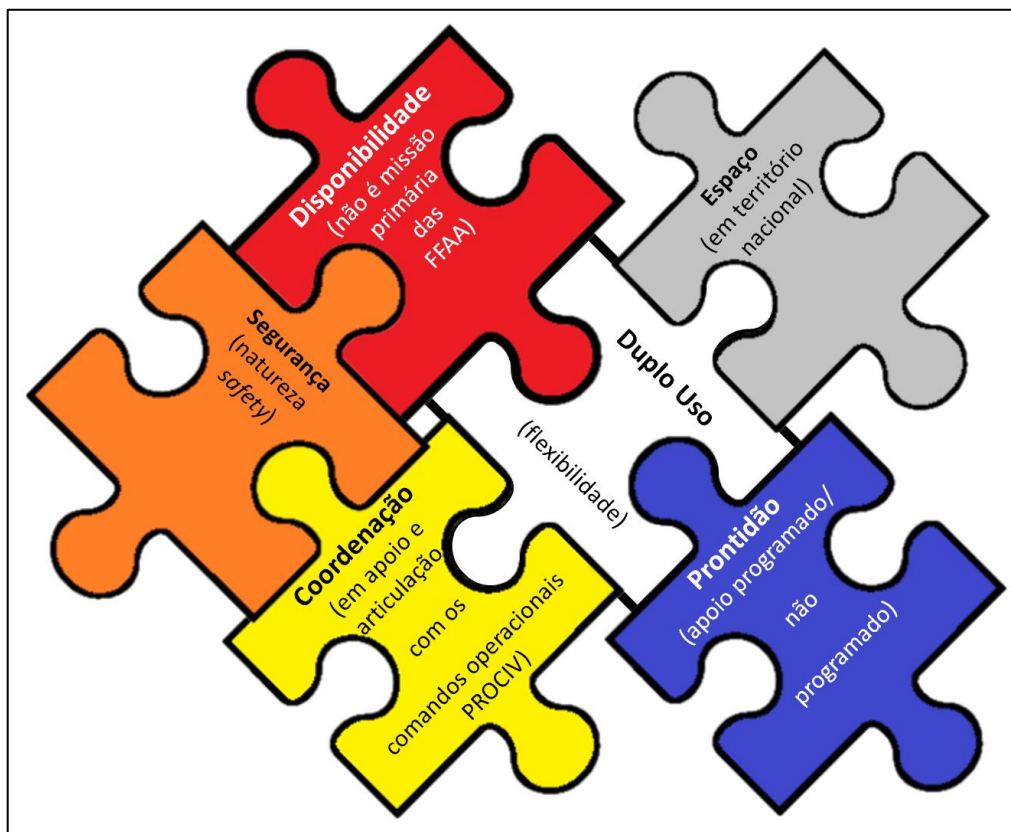


Figura 14 - Princípios fundamentais AME (versão provisória)

### 3.2. Apoio Militar de Emergência - Organização

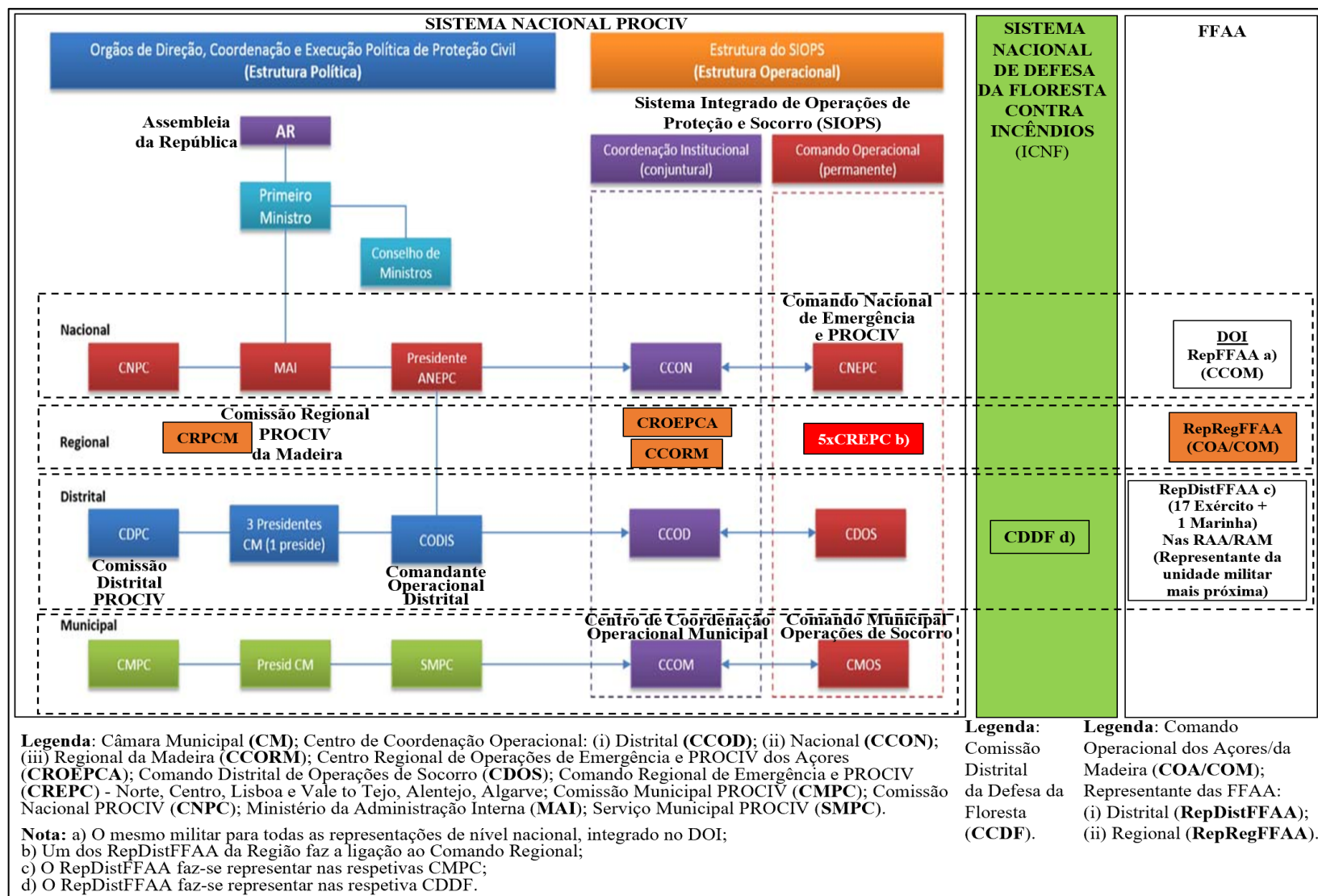
O CCOM assegura, pelo CEMGFA, o exercício do comando operacional das forças e meios das FFAA para as suas missões, bem como a ligação com as FSS e outros organismos do Estado relacionados com segurança, defesa e PROCIV (LOBOFA, 2009). Nesta qualidade, o CCOM garante a representação das FFAA junto de outros sistemas nacionais associados à presente temática, através do recente Departamento Operacional Interagências (DOI) (CEMGFA, 2019b), constituído pelo representante das FFAA junto do CONEPC e, maioritariamente, por militares em acumulação de funções do Núcleo Permanente (NP) da FRI (NP-FRI) e do NP da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar (NP-CGerCIMIC).

A Figura 15 apresenta o diagrama de representação/articulação das FFAA junto de outros sistemas nacionais.





## Modelo organizacional do apoio militar de emergência das Forças Armadas



**Figura 15 - Representação/articulação das FFAA junto de outros sistemas nacionais**

Fonte: Adaptado a partir de ANEPC (2020), CEMGFA (2018d), Decreto-Lei n.º 124/2006 (2006) e Decreto-Lei n.º 45/2019 (2019).



Como referido, o CEM atribui à FRI a resposta nacional autónoma em situações de AH, tal como ocorreu em março de 2019, na sequência do ciclone IDAI em Moçambique. Esta tipologia de missões, tal como o emprego da FRI em TN, na função de força apoiante em caso de acidente grave/catástrofe, está prevista na respetiva DIROP (CEMGFA, 2018f). No entanto, a forma e os critérios de emprego da FRI, neste âmbito, não estão claramente definidos, como se verifica, por exemplo, para as missões de evacuação de não-combatente, através do PLACON PÉGASO (CEMGFA, 2019a). Neste âmbito, considera-se oportuno salientar que o quadro de atuação da CGerCIMIC prevê o apoio a uma força militar em TN, pelo que se assume que no caso do emprego da FRI no âmbito do AME, a CGerCIMIC, ou um dos seus destacamentos, podem ser integrados na cadeia de comando dessa força ou atuar como força apoiante (CEMGFA, 2018b).

Relativamente à intervenção das FOpE no âmbito do AME, estas podem operar com eficácia em ambientes severos, como o apoio a vítimas de catástrofes, face à sua elevada mobilidade e versatilidade, conforme previsto na respetiva DIROP (CEMGFA, 1999). Adicionalmente, as FOpE apoiam ou executam operações de AH em locais de difícil acesso (CEMGFA, 2017), tal como prevê o Exército (2018), em ações de busca e salvamento em montanha, situações extremas de neve e gelo e em espaços confinados.

Quanto aos PLACON conjuntos existentes, estes não cobrem toda a tipologia de perigos (ANEPC, 2019b). Na Figura 16 observam-se os PLACON e DIROP conjuntos e dos Ramos, que estão em vigor ou em elaboração.



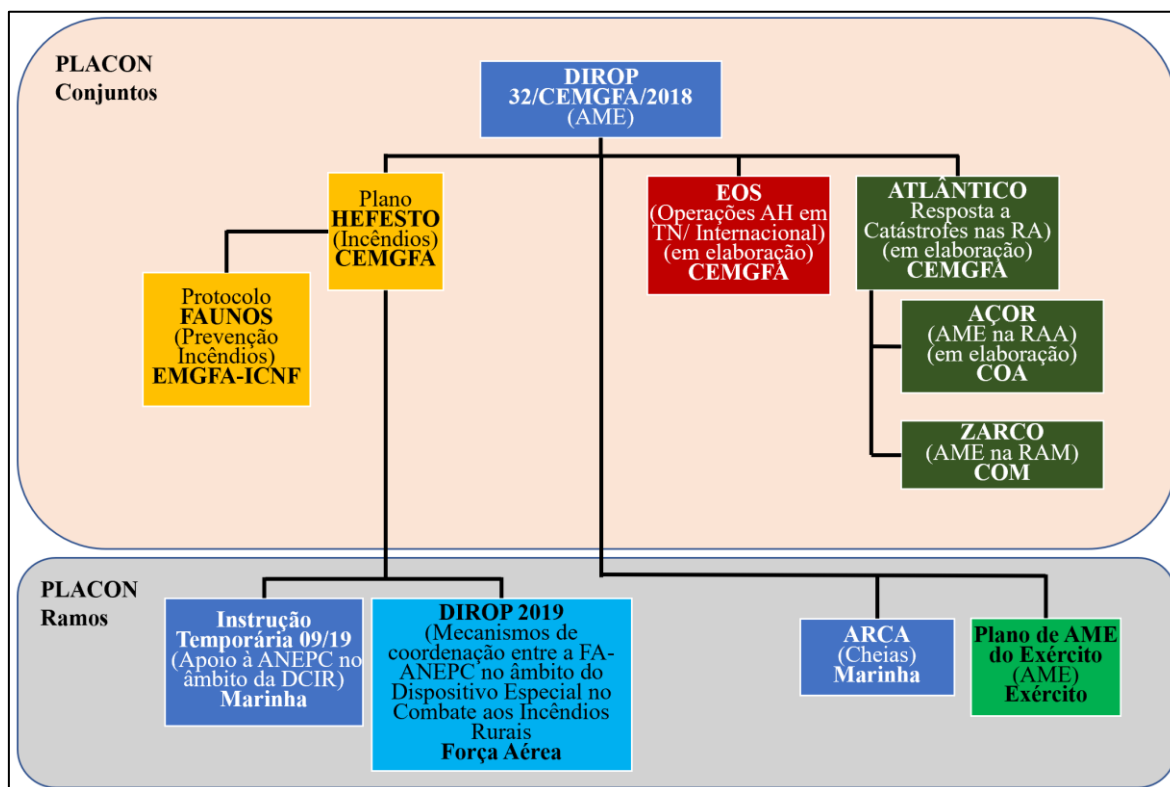


Figura 16 - PLACON conjuntos/Ramos

Fonte: Adaptado a partir de CEMGFA (2018a, 2018d, 2018e), Exército (2018), FA-ANEPC (2019) e Marinha (2017, 2019a).

### 3.3. Apoio Militar de Emergência - Recursos

Conforme referido, a DIROP 032/CEMGFA/2018 e o Plano HEFESTO, contêm uma lista detalhada dos recursos que cada Ramo emprega no AME.

Importa esclarecer que estes dois documentos atribuem os recursos do AME a dez diferentes tipos de “Capacidades de AME” (Comando, Controlo e Comunicações [C3]; Engenharia Militar; Apoio Sanitário e Intervenção Psicológica; Reabastecimento e Serviços; Manutenção e Transportes; Defesa Biológica, Química e Radiológica; Busca e Salvamento; Apoio ao Combate de Incêndios; Apoio Via Aérea e Apoio Marítimo), conforme Quadro 5 do Apêndice B.

Estas capacidades devem ser vistas como valências, de forma a não se confundirem com as capacidades elencadas na Lei de Programação Militar (LPM) (Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho) e no SF, pelo facto das designações coincidirem apenas em casos muito particulares.

Estas valências apoiam-se no SF, com base no princípio do duplo uso, sendo o Exército o único Ramo com meios dedicados ao AME (RAME e UAME), por via da capacidade atribuída pelo CEM e inscrita na LPM.



No âmbito das CSI, as FFAA utilizam as suas capacidades para exercer o C2 das suas forças, manter um panorama operacional comum dos TO e servir de redundância ao SIRESP. Recorde-se que na sequência dos trágicos incêndios rurais de 2017, foi estabelecido o objetivo de “reforçar os sistemas [...] de apoio à decisão [...] aproveitando [...] os recursos já desenvolvidos [...] pelas FFAA” (RCM n.º 157-A/2017).

Assim, na sequência da decisão do Conselho de Chefes de Estado-Maior (2018), foi implementado no CCOM e nos Ramos, em 2019, um sistema de C2 conjunto (EMGFA, 2019), o qual, entre outras funcionalidades, permite o exercício do C2 pelo CEMGFA sobre as forças empregues nas missões de AME, tal como ter conhecimento da sua localização através do sinal transmitido pelos rádios SIRESP.



#### 4. Discussão de resultados

No presente capítulo irá proceder-se à apresentação dos resultados da investigação e consequente discussão.

Como referido no segundo capítulo, o questionário foi enviado a uma população de 64 especialistas, tendo sido recebidas 37 respostas (amostra), o que representa uma margem de erro de 11%, para um grau de confiança de 95% (SurveyMonkey, 2020).

Quanto às entrevistas, foram solicitadas 13, a chefias de topo, das quais 11 foram concretizadas, em linha com Cunha, Meyer e Rego (2018) que referem que 12 é a quantidade adequada de entrevistados para validar um argumento metodológico, tendo em conta que estes representam um grupo relativamente homogéneo.

Os dados recolhidos do questionário e das entrevistas foram submetidos a uma análise de conteúdo categorial, estabelecendo-se categorias *a priori* para as questões fechadas, e categorias emergentes para as questões abertas. Assim, a Figura 17 apresenta o conjunto de critérios estabelecidos para validação das categorias, com o seguinte racional:

- O limite de 62% garante que as percentagens das categorias *a priori* inconclusivas e maioritárias nunca se intercetam ou tangenciam, tendo em conta a margem de erro;
- A frequência das categorias emergentes associadas às categorias *a priori* inconclusivas/maioritárias/indubitáveis que servem de justificação para cada matéria é:
  - Crescente “horizontalmente” (de inconclusivo até indubitável), pelo facto de a “importância” associada à categoria *a priori* ser cada vez maior;
  - Decrescente “verticalmente”, pelo facto de as percentagens estarem cada vez mais repartidas.
- A frequência das categorias emergentes associadas às categorias *a priori* minoritárias que servem de justificação para cada matéria é sempre  $\geq 2$ .

No caso da análise de conteúdo das entrevistas, o racional utilizado quanto às categorias *a priori* foi o mesmo, enquanto para as categorias emergentes foram consideradas as de frequência  $\geq 2$ .

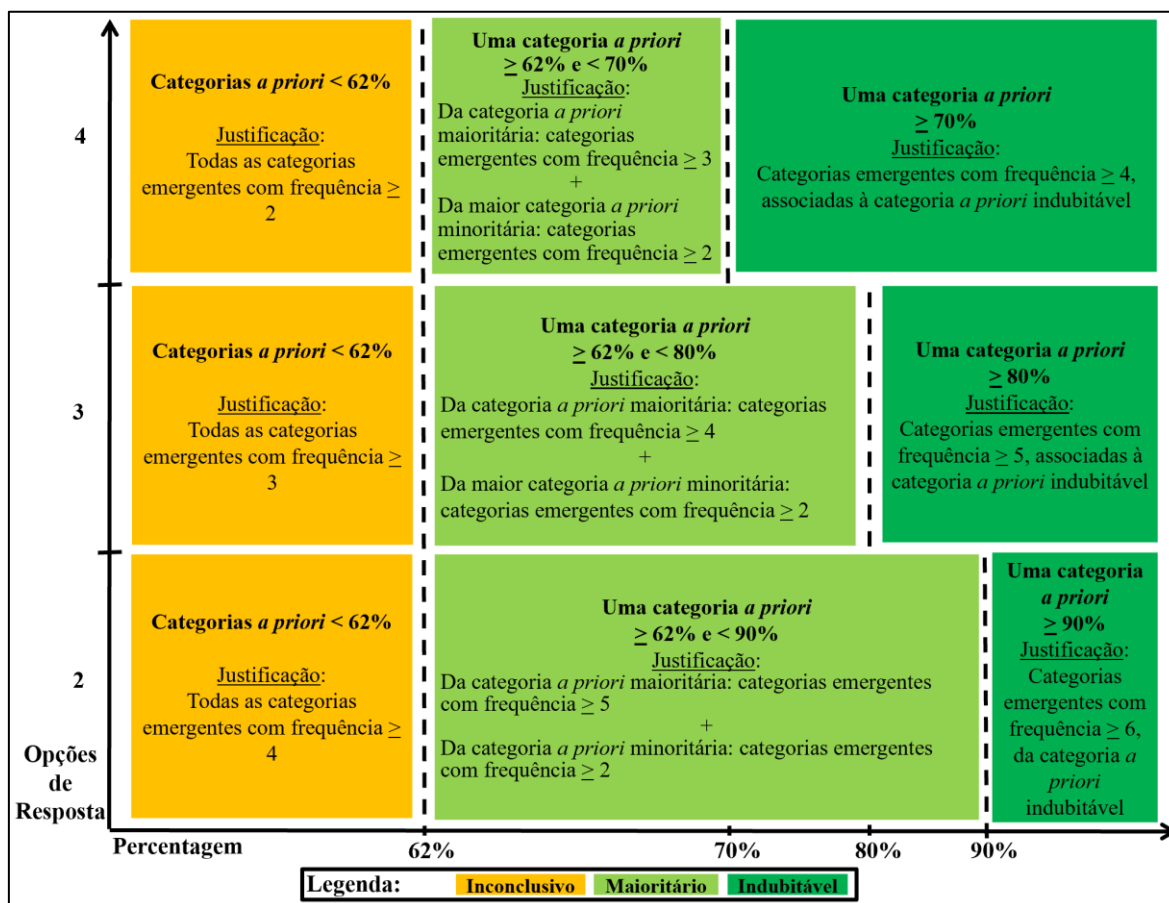


Figura 17 - Critérios de validação da análise de conteúdo

O Quadro 3 exemplifica a aplicação dos referidos critérios.

Quadro 3 - Exemplo de aplicação dos critérios de validação

Questão (fechada)	Justificação da questão anterior (questão aberta)	Dimensão: Variável: Indicador:
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Opção de resposta A (64,0%)</b>	Justificação 1	2
	Justificação 2	7
	Justificação 3	4
<b>Opção de resposta B (30,0%)</b>	Justificação 4	1
	Justificação 5	2
	Justificação 6	3
<b>Opção de resposta A (6,0%)</b>	Justificação 7	2

Na presença de uma questão fechada com três opções de resposta, tendo uma destas mais de 62% (e menos do que 80%) de respondentes (opção A), esta torna-se a categoria *a priori* **maioritária**. Consequentemente, os argumentos que suportam a temática desta questão, são as categorias emergentes da opção A com frequência  $\geq 4$  (Justificação 2 e 3) e as associadas à maior (opção B) das categorias *a priori* minoritárias com frequência  $\geq 2$  (Justificação 5 e 6).

Na apresentação dos resultados referentes ao questionário, apenas as categorias emergentes que cumprem os supramencionados critérios é que são expostas e analisadas.



#### 4.1. Dados sociodemográficos

Os próximos gráficos apresentam os dados sociodemográficos do questionário e da entrevista.

A representatividade, por Ramos, dos respondentes ao questionário (Gráfico 1) está em consonância com os dados do mais recente, disponível, Anuário Estatístico do MDN (2015, p. 207), no qual a percentagem de oficiais superiores (chefias intermédias) por Ramo eram: Marinha - 28,9%; Exército - 49,1%; Força Aérea - 22,0%. A exceção da Força Aérea (5,4%), foi compensada com a participação adicional do EMGFA/CCOM (10,8%).

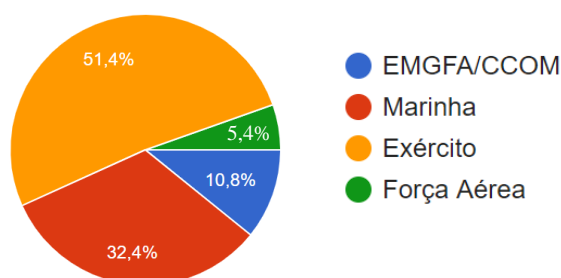


Gráfico 1 - Representatividade do questionário

Quanto ao conhecimento dos respondentes sobre a DIROP 032/CEMGFA/2018 e o Plano HEFESTO (Gráfico 2), cerca de 92% dos respondentes afirmaram terem conhecimento Médio ou Elevado, reforçando a consistência e qualidade das respostas.

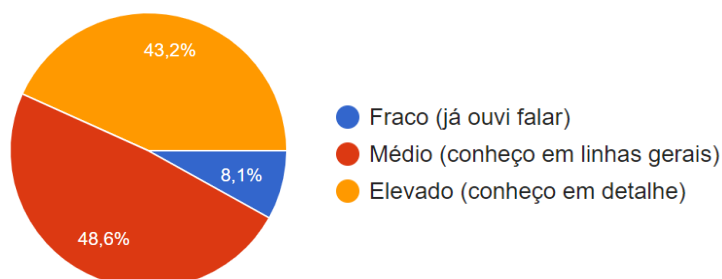


Gráfico 2 - Conhecimento da documentação

O Gráfico 3 espelha a experiência dos respondentes quanto ao AME. Cerca de 46% dos respondentes afirmaram terem dois ou mais anos de experiência na presente matéria, significando que a solidez das respostas foi equilibrada.

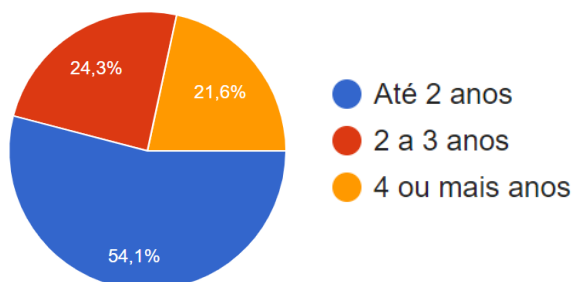


Gráfico 3 - Experiência em AME



O Gráfico 4 apresenta a representatividade dos entrevistados, os quais estão identificados como E1 a E11 nos quadros correspondentes.

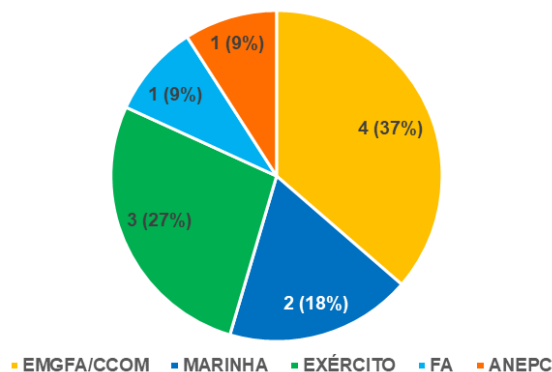


Gráfico 4 - Representatividade dos entrevistados

#### 4.2. Apoio Militar de Emergência - Princípios fundamentais

Na sequência da caracterização dos princípios fundamentais do AME, no terceiro capítulo, apresentar-se-ão os resultados e a discussão dos dados recolhidos.

Foram dedicadas à dimensão “Doutrina”, nove das 35 perguntas do questionário e duas das dez questões da entrevista.

##### 4.2.1. Resultados

Quanto à proposta de definição de missões/operações de AME, esta foi maioritariamente aceite, devendo ser considerada a inclusão do “apoio a qualquer entidade estatal” (Quadro 4). O Adjunto para o Planeamento e Coordenação do EMGFA (ADJPC) refere que a montante tem de se definir claramente o conceito de “emergência”, evitando a sua banalidade e que as missões de AME passem a ser a missão principal das FFAA (P. G. Melo, entrevista presencial, 5 de fevereiro de 2020).

Quadro 4 - Definição de missões/operações AME (questionário)

2.1. Concorda com a proposta de definição de missões/operações AME?	2.2. Se discorda, o que recomenda?	Dimensão/Variável/Indicador: Doutrina
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Concordância (86,5%)		32
Discordância (13,5%)	Adicionar "apoio a qualquer entidade estatal"	2

Relativamente à proposta de tarefas de AME, esta foi maioritariamente aceite, devendo-se incluir a tarefa “reabastecimento” e eliminar “reabilitação de infraestruturas” (Quadro 5). O Comandante em suplência da Brigada de Reação Rápida menciona que é necessário definir claramente a tipologia de missões do AME em que as FFAA atuam (J. F. Duarte, entrevista presencial, 13 de fevereiro de 2020), sendo corroborado pelo ADJPC (P. G. Melo, *op. cit.*).



Quadro 5 - Tarefas AME (questionário)

2.3 Concorda com a proposta de tarefas AME?	2.4 Se não concorda totalmente, o que recomenda?	<b>Dimensão/Variável/Indicador: Doutrina</b>
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Concordância total (75,7%)</b>		<b>28</b>
<b>Concordância parcial ou Discordância (24,3%)</b>	Eliminar “reabilitação de infraestruturas”	<b>2</b>
	Adicionar “reabastecimento”	<b>2</b>

Os respondentes concordaram indubitavelmente com a proposta de estrutura de uma Publicação de Doutrina Militar Conjunta (PDMC) sobre AME (PDMC-AME) (Quadro 6).

Quadro 6 - PDMC-AME (questionário)

2.5 Concorda com a proposta de estrutura de uma PDMC-AME?	2.6 Se discorda, o que recomenda?	<b>Dimensão/Variável/Indicador: Doutrina</b>
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Concordância (91,9%)</b>		<b>33</b>
<b>Discordância (8,1%)</b>	---	---

Maioritariamente, os respondentes consideram que as missões de AME devem manter-se nas M5.1, pois reflete a realidade e por não serem a missão principal das FFAA. Contudo, esta opção, face à especificidade do AME, poderá enfraquecer a respetiva visibilidade e posicionamento como capacidade do SF (Quadro 7).

Quadro 7 - AME versus MIFA (questionário)

2.7 Manter as missões AME incluídas nas M5.1?	2.8 Justifique.	<b>Dimensão/Variável/Indicador: Doutrina</b>
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>MIFA exclusiva (35%)</b>	Especificidade	<b>4</b>
	Reforça posicionamento da "capacidade AME"	<b>5</b>
	Maior visibilidade	<b>3</b>
<b>Manter (65%)</b>	Reflete a realidade	<b>14</b>
	Não é missão principal das FFAA	<b>8</b>

Estes resultados foram indubitavelmente corroborados pelos entrevistados, pois a presente situação abrange todas as atuais tarefas de AME. No entanto, consideram que a montante da doutrina militar terá de definir-se o conceito de “emergência”, AME e tarefas, e elaborar doutrina civil (Quadro 8). O Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do EMGFA (DIPLAEM) refere que as MIFA são um documento estratégico, pelo não existe mais-valia em as subdividir (R. S. Ferreira, entrevista presencial, 30 de janeiro de 2020). Adicionalmente, o CONEPC (J. D. Costa, entrevista presencial, 10 de fevereiro de 2020), afirma que a falta de doutrina nacional civil, da responsabilidade da ANEPC, e militar, prejudica as consequentes DIROP, tal como a doutrina civil deve enquadrar as FFAA, por deterem capacidades únicas. Diz, ainda, que não é apologista de unidades conjuntas, mas



sim de operações conjuntas, aproveitando-se o melhor que cada Ramo detém em termos de meios e procedimentos.

**Quadro 8 - AME versus MIFA (entrevista)**

Q1: Manter as missões AME incluídas nas MIFA5.1?		Dimensão/Variável/Indicador: Doutrina										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
<b>MIFA exclusiva (9,1%)</b>	Facilita a atuação das FFAA											
<b>Manter (90,9%)</b>	Definir conceito de "emergência", AME e tarefas											
	MIFA é de nível estratégico											
	Exclusividade poderá conflitar com a LBPROCIV											
	Doutrina (civil) é responsabilidade da ANEPC											
	Doutrina deve enquadrar as FFAA (capacidades únicas)											
	MIFA5.1 abrangem todas as tarefas AME											
	Falta de doutrina civil/militar prejudica as DIROP											
<b>Legenda:</b>	Resposta correspondente a uma categoria emergente com frequência > 2											
	Resposta correspondente a uma categoria emergente com frequência < 2											
	Resposta não dada ou pergunta não efetuada											

Quanto à modalidade de atribuição da capacidade de AME, e respetiva rúbrica da LPM, os respondentes, maioritariamente, consideram que esta deve ser distribuída pelos Ramos, sendo a centralização no EMGFA uma opção alternativa a considerar (Quadro 9).

**Quadro 9 - Atribuição da capacidade AME (questionário)**

2.9 A capacidade AME do SF e rúbrica da LPM deveriam ser atribuídas ao(s):	Dimensão/Variável: Doutrina Indicador: Âmbito
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>FREQUENCIA</b>
<b>Três Ramos (70,3%)</b>	<b>26</b>
<b>EMGFA (16,2%)</b>	<b>6</b>
<b>Exército (13,5%)</b>	<b>5</b>

Estes resultados foram corroborados pelos entrevistados, que, maioritariamente, aceitam a atribuição da capacidade de AME aos Ramos (coordenada pelo EMGFA) e que esta beneficia de todo o SF, por ser baseada no princípio do duplo uso. Consideram, ainda, que a aquisição de meios por um Ramo deve ter em conta as necessidades numa perspetiva conjunta (economia de escala). A centralização da capacidade no EMGFA e posterior distribuição pelos Ramos, é considerada uma opção alternativa (Quadro 10).

O Comandante do Corpo de Fuzileiros menciona que esta capacidade deverá estar centralizada no EMGFA, tendo cada Ramo responsabilidade de assegurar capacidades





específicas de acordo com a DIROP 032/CEMGFA/2018 (P. S. Ribeiro, entrevista por *email*, 24 de janeiro de 2020).

Noutra perspetiva, o CONEPC salienta que o CEDN veio proporcionar às FFAA o princípio do “uso duplo”, em aditamento ao duplo uso, isto é, investir em meios de cariz não militar, recorrendo a fontes de financiamento alternativas como o “Portugal 2020” (2020), e não apenas à LPM, vocacionada para edificar capacidades essencialmente militares (J. D. Costa, *op. cit.*).

Adicionalmente, o Sub-Chefe do Estado-Maior do CCOM, refere que existirão vantagens óbvias, naquilo que é comum, em se ponderar na edificação integrada de capacidades, beneficiando de economias de escala, de formação e interoperabilidade (J. N. Sousa, entrevista por *email*, 9 de março de 2020).

**Quadro 10 - Atribuição da capacidade AME (entrevista)**

Q2: A capacidade AME do SF e rúbrica da LPM deveriam ser atribuídas ao(s)?		Dimensão/Variável: Doutrina Indicador: Âmbito										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
<b>Três Ramos (63,6%)</b>	Ramos sob coordenação do EMGFA											
	Aproveitar economia escala nas aquisições dos Ramos											
	AME baseada no duplo uso beneficia de todo SF/LPM											
<b>EMGFA (27,3%)</b>	Centralizada no EMGFA e distribuída pelos Ramos											
	Capacidade conjunta sob comando do EMGFA											
<b>Exército (9,1%)</b>	Apenas capacidade C2 projetável											

#### 4.2.2. Discussão

Respondendo à QD1 “Como caraterizar os princípios fundamentais da capacidade de AME?”, propõe-se o seguinte:

- Definição de missões/operações de AME: Condução de tarefas de âmbito conjunto, para apoiar, de forma programada e não programada, qualquer entidade estatal ou regional, na prevenção, resposta e recuperação a situações de acidentes graves, catástrofes, calamidades ou crises, com o objetivo de salvaguardar a população e bens de interesse público;
- Estabelecer como tarefas associadas ao AME as constantes na Figura 18, em articulação com o ciclo da catástrofe;

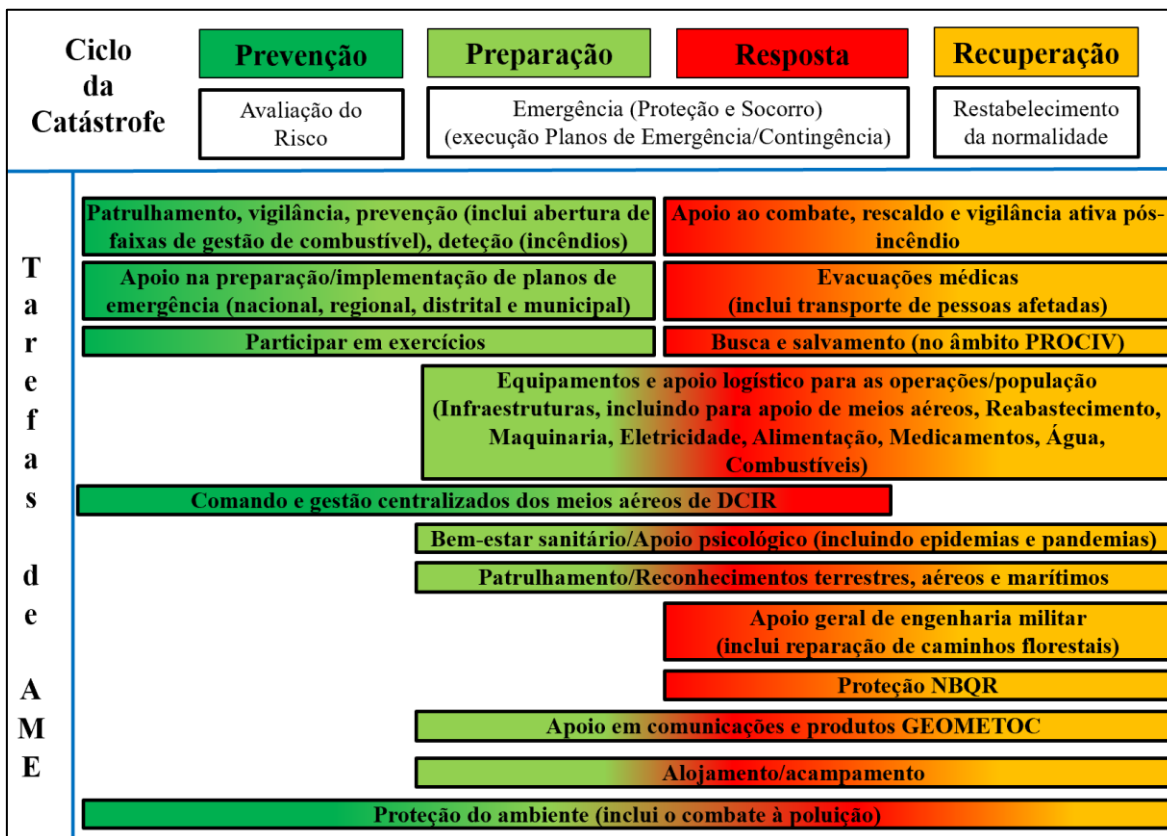


Figura 18 – Ciclo da catástrofe versus tarefas AME (versão final)

- Elaborar uma PDMC-AME de acordo com a estrutura da Figura 19;

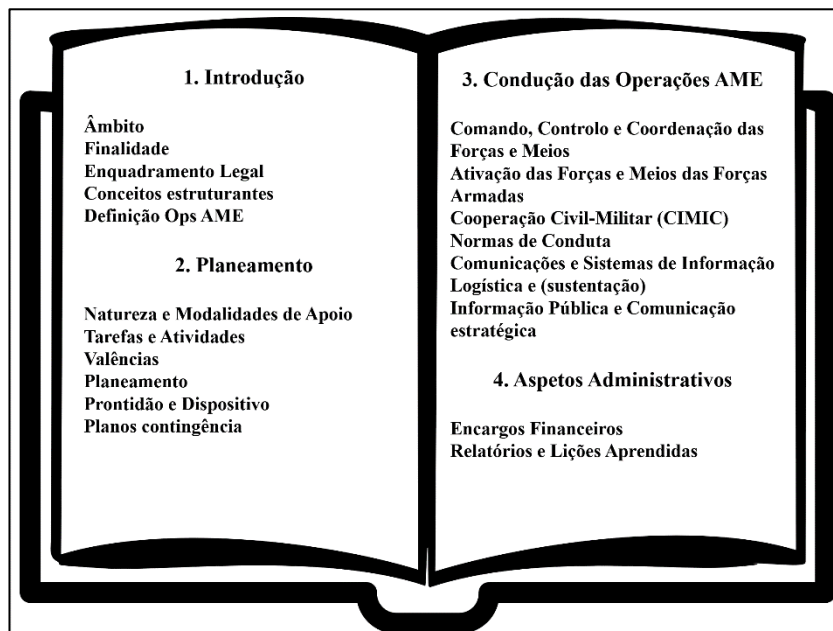


Figura 19 - Estrutura da PDMC-AME

- Manter o AME incluído nas MIFA 5.1;
- Definir a capacidade de AME, e correspondente rubrica da LPM, como de âmbito conjunto, atribuindo-a aos três Ramos, sob coordenação do EMGFA;

- Incluir a complementaridade como princípio fundamental, caracterizado pelo âmbito conjunto da capacidade e missões/operações do AME (Figura 20);

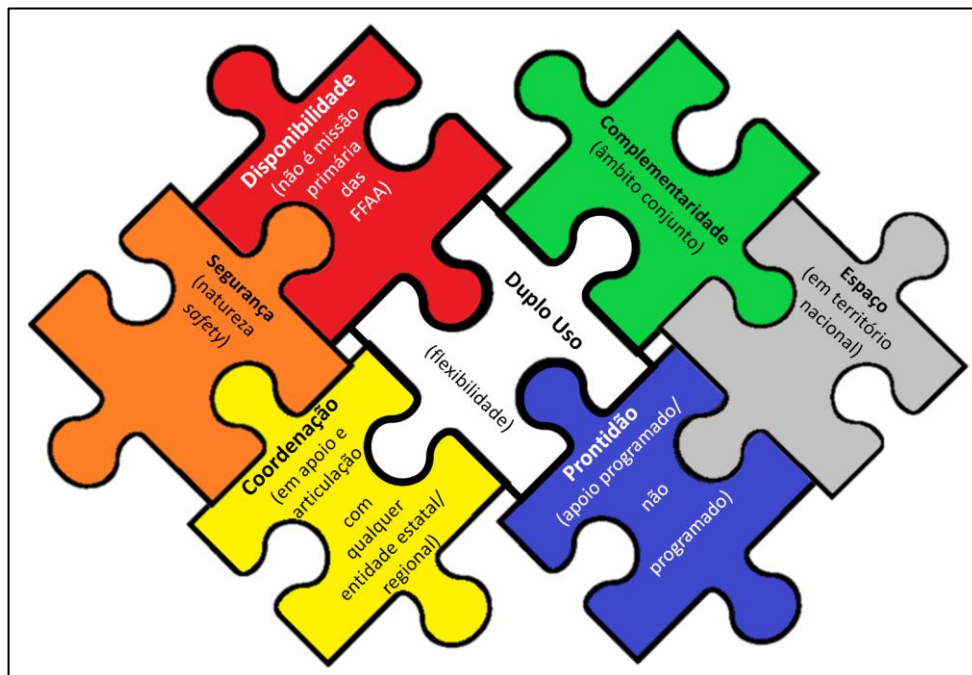


Figura 20 - Princípios fundamentais AME (versão final)

- Potenciar as aquisições numa perspectiva de economia de escala, independentemente do Ramo adquirente.

#### 4.2.3. Síntese conclusiva

Da análise e discussão antecedente é possível propor a/o: (i) caracterização dos princípios fundamentais do AME; (ii) definição de “missões/operações de AME”, tal como do respetivo conceito, capacidade e tarefas (Figura 21); (iii) tipologia das missões/operações de AME, tendencialmente de natureza *safety* (Figura 12): Apoio médico-sanitário, Apoio ao SGFIR e Apoio às operações de PROCIV; (iv) estrutura de uma PDMC-AME; (v) enquadramento do AME relativamente às MIFA; e (vi) âmbito primordialmente conjunto do AME (LPM e missões/operações).

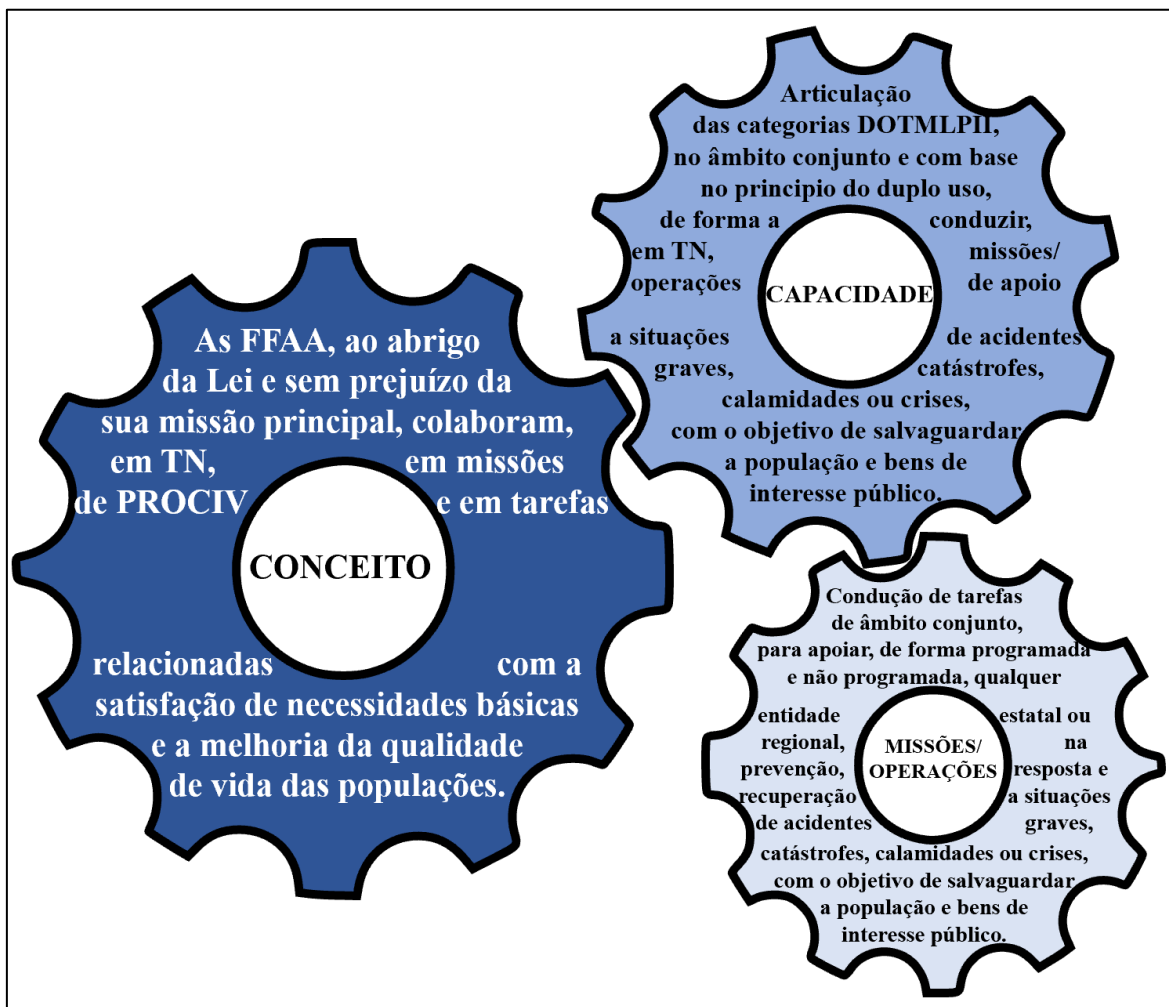


Figura 21 - Definição do conceito, capacidade e missões/operações AME

Sendo o AME uma capacidade, considera-se que a estrutura da PDMC, mantendo o conteúdo validado neste estudo, deve estar alinhada com a metodologia DOTMLPPII, substituindo, na publicação, a categoria “Doutrina” por “Enquadramento” e concentrando as categorias “Material”, “Pessoal” e “Infraestruturas” em “Recursos”. Assim, com o objetivo de colmatar a lacuna relativa à ausência de doutrina militar conjunta do AME, e depois de devidamente autorizado, em suplemento ao presente TII, encontra-se um projeto de PDMC-AME.

Assim, considera-se que ficou respondida a QD1, alcançando-se o OE1: “Propor os princípios fundamentais do AME”.

#### 4.3. Apoio Militar de Emergência - Organização

Com o objetivo de identificar a organização de AME mais adequada, foram dedicadas à dimensão “Organização” 20 das 35 perguntas do questionário e seis das dez questões da entrevista.



#### 4.3.1. Resultados

A maioria (62,2%) dos respondentes consideram que a estrutura de suporte ao AME do CCOM deve ser constituída por um NP (NP-AME), com militares em exclusividade de funções, não sendo consensual qual o seu quantitativo. Este NP-AME permite melhor planeamento e elaboração de documentos, tal como maior autonomia e capacidade de decisão. É de salientar que, aquando do envio do questionário, se desconhecia o facto de ter sido implementado no CCOM, em 2 de dezembro de 2019, o DOI, baseado no NP-FRI e no NP-CGerCIMIC. De referir, ainda, que quase um terço dos respondentes consideram que o modelo anterior era adequado (Quadro 11).

Quadro 11 - Estrutura do CCOM de suporte ao AME (questionário)

3.1 A estrutura existente no CCOM deveria:	3.2 Justifique.	Dimensão: Organização Variável: Estrutura Indicador: Reestruturação
CATEGORIAS <i>A PRIORI</i>	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Manter-se (29,7%)	Adequado à realidade	6
Criar NP, com até 3 militares, inclusive (33,7%)	Em exclusividade	7
	Em acumulação (incluindo NP-FRI)	4
	Melhor documentação e planeamento	2
Soma das categorias <i>a priori</i> associadas à criação do NP (62,2%)	Maior autonomia/capacidade de decisão	5
	Em exclusividade	8
Criar NP, com $\geq 4$ militares (28,5%)		
Outra opção (8,1%)	---	---

A criação de um NP-AME foi indubitavelmente corroborada pelos entrevistados, pelo facto do recentemente criado DOI ter mitigado a situação anterior, devendo evoluir para uma composição de militares em exclusividade de funções (Quadro 12). Este facto foi confirmado pelo Chefe da DIPLAEM, segundo o qual a situação atual não é a ideal, pois o DOI é constituído por alguns militares em acumulação de funções, incluindo o NP-FRI, no entanto, desta forma passa a existir uma estrutura de ligação em detrimento de apenas um militar (R. S. Ferreira, *op. cit.*). Também o Comandante da FRI confirma que a integração do NP-FRI no DOI não se afigura como a solução mais adequada, pois além de retirar foco às tarefas principais da FRI, caso esta seja ativada será extremamente complicado manter a necessária atenção às tarefas respeitantes ao DOI (P. C. Antunes, palestra por videoconferência no âmbito do CPOG 2019/2020, 25 de maio de 2020).



Quadro 12 - Estrutura do CCOM de suporte ao AME (entrevista)

Q3.1: Qual a adequabilidade da atual estrutura organizacional do CCOM de suporte ao AME?		Dimensão: Organização Variável: Estrutura Indicador: Reestruturação										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Manter (9,1%)	Tem sido suficiente											
Alterar (90,9%)	Relação EMGFA/CCOM com APC deve ser mais formal e por via única											
	Criado o DOI no CCOM											
	Evoluir para militares em funções exclusivas											
	Mais militares em acumulação de funções											
	NP-AME											
	Atual é limitado											

Quanto à condução de missões de AME de maior complexidade, os respondentes foram indubitáveis na necessidade de ativar o *Crisis Establishment* (CE) do CCOM (CE-CCOM) e de efetuar o *Transfer Of Authority* (TOA) dos meios dos Ramos para o CEMGFA, permitindo um C2 e unidade de comando mais efetivos (Quadro 13).

Quadro 13 - Ativação CE-CCOM/TOA dos meios (questionário)

3.3 Na condução de missões AME complexas, qual a sua opinião quanto à ativação (total/parcial) do CE-CCOM e ao TOA dos meios dos Ramos para o CEMGFA?	3.4 Justifique.	Dimensão: Organização Variável: Estrutura Indicador: Reestruturação
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
CE-CCOM ativado/com TOA (78,4%)	C2 efetivo	15
	Unidade de comando	7
CE-CCOM não ativado/com TOA (10,8%)	---	---
CE-CCOM ativado/sem TOA (5,4%)	---	---
CE-CCOM não ativado/sem TOA (5,4%)	---	---

Estes resultados foram indubitavelmente corroborados pelos entrevistados quanto à ativação do CE-CCOM, de forma escalável (do parcial para o total), e do correspondente TOA dos meios dos Ramos para o CEMGFA, apenas quando a emergência, face à sua complexidade, for considerada uma crise (Quadro 14). O Comandante do COM é apologista de que, excluindo incidentes de reduzida dimensão, será sempre necessária a ativação gradual do CE-CCOM (J. D. Aresta, entrevista por *email*, 22 de janeiro de 2020). O Comandante do COA considera inevitável que tenha de ocorrer o TOA dos meios, para assegurar a unidade e coerência na ação de comando (E. B. Ribeiro, entrevista por *email*, 28 de janeiro 2020). Adicionalmente, o Comandante da FRI corrobora de que o CE-CCOM deve ser ativado para os casos mais complexos, deixando o seu Estado-Maior (EM-FRI) liberto para efetuar o planeamento correspondente ao seu nível (P. C. Antunes, P.C., *op. cit.*).





Quadro 14 - Ativação CE-CCOM/TOA dos meios (entrevista)

3.2 Na condução de missões AME complexas, o que considera quanto à ativação (total/parcial) do CE-CCOM e ao TOA dos meios dos Ramos para o CEMGFA?		Dimensão: Organização Variável: Estrutura Indicador: Reestruturação										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Ativar CE-CCOM (100%)	Depende da complexidade da emergência/crise											
	CE-CCOM escalável											
	TOA dos meios											
Não ativar CE-CCOM (0%)	---											

Quanto à adaptação de um modelo de AME estrangeiro ao nosso país, os respondentes foram indubitáveis quanto à maior adequabilidade do atual modelo nacional à nossa realidade, não existindo recursos suficientes para optar por outros modelos (Quadro 15).

Quadro 15 - Adequabilidade de modelos AME estrangeiros (questionário)

3.5 Os modelos espanhol/francês são mais adequados à nossa realidade?	3.6 Justifique.	Dimensão: Organização Variável: Estrutura Indicador: Reestruturação
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Manter atual modelo (70,3%)	Recursos insuficientes	13
	Adaptado à realidade	8
Modelo espanhol (13,5%)	---	---
Modelo espanhol ou francês (10,8%)	---	---
Modelo francês (5,4%)	---	---

No que concerne à autoridade de coordenação (militar), na área/zona da ocorrência de um acidente grave/catástrofe, o resultado foi inconclusivo: (i) 54,1% dos respondentes consideram que esta autoridade deve estar investida no RepDistFFAA junto do CCOD/CDOS, por proporcionar uma coordenação mais eficaz com os restantes APC; (ii) 40,5% consideram que deveria estar investida no comandante militar no terreno, por este ter um melhor conhecimento tático do TO (Quadro 16).

Quadro 16 - Autoridade de coordenação no TO (questionário)

3.7 A autoridade de coordenação (militar), na área/zona do acidente grave/catástrofe, deve estar investida no:	3.8 Justifique. Se respondeu "Outra opção", diga qual.	Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: Modalidade C2
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Comandante militar no TO (40,5%)	Melhor conhecimento tático	11
RepDistFFAA (54,1%)	Coordenação com os outros APC mais eficaz	11
Outra opção (5,4%)	---	---

Os respondentes foram indubitáveis em concordar que o atual modelo de solicitação/ativação de meios das FFAA é adequado (Quadro 17).



Quadro 17 - Solicitação/ativação dos meios (questionário)

3.9 O atual modelo de solicitação/ ativação dos meios das FFAA via CCOM/COA/ COM é adequado?	3.10 Se respondeu "Discordo", justifique.	<b>Dimensão:</b> Organização <b>Variável:</b> Processos <b>Indicador:</b> Ativação
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Concordância (97,3%)</b>		<b>36</b>
<b>Discordância (2,7%)</b>	---	---

Quanto à articulação/representação das FFAA com outros APC/sistemas, os respondentes são indubitáveis em concordar que o atual modelo é adequado (Quadro 18).

Quadro 18 - Articulação com os restantes APC (questionário)

3.11 O atual modelo de articulação/representação com os restantes APC/sistemas é adequado?	3.12 Se respondeu "Discordo", justifique.	<b>Dimensão:</b> Organização <b>Variável:</b> Processos <b>Indicador:</b> Articulação
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Concordância (97,3%)</b>		<b>36</b>
<b>Discordância (2,7%)</b>	---	---

Os respondentes consideram, maioritariamente, que a atribuição dos meios de AME a um TO, devem ser projetados a partir das unidades de origem, face à insuficiência de meios, garantindo maior flexibilidade e potenciando o princípio de duplo uso. No entanto, 16,8% dos respondentes consideram que os meios devem estar preposicionados, assegurando que estão dedicados ao AME, podendo responder mais rapidamente (Quadro 19).

Quadro 19 - Posicionamento dos meios (questionário)

3.13 A atribuição de meios do AME a um TO, deve ser:	3.14 Justifique.	<b>Dimensão:</b> Organização <b>Variável:</b> Processos <b>Indicador:</b> Dispositivo
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>A partir das unidades de origem (83,8%)</b>	Meios insuficientes	<b>8</b>
	Flexibilidade	<b>9</b>
	Potência duplo uso	<b>12</b>
<b>Com meios preposicionados por Ramo (16,8%)</b>	Resposta mais rápida	<b>2</b>
	Requer meios dedicados	<b>3</b>

No que concerne ao atual modelo do AME, os entrevistados foram inconclusivos quanto à sua adequabilidade, no entanto, identificaram um conjunto de assuntos que necessitam de melhoramento, nomeadamente quanto à/ao (Quadro 20):

- Atualização da DIROP 032/CEMGFA por estar demasiado focalizada na DCIR;
- Cumprimento da prontidão dos meios;
- Clarificação das relações de C2 entre as FFAA e os APC;
- Definição das áreas de atuação e da tipologia de missões do AME, atribuindo responsabilidades a cada Ramo;
- Investimento em exercícios, de forma a criar rotinas e respostas pré-planeadas,





para, posteriormente, atualizar diretivas e planos em conformidade.

O ADJPC considera importante a clara definição das relações de C2 nas missões de AME, pois destas poderão advir questões de responsabilidade civil, criminal, entre outras (P. G. Melo, *op. cit.*). O Sub-Chefe do CCOM salienta que o maior problema se prende com a incapacidade de se implementar corretamente os níveis de prontidão dos meios (J. N. Sousa, *op. cit.*).

**Quadro 20 - Adequabilidade do modelo AME (entrevista)**

Q3.3: Qual a adequabilidade do atual modelo do AME?		Dimensão: Organização Variável: Estrutura/Processos										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
<b>Adequado (45,5%)</b>	Face aos recursos existentes											
	Prontidão dos meios não é respeitada											
	Rever articulação/representação com APC											
	Identificar lições aprendidas											
<b>Não adequado (54,5%)</b>	Clarificar as relações C2											
	Edificar doutrina e definir "emergência"											
	Definir áreas de atuação/tipologia de missões AME por Ramo											
	Investir nos exercícios											
	Necessita de atualização											

No que respeita à escassez de PLACON militares conjuntos no âmbito do AME, os respondentes foram inconclusivos quanto à elaboração de um único PLACON, abrangendo todos os perigos (um anexo por cada perigo), permitindo uma gestão integrada, ou à elaboração de um PLACON por cada perigo (alguns são muito específicos, exigindo maior detalhe) (Quadro 21).

**Quadro 21 - PLACON (questionário)**

3.15 Escasseando PLACON militares conjuntos no âmbito AME, e face aos perigos identificados pela ANEPC, considera:	3.16 Justifique.	Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: PLACON
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Elaborar PLACON único (56,8%)</b>	Um perigo por anexo	11
	Gestão integrada	11
<b>Elaborar um PLACON para cada perigo (43,2%)</b>	Há perigos muito específicos	13

Quanto à suficiência dos PLACON existentes, também os entrevistados foram inconclusivos: (i) 54,5% consideram que os atuais PLACON são insuficientes, por estarem muito focalizados na prevenção, na DCIR e no “como fazer” em vez de no “que fazer”; (ii) 45,5% consideram que os atuais PLACON satisfazem as necessidades (Quadro 22). O Comandante da Brigada de Intervenção refere que é possível integrar melhorias no atual modelo e PLACON, decorrentes das lições aprendidas na sequência dos exercícios (C. M.



Alves, entrevista por *email*, 3 de fevereiro de 2020). O CONEPC considera que os atuais PLACON são claramente insuficientes, sendo fundamental conduzir exercícios para criar procedimentos padrão comuns para o combate a cada perigo. Por outro lado, o Comandante do COA considera-os suficientes, atendendo à responsabilidade das FFA inscrita nas MIFA 5.1 (E. B. Ribeiro, *op. cit.*).

Quadro 22 - PLACON (entrevista)

Q3.4: Considera que os atuais PLACON são suficientes para mitigar os perigos/potencial risco?		Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: PLACON										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Suficientes (45,5%)	Satisfazem as necessidades											
	Realizar exercícios											
Insuficientes (54,5%)	Plano HEFESTO é insuficiente											
	Focalizados no "como" e não no "que"											
	Incluir as RA											
	Definir tipologia de missões AME											

No que se refere ao emprego da FRI como primeira força no TO, na condução de missões de AME de elevada complexidade, os respondentes foram inconclusivos: (i) 54,1% dos respondentes concordam com esse emprego, de forma escalável e de acordo com o Sistema de Gestão de Operações (SGO)<sup>8</sup> (ANEPC, 2018a), pelo facto da FRI ser uma força de elevada prontidão; (ii) 43,2% consideram que deve ser empregue outra força militar, de acordo com o atual modelo (Quadro 23).

Quadro 23 - FRI versus AME (questionário)

3.17 Na condução de missões AME complexas, a FRI, e EM-FRI, deve ser a primeira força a empregar?	3.18 Justifique.	Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: FRI
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Sim e EM-FRI de forma escalável (54,1%)	Elevada prontidão	6
	De acordo com SGO	9
Empregar outra força (43,2%)	Atual modelo AME é suficiente	10
Sim e totalidade EM-FRI (2,7%)	---	---

No entanto, os entrevistados foram indubitáveis, concordando que, dependendo da complexidade/gravidade da emergência/crise, a FRI deve ser empregue de forma escalável (Quadro 24). De acordo com o Comandante do COA, a FRI deve ser empregue, seja total ou parcialmente e de forma escalável (E. B. Ribeiro, *op. cit.*), enquanto o 2.º Comandante do

<sup>8</sup> O SGO é uma organização operacional que se desenvolve numa configuração modular e evolutiva, de acordo com a importância e o tipo de ocorrência, aplicando-se a todos os APC empenhados em operações de proteção e socorro. É constituído por seis fases (I a VI), as quais definem a quantidade e tipo de meios a serem empregues, nível de Comando da Operação de Socorro e constituição do Posto de Comando Operacional (PCO) no TO (ANEPC, 2018a).



Comando Aéreo admite o emprego da FRI em casos mais complexos, mas sempre de uma forma escalável, com dimensão adequada à situação (A. M. Branco, entrevista presencial, 7 de fevereiro de 2020).

Quadro 24 - FRI versus AME (entrevista)

Q3.5: Na condução de missões AME complexas considera adequado o emprego da FRI no TO (total/parcial e de forma escalável)?		Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: FRI										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Concordância (90%)	Depende da complexidade/gravidade da emergência/crise											
	De forma escalável											
	Prontidão; Valências; Projeção											
Discordância (10%)	Não é missão-tipo											

Quanto à utilização de FOpE, no âmbito do AME, a maioria dos respondentes considera que estas devem ser empregues em casos muito excepcionais, como no resgate em locais de difícil acesso e em ações de reconhecimento. No entanto, 35% dos respondentes consideram que este tipo de força, pela sua especificidade, apenas deve ser empregue como último recurso (Quadro 25).

Quadro 25 - FOpE versus AME (questionário)

3.19 As FOpE devem ser empregues no âmbito do AME?	3.20 Se respondeu "Sim", indique com que tipo de valências. Se respondeu "Não", justifique.	Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: FOpE
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
Empregar FOpE (65%)	Casos muito excepcionais (e.g., resgate em locais de difícil acesso; reconhecimento)	27
Não Empregar FOpE (35%)	Força muito específica	6
	Apenas como último recurso	6

Estes resultados foram corroborados pela maioria dos entrevistados (Quadro 26). O Comandante do COM considera que as FOpE possuem valências únicas que podem fazer a diferença em cenários de emergência (J. D. Aresta, *op. cit.*).

Quadro 26 - FOpE versus AME (entrevista)

Q3.6: Qual a sua apreciação quanto ao emprego de FOpE em missões AME?		Dimensão: Organização Variável: Processos Indicador: FOpE										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Empregar (80%)	Situações muito específicas											
	Resgate em locais de difícil acesso											
	Como qualquer capacidade do SF											
Não empregar (20%)	Demasiado especializadas											



#### 4.3.2. Discussão

Respondendo à QD2 “Qual a organização mais adequada do AME?”, propõe-se o seguinte:

- Criar, no âmbito do CCOM, um NP-AME, constituído por militares em exclusividade de funções, não sendo consensual o respetivo quantitativo. É de salientar que o DOI, entretanto criado, veio mitigar, parcialmente, esta situação, pelo facto de ser constituído, maioritariamente, por militares em acumulação de funções;
- No que respeita à condução de missões de AME de maior complexidade:
  - Ativar o CE-CCOM, de forma escalável, quando a emergência for considerada uma crise;
  - Efetuar o TOA dos meios dos Ramos para o CEMGFA;
  - Empregar a FRI, e EM-FRI, como força inicial, de forma escalável e em sintonia com o SGO (Figura 22).

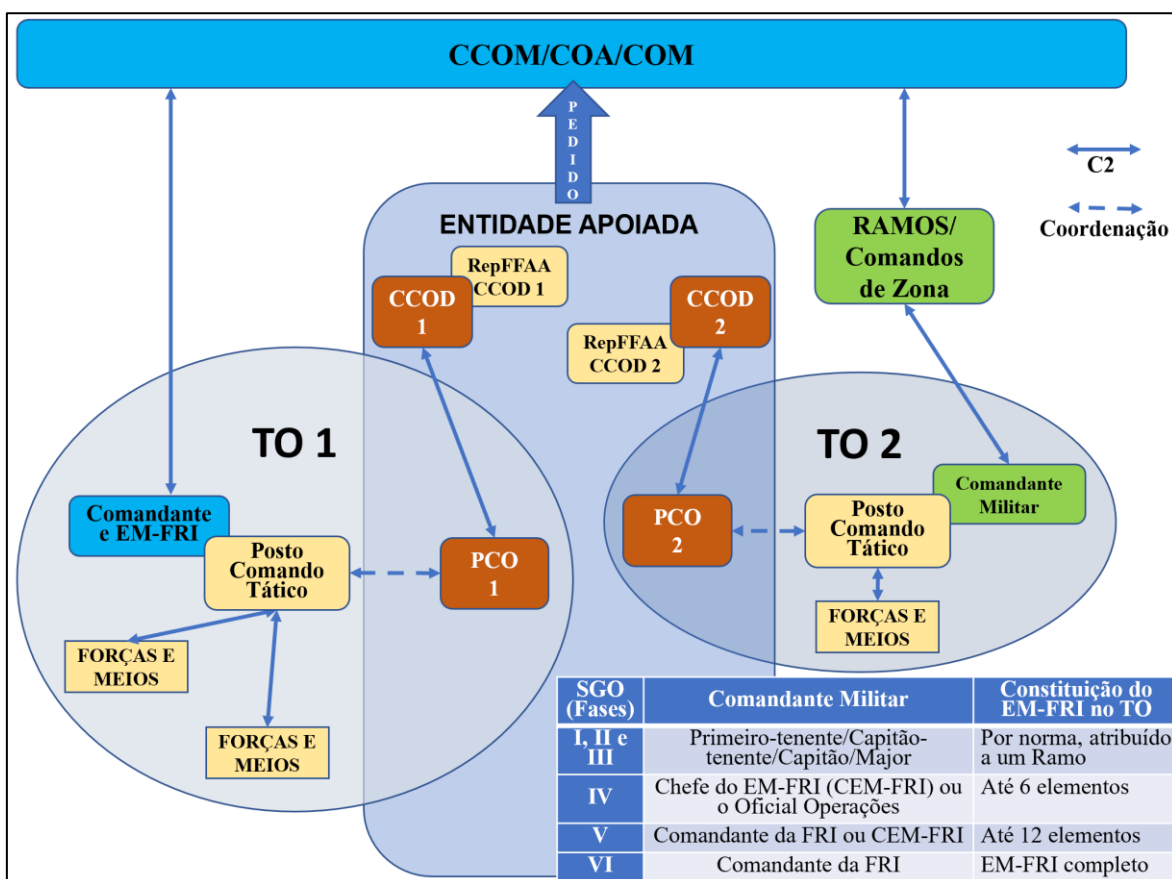


Figura 22 - Emprego da FRI/forças militares versus SGO

Fonte: Adaptado a partir de ANEPC (2018a).



- Relativamente ao modelo de AME em vigor:
  - Atualizar a DIROP 032/CEMGFA, por estar demasiado focalizada na DCIR, definindo áreas de atuação e tipologia de missões do AME, e clarificando as relações de C2 entre as FFAA e os APC;
  - Não adaptar o modelo de outro país;
  - Manter o atual processo de solicitação/ativação dos meios de AME, projetando-os a partir das unidades de origem, respeitando a prontidão dos meios presentemente protocolada;
  - Manter a atual forma de articulação/representação das FFAA com outros APC/sistemas nacionais.
- Investir em exercícios, de forma a criar rotinas e respostas pré-planeadas para, posteriormente, atualizar diretivas e PLACON;
- Empregar as FOpE em casos muito excecionais (e.g., resgate em locais de difícil acesso, reconhecimento), conforme previsto nas DIROP em vigor.

No entanto, o estudo é inconclusivo quanto às seguintes matérias:

- Investir a autoridade de coordenação (militar) na área/zona da ocorrência de um acidente grave/catástrofe, no RepDistFFAA junto do CCOD/CDOS ou no comandante tático no TO;
- Os PLACON militares conjuntos de AME existentes serem, ou não, suficientes, tal como se deveria existir um único PLACON, abrangendo todos os perigos, ou, em alternativa, elaborar um PLACON por cada perigo.

#### 4.3.3. Síntese conclusiva

Da análise e discussão antecedente é possível propor uma organização mais adequada do AME, em diversas vertentes: (i) criação de um NP-AME no CCOM com militares em exclusividade de funções; (ii) na condução de missões de AME de maior complexidade ativar o CE-CCOM, de forma gradual, efetuar o TOA dos meios dos Ramos para o CEMGFA, tal como empregar a FRI no TO, de forma progressiva, alinhado com SGO; (iii) atualizar a DIROP 032/CEMGFA/2018 nas matérias identificadas; (iv) investir em exercícios conjuntos; e (v) empregar as FOpE em casos excecionais.

Em forma de resumo, a Figura 23 apresenta a proposta de modelo macro do AME.

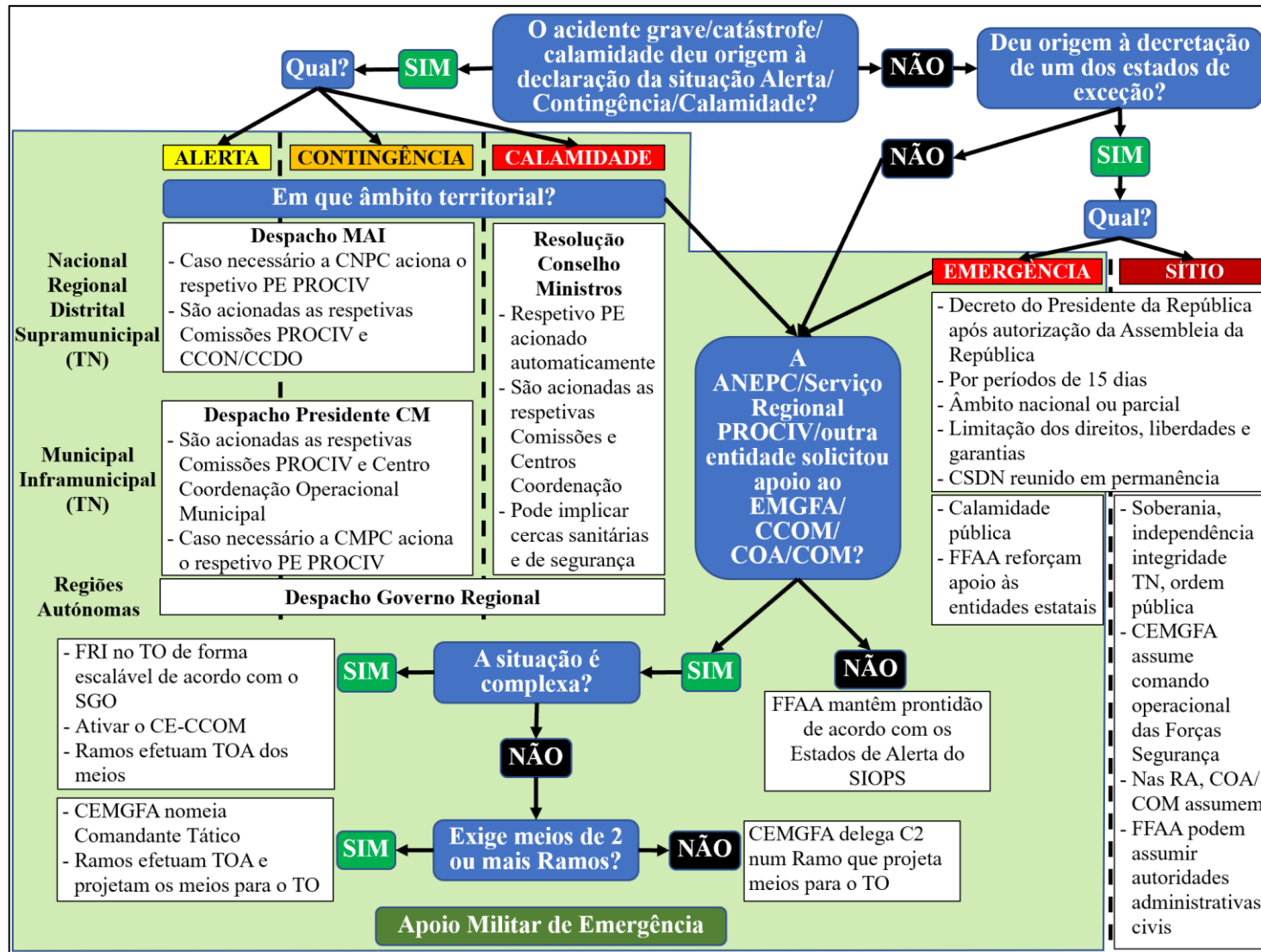


Figura 23 - Modelo macro AME

Fonte: Adaptado a partir de Lei n.º 44/86 (1986) e LBPROCIV (2006).



Tendo presente o que antecede, considera-se que ficou respondida a QD2, alcançando-se, assim, o OE2: “Propor a organização mais adequada do AME”.

#### 4.4. Apoio Militar de Emergência - Recursos

Com o objetivo de identificar os recursos mais apropriados a incluir na capacidade do AME, foram dedicadas à dimensão “Recursos” seis das 35 perguntas do questionário e duas das dez questões da entrevista.

##### 4.4.1. Resultados

Quanto às valências de AME predefinidas, a maioria dos respondentes considera que são suficientes, no entanto, há a considerar que qualquer capacidade necessária, não listada, pode ser empregue, incluindo meios aéreos e de subsuperfície não-tripulados, mergulhadores e inativação de engenhos explosivos (Quadro 27).

Quadro 27 - Valências AME (questionário)

4.1 As valências predefinidas na DIROP 032/CEMGFA para AME são suficientes?	4.2 Justifique.	Dimensão: Recursos Variável: Meios Indicador: Reforço
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	FREQUÊNCIA
<b>Suficientes (83,8%)</b>		<b>31</b>
<b>Insuficientes (16,2%)</b>	Meios aéreos/subsuperfície não-tripulados	2
	Inativação (demolição) de engenhos explosivos e mergulhadores	2
	Qualquer capacidade necessária, não listada	2

Estes resultados foram reforçados pelos entrevistados, que, maioritariamente, consideram que as valências listadas são suficientes e adequadas. No entanto, consideram que todo o SF pode ser empregue em missões de AME, face ao seu intrínseco princípio de duplo uso (Quadro 28). O Chefe da DIPLAEM afirma que existem valências não listadas na DIROP, pelo facto de todo o SF poder ser empregue em duplo uso e, por conseguinte, no âmbito do AME (R. S. Ferreira, *op. cit.*).

Quadro 28 - Valências AME (entrevista)

Q4.1: Considera suficientes as valências listadas na DIROP 032/CEMGFA/2018?		Dimensão: Recursos Variável: Meios Indicador: Reforço										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
<b>Suficientes (70%)</b>	Empregues conforme a modalidade C2/tipo de emergência											
	Adequados											
	Eliminar ações de rescaldo pós-incêndio											
<b>Insuficientes (30%)</b>	Todo SF pode ser empregue em duplo uso											
	Apoio meteorológico; georreferenciação e cartografia; veículos não-tripulados											





Relativamente às CSI, os respondentes, maioritariamente, consideram que os existentes são suficientes para a condução de missões de AME. No entanto, torna-se necessário considerar o reforço de comunicações satélite e de comunicações táticas militares de banda alta (*High-Frequency* [HF]) (Quadro 29).

Quadro 29 - CSI (questionário)

4.3 As CSI existentes são suficientes para as missões de AME?	4.4 Se respondeu "Não", o que recomenda.	<b>Dimensão:</b> Recursos <b>Variável:</b> Meios <b>Indicador:</b> Reforço
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Suficientes (70,3%)</b>		<b>26</b>
<b>Insuficientes (29,7%)</b>	Comunicações satélite	<b>3</b>
	Comunicações táticas militares HF	<b>2</b>

No que concerne ao emprego do catálogo de meios da FRI no âmbito do AME, o resultado é inconclusivo: (i) 45,9% dos respondentes consideram que devem existir catálogos separados (FRI *versus* AME), pelo facto do catálogo da FRI conter meios diferenciados e porque o AME não é a sua missão principal; (ii) 43,2% consideram que o referido catálogo deve ser empregue de acordo com o princípio de duplo uso e como reforço às missões de AME, quando necessário (Quadro 30).

Quadro 30 - Meios da FRI *versus* AME (questionário)

4.5 O catálogo de meios da FRI deve ser empregue no âmbito AME?	4.6 Justifique.	<b>Dimensão:</b> Recursos <b>Variável:</b> Meios <b>Indicador:</b> FRI
<b>CATEGORIAS A PRIORI</b>	<b>CATEGORIAS EMERGENTES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Sim (43,2%)</b>	Duplo uso	<b>7</b>
	Reforço	<b>11</b>
<b>Catálogos separados (45,9%)</b>	Meios diferenciados	<b>8</b>
	Não é a missão principal	<b>3</b>
<b>Outra opção (10,8%)</b>	---	---

A supramencionada indefinição foi reforçada pelos entrevistados: (i) 60% consideram que o catálogo de meios da FRI deve ser empregue em missões AME (missão-tipo), conforme as prioridades/necessidades, reajustando o catálogo, caso necessário; (ii) 40% consideram que é mais adequado ter catálogos separados, sendo os meios de AME reforçados com os meios da FRI, caso a situação assim o exija (Quadro 31).

O Comandante da Brigada Mecanizada, considera que o catálogo de meios da FRI é adequado para o AME, pois permite escolher os meios de acordo com as necessidades, conforme ocorreu no emprego da FRI em Moçambique – Operação IDAI (P. N. Abreu, entrevista por *email*, 4 de fevereiro de 2020). Por outro lado, C. M. Alves (*op. cit.*) considera ser conveniente a existência de catálogos separados, pelo facto da FRI deter meios que, pelas suas especificidades, não se mostram adequados ao emprego em tarefas do AME.





Quadro 31 - Meios da FRI versus AME (entrevista)

Q4.2: Considera adequado o emprego do catálogo de meios da FRI no âmbito AME, ou deveriam existir catálogos separados?		Dimensão: Recursos Variável: Meios Indicador: FRI										
CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Emprego do catálogo da FRI (60%)	Sim (missão-tipo)											
	Reajustar catálogo caso necessário											
	Meios atribuídos ao AME ou FRI conforme prioridades/necessidades											
Catálogos separados (40%)	FRI é uma força expedicionária											
	Adequado											
	Catálogo da FRI reforça se necessário											

#### 4.4.2. Discussão

Respondendo à QD3 “Quais os recursos mais apropriados a incluir na capacidade do AME?”, propõe-se o seguinte:

- Adicionar, às valências do AME predefinidas na DIROP 032/CEMGFA/2018, meios aéreos e de subsuperfície não-tripulados, mergulhadores e meios de inativação de engenhos explosivos, estes numa perspetiva de demolições, tal como foi requerido no apoio à desobstrução do porto da ilha das Flores (Marinha, 2019b);
- Reforçar a valência de C3, com comunicações satélite e comunicações táticas militares HF.

O resultado foi inconclusivo quanto ao emprego do catálogo de meios da FRI no âmbito do AME ou à existência de catálogos separados.

#### 4.4.3. Síntese conclusiva

Da análise e discussão antecedente é possível propor os recursos mais apropriados para o AME, além dos já predefinidos na DIROP 032/CEMGFA/2018, nomeadamente: (i) meios aéreos e de subsuperfície não-tripulados; (ii) mergulhadores; (iii) inativação de engenhos explosivos (demolição); e (iv) reforço da valência de C3, com comunicações satélite e comunicações táticas militares HF.

O resultado foi inconclusivo quanto à existência de catálogos diferenciados de meios para a FRI e para o AME.

É de referir que, apesar do contributo do AME na resposta à COVID-19 não ter sido objeto de análise, torna-se evidente que a capacidade laboratorial das FFAA deverá ser incluída nas valências do AME (CCOM, 2020).

Tendo presente o que antecede, considera-se que ficou respondida a QD3, alcançando-se, assim, o OE3: “Propor os recursos mais apropriados a incluir na capacidade do AME”.



## 5. Conclusões

### **Sumário com as grandes linhas do procedimento metodológico seguido**

O presente estudo teve como objetivo propor contributos para otimizar o modelo organizacional de emprego da capacidade de AME das FFAA, no âmbito conjunto, nos domínios da doutrina, da organização e dos recursos de material.

O procedimento metodológico adotado no presente estudo de caso (desenho de pesquisa), no qual as dimensões de investigação se traduziram em unidades de análise (princípios fundamentais, organização e recursos), utilizou um raciocínio indutivo. Aplicou-se uma estratégia de investigação mista, materializada no envio de um questionário a especialistas na matéria, e de seguida foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, a chefias de topo, de forma a validar os resultados do questionário. Os dados recolhidos foram submetidos a uma análise de conteúdo do tipo categorial, utilizando um modelo fechado (categorias *a priori*) para as questões fechadas e um modelo aberto (categorias emergentes) para as questões abertas.

Quanto à representatividade dos questionados e dos entrevistados, considera-se que esta compreendeu uma população-alvo bastante abrangente, face à especificidade do tema. A participação por Ramos, incluindo EMGFA/CCOM, foi equilibrada, permitindo obter contributos de um conjunto relevante de especialistas na matéria, do nível operacional e estratégico.

### **Avaliação dos resultados obtidos**

No que respeita à dimensão “Doutrina” (OE1), face à confirmação da sua ausência ao nível militar conjunto, foi possível caracterizar os princípios fundamentais do AME, elaborar definições estruturantes omissas, tipificar as missões do AME, tal como clarificar que a capacidade de AME deverá ser de cariz conjunto. Estes factos permitem anexar ao presente estudo um projeto de uma PDMC-AME, o qual, caso venha a ser validado pelo IUM, poderá ser submetido ao EMGFA, para análise. A estrutura da PDMC-AME está alinhada com a metodologia DOTMLPPII, substituindo a categoria “Doutrina” por “Enquadramento” e concentrando as categorias “Material”, “Pessoal” e “Infraestruturas” em “Recursos”.

Referente à dimensão “Organização” (OE2), foi possível definir e clarificar a não adaptação nacional a modelos estrangeiros, tendo-se identificado e proposto a organização mais adequada do AME, nomeadamente, quanto à estrutura de apoio a existir no CCOM (NP-AME), tal como relativamente a processos omissos, designadamente, o emprego da FRI e das FOpE, a ativação do CE-CCOM e a TOA dos meios. Ficou, ainda, clara a necessidade



de atualização da DIROP 032/CEMGFA/2018 e de investimento nos exercícios conjuntos, tal como se confirmou a manutenção dos processos relativos à solicitação/ativação dos meios e a atual forma de articulação/representação das FFAA junto de outros sistemas nacionais associados à presente temática, tirando partido do supramencionado NP-AME. O estudo foi inconclusivo quanto à estrutura e quantidade dos PLACON conjuntos e quanto a quem atribuir a autoridade de coordenação na área/zona de ocorrência de um acidente grave/catástrofe.

Relativamente à dimensão “Recursos” (OE3), foi possível identificar e propor os recursos de material mais apropriados para o AME, em aditamento aos predefinidos na DIROP 032/CEMGFA/2018. O estudo foi inconclusivo quanto à existência, ou não, de catálogos diferenciados de meios para a FRI e para o AME.

### **Contributos para o conhecimento**

Este estudo permitiu incrementar significativamente o conhecimento nesta área específica, elencando uma série de soluções para assuntos omissos ou que carecem de melhoria, possibilitando otimizar o atual modelo de emprego da capacidade de AME das FFAA, tornando-o mais eficaz e eficiente, ficando assim respondida a QC e alcançando-se o OG.

### **Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras**

Como principais limitações desta investigação, identificam-se:

- A não análise de um modelo de um país com características semelhantes às nacionais (e.g., Bélgica ou Grécia);
- Não ter sido possível incluir as lições aprendidas iniciais provenientes do alargado e intenso emprego do AME no âmbito da resposta à COVID-19.

Como estudos futuros, sugere-se a elaboração das seguintes investigações:

- Relação entre o AME, a capacidade nacional de Resiliência, preconizada pela OTAN, e o SNPCE;
- Balanceamento do emprego das capacidades das FFAA entre as vertentes *safety* e *security*, em coordenação com os restantes setores do Estado, no caso de ser decretado o estado de sítio;
- Preparação das FFAA, no âmbito do AME, para situações futuras com impacto semelhante ao da pandemia da COVID-19, face à evidente crescente severidade das catástrofes e calamidades.



### **Recomendações e outras considerações de ordem prática**

Com a presente investigação foi possível propor um conjunto alargado, significativo e relevante de contributos que permitem:

- Edificar uma doutrina conjunta inexistente;
- Reestruturar a organização de suporte ao AME no CCOM;
- Incluir e rever diversos processos atinentes, levando à atualização da DIROP 032/CEMGFA/2018;
- Reforçar os meios elencados na respetiva capacidade.

Nesta sequência, recomenda-se que, depois de validado pelo IUM, o projeto de PDMC-AME (anexo ao TII), seja submetido ao EMGFA, para posterior análise em conjunto com os Ramos, de forma a colmatar uma indubitável lacuna nesta área.



## Referências bibliográficas

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2009). *Glossário de Proteção Civil*. Carnaxide: Autor.
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2016). Planeamento Civil de Emergência [Página *online*]. Retirado de <http://www.prociv.pt/pt-pt/PROTECAOCIVIL/SISTEMAPROTECAOCIVIL/PLANOCIVILEMERGENCIA/Paginas/default.aspx>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2018b). ANEPC realiza Exercício MONTEMURO 18 [Página *online*]. Retirado de [http://www.prociv.pt/bk/IMPrensa/COMUNICADOIMPrensa/Documents/CIMP\\_18\\_170518\\_Exercicio\\_Montemuro18.pdf](http://www.prociv.pt/bk/IMPrensa/COMUNICADOIMPrensa/Documents/CIMP_18_170518_Exercicio_Montemuro18.pdf)
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2019a). CASCADE'19 – Exercício Europeu de Proteção Civil [Página *online*]. Retirado de <http://www.prociv.pt/pt-pt/paginas/noticias.aspx#/collapse-6>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2019b). Riscos Tecnológicos [Página *online*]. Retirado de <http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSPREV/RISCOSTEC/AMEACASNRBQ/Paginas/default.aspx>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2020). *Diretiva Operacional n.º 2 – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais 2020*. Carnaxide: Autor.
- Campos, C. (2019). *As Forças Armadas e a sua capacidade para intervenção/empenhamento em cenários complexos de assistência humanitária*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Castro, J., Lobão, G. & Mirones, J. (2017). *Contributos para a edificação de um modelo de articulação operacional securitário em Portugal*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar. (2019). Domínios, Áreas e Subáreas de investigação [Página *online*]. Retirado de <https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/investiga/dominios-areas-e-subareas-de-investigacao>
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (1999). *Diretiva Operacional 012/CEMGFA/1999 - Forças de Operações Especiais*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.



- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2017). *Diretiva Operacional 033/CEMGFA/2017 - Componente de Operações Especiais*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018a). *Plano de Contingência 30010/2018/COM - “Zarco” Plano de emprego de Forças do COM*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018b). *Diretiva Operacional 017/CEMGFA/2018 – Companhia Geral CIMIC*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018c). *Diretiva Estratégica do EMGFA 2018-2021 - DEEMGFA*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018d). *Diretiva Operacional 032/CEMGFA/2018 - Participação das Forças Armadas em ações de Proteção Civil*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018e). *Plano HEFESTO - Participação das FFAA no âmbito dos Incêndios Rurais*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018f). *Diretiva Operacional 04/CEMGFA/2018 - Alteração n.º 1 - Força de Reação Imediata*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2019a). *Plano de Evacuação de Cidadãos Nacionais em Países Terceiros em situação de crise ou conflito - Plano de Contingência PÉGASO*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2019b). *Despacho 164/CEMGFA/2019 - Implementação do Departamento Operacional Interagências*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas & Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2020). *Orientações para a articulação operacional entre as Forças e Serviços de Segurança e as Forças Armadas*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas & Secretaria-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Comando Conjunto para as Operações Militares. (2020). *Briefing diário do Comando Conjunto para as Operações Militares de 3 de maio de 2020*. Oeiras: Autor.



- Comissão Técnica Independente. (2017). *Análise e apuramento dos factos relativos aos incendios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão, entre 17 e 24 junho de 2017*. Lisboa: Assembleia da República.
- Comissão Técnica Independente. (2018). *Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*. Lisboa: Assembleia da República.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2018). *Deliberação de 17 de julho*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Conselho Superior de Defesa Nacional. (2014a). *Missões das Forças Armadas – MIFA 2014*. Lisboa: Autor.
- Conselho Superior de Defesa Nacional. (2014b). *Sistema de Forças – SF 2014*. Lisboa: Autor.
- Cunha, M., Meyer, V. & Rego, A. (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa* 17(2). Retirado de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-44642018000200004#q2](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642018000200004#q2)
- Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março (1999). *Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores*. Diário da República, Série I-A, 66, 1537 a 1541. Horta: Governo Regional dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho (2009). *Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM e respetiva orgânica*. Diário da República, 1.ª série, 124, 4227 a 4232. Funchal: Governo Regional da Madeira.
- Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro (1994). *Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo*. Diário da República, Série I-A, 18, 322 a 326. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro (1995). *Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo*. Diário da República, Série I-A, 227, 6050 a 6053. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho (2006). *Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI)*. Diário da República, 1.ª série, 123, 4586 a 4599. Lisboa: Assembleia da República.





- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho (2006). *Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)*. Diário da República, 1.ª série, 142, 5231 a 5237. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro (2014). *Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª série, 250, 6383 a 6397. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril (2019). *Lei orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil*. Diário da República, 1.ª série, 64, 1798 a 1808. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho (2020). *Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência*. Diário da República, 1.ª série, 140, 17 a 24. Lisboa: Assembleia da República.
- Despacho n.º 3317-A/2018, de 29 de março (2018a). *Revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO)*. Diário da República, 2.ª série, 65, 9530-(2) a 9530-(10). Carnaxide: Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil.
- Despacho n.º 2536/2020, de 24 de fevereiro (2020). *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar — quadriénio 2019-2022*. Diário da República, 2.ª série, 38, 36 a 41. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março (2020). *Declaração de situação de alerta em todo o território nacional*. Diário da República, 2.ª Série, 52, 452-(3) a 453-(4). Lisboa: Ministério da Administração Interna & Ministério da Saúde.
- Differencebetween.net. (2019). Differencebetween.net [Página online]. Retirado de <http://www.differencebetween.net/language/words-language/difference-between-safety-and-security>
- Dionne, J. & Laville, C. (1999). *A Construção do Saber*. Belo Horizonte, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2019). Comando Conjunto para as Operações Militares conclui processo de transformação estrutural e tecnológica [Página online]. Retirado de <https://www.emgfa.pt/noticias/Paginas/Comando-Conjunto-para-as-Operacoes-Militares-conclui-processo-de-transformacao-estrutural-e-tecnologica.aspx>
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2020). *Programa Anual de Exercícios Combinados e Conjuntos 2020 - EXPROGEN 2020*. Lisboa: Autor.





- Estado-Maior-General das Forças Armadas & Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta. (2019). *Protocolo FAUNOS - Protocolo de Colaboração entre Estado-Maior-General das Forças Armadas - Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta*. Lisboa: Autor.
- Exército. (2018). *Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército - PAMEEX*. Lisboa: Autor.
- Exército. (2019a). *Quadro Orgânico do Regimento de Apoio Militar de Emergência - 07.02.03*. Lisboa: Autor.
- Exército. (2019b). Exército organiza Workshop no âmbito do Exercício “FÉNIX 19” [Página online]. Retirado de <https://www.exercito.pt/pt/informa%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica/not%C3%ADcias/905>
- Expresso. (2018). POLÍTICA - António Costa: aumento da despesa militar tem de ser para “duplo uso” [Página online]. Retirado de <https://expresso.pt/politica/2018-09-03-Antonio-Costa-aumento-da-despesa-militar-tem-de-ser-para-duplo-uso>
- Expresso. (2019). Borba um ano depois [Página online]. Retirado de <https://expresso.pt/sociedade/2019-11-16-Borba-um-ano-depois.-Nove-arguidos-familiares-indemnizados-e-estrada-cortada>
- Ferreira, C. (2019). *Enquadramento da atuação das Forças Armadas em missões de proteção civil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Força Aérea & Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2019). *Diretiva Operacional 2019 - Mecanismos de coordenação entre a ANEPC e a Força Aérea no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais*. Alfragide: Autor.
- Guerra, L. (2018). *As Forças Armadas em Ações de Proteção Civil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- International Civilian Aviation Organization. (2016). *Procedures for Air Navigation Services*. Montreal, Canadá: Autor.
- International Maritime Organization. (1974). *Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar*. Londres, Reino Unido: Autor.
- Isabel, P. (2018). *A articulação entre as Forças Armadas e os Agentes de Proteção Civil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Instituto Universitário Militar. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.<sup>a</sup> ed., revista e atualizada). Cadernos do Instituto Universitário Militar, 8. Lisboa: Autor.



- Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (1986). *Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência*. Diário da República, 1.ª série, 225, 2779 a 2783. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de setembro (1997). *Quarta revisão constitucional da Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, Série I-A, 218, 5130 a 5196. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (2006). *Lei de Bases da Proteção Civil*. Diário da República, 1.ª série, 126, 4696 a 4706. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (2008). *Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.ª série, 167, 6135 a 6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 1-B/2009, de 7 de julho (2009). *Lei de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª série, 129, 4344-(9) a 4344-(18). Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho (2009). *Lei Orgânica das Forças Armadas (LOBOFA)*. Diário da República, 1.ª série, 167, 4603 a 4611. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho (2019). *Lei de Programação Militar 2019-2030*. Diário da República, 1.ª série, 114, 2982 a 2985. Lisboa: Assembleia da República.
- Macedo, S. (2019). *As missões previstas para as Forças Armadas, com base no conceito de duplo uso civil-militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Machado, R. S. (2020). *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19) – Documento em Pré-Preparação*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde.
- Marinha. (2017). *Plano de Operações ARCA*. Lisboa: Autor.
- Marinha. (2019a). *Instrução Temporária 09/19 - Apoio à ANEPC no âmbito da Defesa Contra os Incêndios Rurais*. Lisboa: Autor.
- Marinha. (2019b). Operações Flores | Mergulhadores da Marinha Portuguesa [Página online]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=ryegeERznnw>
- Marques, A. (2016). *As Forças Armadas no Apoio à Proteção Civil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Conceito Estratégico Militar (CEM) 2014*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Defesa Nacional. (2015). *Anuário estatístico 2015*. Lisboa: Autor.



- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2015). *AJP-3.4.3 - Military contribution to humanitarian assistance*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2016). Warsaw Summit Communiqué [Página online]. Retirado de [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_133169.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm)
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2017). *AJP-01 Allied Join Doctrine*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2018). *AAP-06 - NATO Glossary of Terms and Definitions*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2020). Resilience and Article 3 [Página online]. Retirado de [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_132722.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_132722.htm)
- Palma, J. (2011). O Papel das Forças Armadas nas Operações inter-agências de combate às ameaças. *Cadernos Navais*, n.º 38. Retirado de [https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernos\\_navais\\_n38\\_julho\\_setembro\\_2011.pdf](https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernos_navais_n38_julho_setembro_2011.pdf)
- Portugal 2020. (2020). O que é o Portugal 2020 [Página online]. Retirado de <https://www.portugal2020.pt/content/o-que-e-o-portugal-2020>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março (2013). *Conceito Estratégico Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª série, 67, 1981 a 1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 21 de outubro (2017). *Reforma do Modelo do Sistema Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios*. Diário da República, 1.ª série, 208, 5818-(2) a 5818-(5). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2018, de 23 de outubro (2018). *Reforma do modelo de gestão dos meios aéreos que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR)*. Diário da República, 1.ª série, 204, 5059 a 5060. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministro.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro (2019). *Missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)*. Diário da República, 1.ª série, 14, 378 a 379. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2019, de 5 de junho (2019). *Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023*. Diário da República, 1.ª série, 108, 2888 a 2895. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



- Sécurité civile. (2019). Sécurité civile [Página *online*]. Retirado de <https://www.interieur.gouv.fr/Le-ministere/Securite-civile>
- Serra, P. (2017). *Contributos para a edificação de um modelo de articulação operacional entre agentes da Proteção Civil*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Stemler, S. (2001). Practical Assessment, Research, and Evaluation: Vol. 7, Article 17. Retirado de <https://scholarworks.umass.edu/pare/vol7/iss1/17>
- Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal. (2019). SIRESP [Página *online*]. Retirado de <http://www.siresp.com/index.html>
- SurveyMonkey. (2020). Calculadora de margem de erro [Página *online*]. Retirado de <https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator>
- Unidad Militar de Emergencias. (2019). Unidad Militar de Emergencias [Página *online*]. Retirado de <http://www.ume.mde.es>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2001). Coordination in Complex Emergencies [Página *online*]. Retirado de <https://www.unhcr.org/partners/partners/3ba88e7c6/coordination-complex-emergencies.html>
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2017). Terminology [Página *online*]. Retirado de <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-d>
- Weber, R. (1990). *Basic Content Analysis* (2nd ed.). Newbury Park, Estados Unidos da América: SAGE Publications.
- World Health Organization. (2002). Environmental health in emergencies [Página *online*]. Retirado de [https://www.who.int/environmental\\_health\\_emergencies/complex\\_emergencies/en](https://www.who.int/environmental_health_emergencies/complex_emergencies/en)
- Yin, R. (2003). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos* (Reimpressão da 2.<sup>a</sup> ed.). Porto Alegre: Bookman.



## Apêndice A — Corpo de conceitos

**Acidente grave** - “É um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.” (LBPROCIV, 2006).

**Apoio humanitário (*Humanitarian Assistance*)** - “As part of an operation, the use of available military resources to assist or complement the efforts of responsible civil actors in the operational area or specialized civil humanitarian organizations in fulfilling their primary responsibility to alleviate human suffering.” (OTAN, 2018, p. 62).

**Apoio programado** - “O apoio programado é prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados, após parecer favorável das Forças Armadas, havendo, para tanto, integrado nos centros de coordenação operacional um oficial de ligação.” (LBPROCIV, 2006).

**Apoio não programado** - “O apoio não programado é prestado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao Estado-Maior-General das Forças Armadas a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das ações a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas.” (LBPROCIV, 2006).

**Capacidade (*Capability*)** - “The ability to create an effect through employment of an integrated set of aspects categorized as doctrine, organization, training, materiel, leadership development, personnel, facilities, and interoperability.” (OTAN, 2018, p. 23).

**Capacidade militar** - “[...] conjunto de elementos que se articulam, de forma harmoniosa e complementar, e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais, ou efeitos que são necessários atingir, englobando componentes da doutrina, da organização, do treino, da logística, da liderança, do pessoal, das infraestruturas e da interoperabilidade, entre outras (DOTMLP2).” (MDN, 2014, p. 38).

**Catástrofe** - “Acidente grave ou série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida em áreas ou na totalidade do [TN].” (LBPROCIV, 2006).

**Cenários, Subcenários e Missões** - O CEM 2014, define seis macro cenários e divide-os em 20 subcenários de emprego das FFAA (ver Quadro 32), os quais correspondem, exatamente com a mesma numeração, às missões das FFAA (MIFA):

Quadro 32 - Cenários e missões de emprego das FFAA

CENÁRIOS (C)	SUBCENÁRIOS/MIFA (M)
<b>C1. – Segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos</b>	1-Defesa convencional do TN (M1.1)
	2-Garantia de circulação no espaço interterritorial (M1.2)
	3-Atuação em estados de exceção (M1.3)
	4-Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise (M1.4)
	5-Extração/proteção de contingentes/FND (M1.5)
	6-Ciberdefesa (M1.6)
	7-Cooperação com as forças e serviços de segurança (M1.7)
<b>C2. – Defesa coletiva</b>	1-Defesa do território das nações aliadas (M2.1)
<b>C3. – Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais</b>	1-Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional (M3.1)
	2-Busca e Salvamento (M3.2)
	3-Segurança das linhas de comunicação no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (M3.1)
<b>C4. – Segurança cooperativa</b>	1-Operações Resposta a Crises - OTAN (não-art.º 5º) (M4.1)
	2-Outras operações e missões no âmbito da OTAN (M4.2)
	3-Operações e missões no âmbito da União Europeia (M4.3)



CENÁRIOS (C)	SUBCENÁRIOS/MIFA (M)
	4-Operações de Paz no âmbito da Organização das Nações Unidas e da CPLP (M4.4)
	5-Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais (M4.5)
<b>C5. – Apoio ao desenvolvimento e bem-estar</b>	1-Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens (M5.1)
	2-Apoio ao desenvolvimento (M5.2)
<b>C6. – Cooperação e assistência militar</b>	1-Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral (M6.1)
	2-Ações no âmbito da Reforma do Sector de Segurança de outros países (M6.2)

Fonte: Adaptado a partir de MDN (2014) e CSDN (2014a).

**Ciclo da catástrofe** - “O conceito de ciclo pressupõe uma sucessão de factos ou acontecimentos que decorrem periodicamente e que, partindo de um determinado estado, voltam a si mesmo. O Ciclo das Catástrofes distingue dois tempos de atuação: o tempo de quietação, durante o qual devem ser preparados os aspetos relativos à prevenção e preparação e o tempo de ação onde as etapas de resposta e de recuperação são programadas em antevisão no plano de emergência.” (ANEPC, 2009, p. 13).

**Conjunto Modular de Forças (CMF)** - “Orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa, constituídas ou a constituir, para emprego sustentado, por períodos de seis meses, para empenhamento até três operações simultâneas de pequena dimensão ou numa operação de grande dimensão.” (MDN, 2014, p. 41).

**Cooperação Civil-Militar (CIMIC)** - “Coordenação e cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os atores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais, bem como organizações internacionais, nacionais, não-governamentais e agências.” (CEMGFA, 2018b).

**Doutrina (Doctrine)** - “*Fundamental principles by which the military forces guide their actions in support of objectives.*” (OTAN, 2018, p. 43).

**Duplo uso** - “O conceito de duplo uso baseia-se no emprego dos meios das FFAA no serviço público militar e no serviço público não militar, compatibilizando, em conformidade com o ordenamento constitucional e legal em vigor, o cumprimento das tarefas de serviço público militar com as tarefas do serviço público não militar, potenciando sinergias, assentes na racionalização e complementaridade dos meios e da sua logística [...]” (Palma, 2011, p. 44).

**Epidemia** - “Frequência superior ao expectável de casos de uma determinada infeção ou doença, numa comunidade ou região.” (Machado, 2020).

**Estado de emergência** - “[...] é declarado quando se verificarem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verificarem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública.” (Lei n.º 44/86, de 30 de setembro).

**Estado de sítio** - “[...] é declarado quando se verificarem ou estejam iminentes atos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei.” (Lei n.º 44/86, de 30 de setembro).

**Forças Permanentes em Ação de Soberania (FPAS)** - “Orientadas para missões, designadamente, de defesa aérea, patrulhamento, vigilância e fiscalização marítima e aérea, vigilância terrestre, busca e salvamento, defesa NBQR, outras de interesse público e de resposta a catástrofes, em continuidade no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional.” (MDN, 2014, pp. 40, 41).

**Força de Reação Imediata (FRI)** - “Orientada para missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas.” (MDN, 2014, p. 40).





**Incidentes tático-policiais graves** - “[...] além dos que venham a ser classificados como tal pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, os que requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais de uma força e serviço de segurança e que envolvam: a) Ataques a órgãos de soberania, estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino, infraestruturas destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população, meios e vias de comunicação ou meios de transporte coletivo de passageiros e infraestruturas classificadas como infraestruturas nacionais críticas; b) O emprego de armas de fogo em circunstâncias em que se ponha em perigo a vida ou a integridade física de uma pluralidade de pessoas; c) A utilização de substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas; d) Sequestro ou tomada de reféns.” (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto).

**Missões das Forças Armadas (MIFA)** - “[...] decorrem dos Cenários de Emprego das Forças Armadas (FFAA), do Conceito de Ação Militar e das Orientações Específicas, definidos no CEM. A finalidade das MIFA é identificar as missões de nível estratégico-militar cometidas às FFAA. A execução das missões respeita as prioridades e orientações contidas no CEDN e CEM, designadamente no que concerne: à atenção devida à ação das ameaças persistentes e emergentes para dentro das nossas fronteiras; ao imperativo de, numa perspetiva de soberania, não deixar que se materializem vazios estratégicos nas áreas de interesse nacional; à necessidade de projetar e manter a imagem de Portugal, enquanto «produtor de segurança»; e ao papel vital da OTAN para a defesa coletiva.” (CSDN, 2014a).

**Pandemia** - “Epidemia que envolve vários países ou continentes e que afeta uma população grande.” (Machado, 2020).

**Planeamento civil de emergência** - “Atividade que se destina coordenar as componentes e as capacidades não militares da Defesa Nacional e o apoio civil às Forças Armadas, bem como a organizar e preparar os diferentes sectores estratégicos da Nação para fazer face a situações de crise ou de guerra, de forma a contribuir para a garantia da liberdade da ação política e governativa, bem como para a segurança e bem-estar das populações.” (ANEPC, 2016).

**Posto de Comando Operacional (PCO)** - “Órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS na tomada das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações. O PCO tem por missões genéricas: a) A recolha e o tratamento operacional das informações; b) A preparação das ações a desenvolver; c) A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos; d) O controlo da execução das ordens; e) A manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues; f) A gestão dos meios de reserva.” (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho).

**Preparação** - “(1) Atividades e medidas implementadas antecipadamente com o objetivo de reduzir ao mínimo as perdas de vidas humanas e outros danos e ainda organizando oportuna e eficazmente a resposta e a reabilitação; (2) Atividades de Proteção Civil que admitem essencialmente as ações relacionadas com o planeamento de emergência, a definição dos níveis de Alerta e as conclusões dos simulacros para a definição da resposta adequada (rápida e efetiva); (3) Atividades com o objetivo de organizar, educar, capacitar e treinar populações necessários para facilitar as ações para um efetivo e oportuno controlo, aviso, evacuação, salvamento, socorro e ajuda assim como uma ação rápida e eficaz quando se produz o impacto.” (ANEPC, 2009, p. 32).

**Prevenção** - “(1) Conjunto de medidas destinadas a impedir ou evitar que fenómenos naturais, atividades industriais ou outras desenvolvidas pelo homem, possam provocar catástrofes; (2) As medidas desenhadas para proporcionar proteção efetiva dos efeitos de uma catástrofe. Inclui medidas estruturais como os projetos de engenharia, de legislação sobre o uso da terra, água e do ordenamento urbano; (3) Atividades essenciais de proteção civil onde se procuram as alternativas conducentes a minimizar o risco, quer seja evitando a



sua ocorrência quer seja eliminando os danos do mesmo. As atividades de monitorização dos riscos e as ações de vigilância, identificação das zonas vulneráveis, os sistemas de alerta precoce ou a evacuação de populações em áreas ameaçadas, são exemplos de medidas de prevenção.” (ANEPC, 2009, p. 32).

**Proteção Civil** - “Atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autônomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.” (LBPROCIV, 2006).

**Recuperação** - “Conjunto de decisões e ações após a catástrofe, destinadas a restabelecer as condições de vida existentes anteriormente à afetação da comunidade. Em simultâneo inclui a implementação das mudanças necessárias à redução dos riscos.” (ANEPC, 2009, p. 35).

**Resiliência (*Resilience*)** - “*Resilience is a society’s ability to resist and recover easily and quickly from such [major] shocks [e.g., natural disaster, failure of critical infrastructure, or a hybrid or armed attack] and combines both civil preparedness and military capacity.*” (OTAN, 2020).

**Resposta** - “(1) Conjunto de decisões e de ações tomadas durante e depois da catástrofe, que incluem o socorro, reabilitação e reconstrução imediatos; (2) Etapa do ciclo da catástrofe durante a qual, são postas em funcionamento as ações previstas na fase de planeamento de emergência. Estas ações compreendem o socorro, as atividades de apoio logístico, assistencial e médica, a avaliação de danos, vistorias, desobstrução de vias e reabilitação dos serviços essenciais; (3) Fornecimento de ajuda e intervenção durante ou imediatamente após o desastre, tendente a salvaguardar a vida humana e a velar pelas necessidades básicas de subsistência das populações.” (ANEPC, 2009, p. 37).

**Segurança interna** - “[...] atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto).

**Sistema de Forças (SF)** - “[...] define o conjunto de capacidades que devem existir para o cumprimento das missões das Forças Armadas, identificando os tipos e quantitativos de forças e meios, tendo em conta a sua adequada complementaridade operacional.” (LOBOFA, 2009).

**Sistema de Gestão de Operações (SGO)** - “O SGO é uma forma de organização operacional que se desenvolve numa configuração modular e evolutiva de acordo com a importância e o tipo de ocorrência, e aplica -se a todos os Agentes de Proteção Civil (APC), Entidades com especial dever de cooperação e qualquer outra entidade desde que empenhadas em operações de proteção e socorro”. (ANEPC, 2018a).

**Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)** - “Conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.” (LBPROCIV, 2006).

**Situação de alerta** - “Pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação.” (LBPROCIV, 2006).

**Situação de contingência** - “Pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal.” (LBPROCIV, 2006).





**Situação de calamidade** - “Pode ser declarada quando, face à ocorrência ou perigo de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, e à sua previsível intensidade, é reconhecida a necessidade de adotar medidas de caráter excecional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos.” (LBPROCIV, 2006).



## Apêndice B — Questionário

O presente questionário foi elaborado no âmbito da realização do Trabalho de Investigação Individual (TII) do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2019/20 pelo CMG José Diogo Pessoa Arroteia, subordinado ao tema “Modelo organizacional do Apoio Militar de Emergência (AME) das Forças Armadas (FFAA)”.

O questionário é anónimo e a informação recolhida é confidencial, destinando-se, única e exclusivamente, à realização desta investigação.

A sua participação foi selecionada dentro de um grupo de militares (amostragem por escolha racional) que exercem (ou recentemente exerceram) cargos associados ao AME, aos níveis estratégico, operacional ou tático, pelo que o seu contributo é de elevada importância.

Solicita-se o envio da resposta até 24 de janeiro de 2020.

Este questionário tem uma duração aproximada de quinze (15) minutos.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e colaboração neste estudo. Estou disponível para quaisquer esclarecimentos através do contato: CMG Diogo Arroteia - arroteia.jdp@ium.pt.

Muito obrigado

### 1.ª parte – Dados sociodemográficos

Preencha p.f. os seguintes dados:

1.1 **Ramo:** EMGFA/CCOM ☐ Marinha ☐ Exército ☐ Força Aérea ☐

1.2 **Conhecimento da DIROP 032/CEMGFA/2018** (Participação das Forças Armadas em ações de Proteção Civil) **e do Plano HEFESTO** (Participação das FFAA no âmbito dos incêndios Rurais):

Fraco (já ouvi falar) ☐

Médio (conheço em linhas gerais) ☐

Elevado (conheço em detalhe) ☐

1.3 **Anos de experiência em AME:** Até 2 ☐ 2 a 3 ☐ 4 ou mais ☐

### 2.ª parte – Doutrina Nacional Conjunta para o AME

**Indicador:** Doutrina

Não existindo Doutrina Militar Conjunta para o AME, concorda com:

2.1 A proposta de definição de missões/operações de AME que se segue?

**Apoiar, de forma programada e não programada, a atividade de emergência e proteção civil, em todas as fases associadas a situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, de forma a salvaguardar a população e bens de interesse público.**

Concordo ☐

Não concordo ☐

2.2 Se não concorda diga p.f. o que recomenda? \_\_\_\_\_

2.3 A proposta de tarefas de apoio/colaboração associadas ao AME, apresentada na Tabela 1?

Discordo ☐ Discordo maioritariamente ☐ Concordo maioritariamente ☐ Concordo ☐

2.4 Se não respondeu “Concordo” diga p.f. o que recomenda? \_\_\_\_\_



**Tabela 1 – Atividades/tarefas AME**

ATIVIDADES/TAREFAS DE APOIO/COLABORAÇÃO
1 - Busca e salvamento (no âmbito PROCIV)
2 - Proteção do ambiente (inclui o combate à poluição)
3 - Bem-estar sanitário/Apoio psicológico (incluindo pandemias)
4 - Proteção NBQR
5 - Patrulhamento, vigilância, prevenção (inclui abertura de faixas de gestão de combustível), detecção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio
6 - Apoio geral de engenharia militar (inclui reparação de caminhos florestais)
7 - Evacuações médicas (inclui transporte de pessoas afetadas)
8 - Reabilitação infraestruturas
9 - Equipamentos e apoio logístico para as operações/população (Infraestruturas, incluindo para apoio de meios aéreos, Maquinaria, Eletricidade, Alimentação, Medicamentos, Água, Combustíveis)
10 - Patrulhamento/reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos
11 - Comando e gestão centralizados dos meios aéreos de DCIR
12 - Apoio em comunicações e em produtos GEOMETOC
13 - Alojamento/acampamento
14 - Participar em exercícios
15 - Apoio na preparação e implementação de planos de emergência aos diferentes níveis (nacional, regional, distrital e municipal)

Fonte: Adaptado a partir de CEDN (2013), CEMGFA (2018d, 2018e), CSDN (2014a, 2014b), EMGFA-ICNF (2019), LBPROCIV (2006) e MDN (2014).

2.5 A proposta de estrutura de uma Publicação de Doutrina Militar Conjunta (PDMC) sobre o AME (PDMC-AME), apresentada no Quadro 1?

Concordo ☐ Discordo ☐

2.6 Se discorda diga p.f. o que recomenda \_\_\_\_\_

**Quadro 1 – Estrutura de uma PDMC-AME**

CAPÍTULO	CONTEÚDO
<b>Introdução</b>	Âmbito Finalidade Enquadramento Legal Conceitos enquadradores Definição Ops AME
<b>Planeamento</b>	Natureza e Modalidades de Apoio Tarefas e Atividades Valências Planeamento Prontidão e Dispositivo Planos contingência
<b>Condução das Operações AME</b>	Comando, Controlo e Coordenação das Forças e Meios Ativação das Forças e Meios das Forças Armadas (fluxograma) Regras de Empenhamento Cooperação Civil-Militar (CIMIC) Comunicações e Sistemas de Informação Logística e (sustentação) Informação Pública e Comunicação estratégica
<b>Aspetos Administrativos</b>	Encargos Financeiros Relatórios e Lições Aprendidas

2.7 As missões AME encontram-se diluídas nas MIFA 5.1 (Quadro 2). Na sua opinião, as missões AME devem ser uma MIFA exclusiva ou continuar incluídas nas MIFA 5.1?

Devem ser uma MIFA exclusiva ☐ Devem continuar incluídas nas MIFA 5.1 ☐

2.8 Solicito que justifique, qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_



Quadro 2 – MIFA 5.1

M5.1	Descrição
<b>Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens</b>	Colaborar com as entidades civis nos âmbitos da proteção NBQR, do apoio sanitário, evacuações médicas e transporte de órgãos para transplante, das infraestruturas, do combate a incêndios e à poluição, de apoio geral de engenharia, da segurança da navegação marítima e aérea, e do apoio em caso de catástrofes naturais ou provocadas, a fim de garantir a salvaguarda de pessoas e bens.

Fonte: Adaptado de CSDN (2014a).

**Indicador:** Âmbito

2.9 Na sua opinião, a capacidade AME do SF 2014 e correspondente rubrica da LPM deveriam ser atribuídas (escolha p.f. apenas uma opção):

Aos 3 Ramos ☐ Apenas ao EMGFA ☐ Apenas ao Exército (situação atual) ☐

**3.ª parte – Organização**

**Indicador:** Reestruturação

3.1 Face à abrangência, importância e esforço associado ao AME, na sua opinião, a estrutura existente no CCOM deveria ser (escolha p.f. apenas uma opção):

Como está atualmente (apenas com um militar como Representante das FFAA junto da ANEPC/ICNF) ☐

Com um núcleo permanente conjunto dedicado ao AME, à semelhança do que se verifica com a Célula Planeamento de Operações Especiais e Força de Reação Imediata (FRI)? ☐ e com uma lotação de quantas pessoas (3, 4 ou mais)? \_\_\_\_\_

Outra opção ☐

3.2 Justifique, p.f., a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.3 Na sua opinião, considera que, para a condução de missões/operações AME complexas, o *Crisis Establishment* (CE) do CCOM (CE-CCOM) seja parcialmente ativado e que seja efetuado o *Transfer Of Authority* (TOA) dos meios dos Ramos para o CEMGFA (escolha p.f. apenas uma opção)?

CE-CCOM ativado, com TOA dos meios ☐

CE-CCOM não ativado, com TOA dos meios ☐

CE-CCOM ativado, sem TOA dos meios ☐

CE-CCOM não ativado, sem TOA dos meios ☐

3.4 Justifique, p.f., qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.5 Na sua opinião, o modelo espanhol ou francês (Figuras 1 e 2 e Quadro 3) é/são o(s) mais adequados à nossa realidade (escolha p.f. apenas uma opção)?

Sim, qualquer um ☐

Sim, o espanhol (implica a edificação de um “4º Ramo”) ☐

Sim, o francês ☐

Nenhum ☐

3.6 Justifique, p.f., qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_

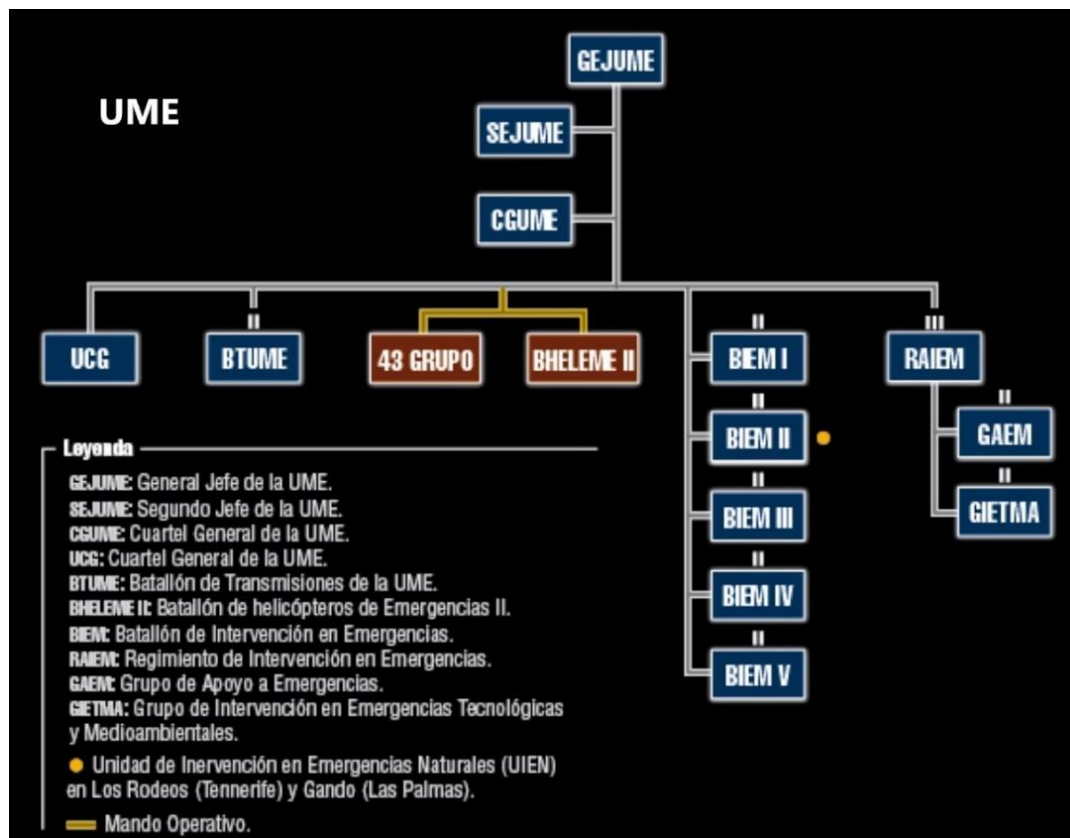


Figura 1 - UME  
Fonte: UME (2019).

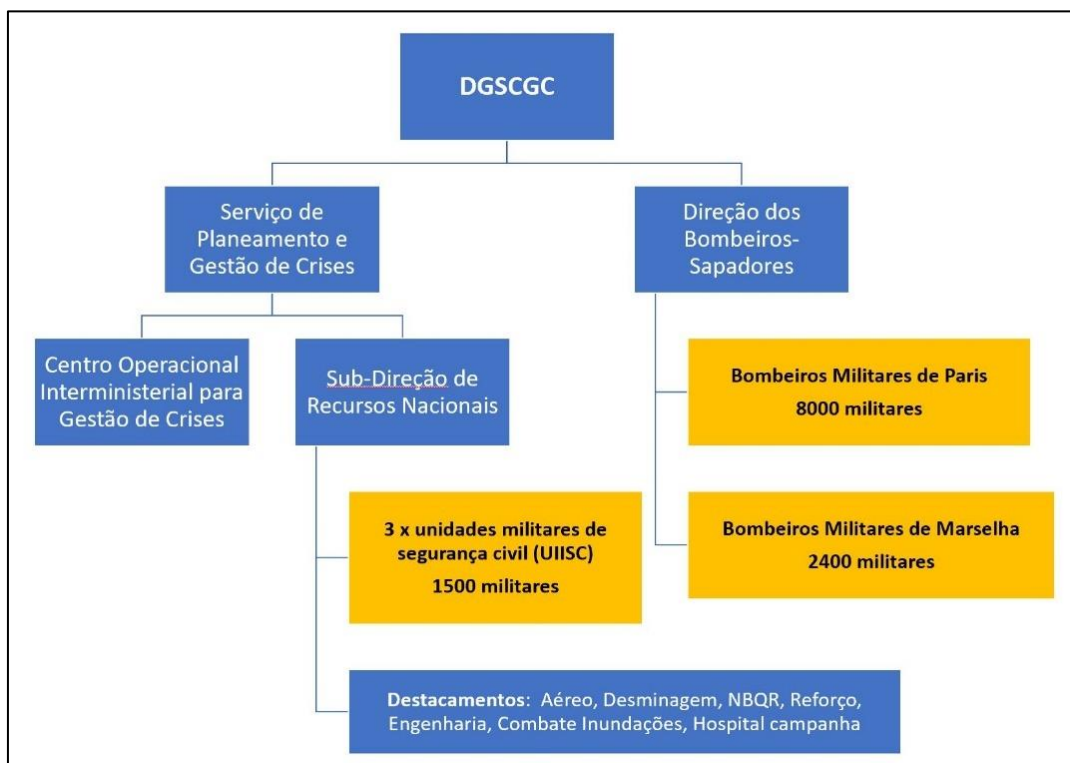


Figura 2 - Direction Générale de la Sécurité Civile et de la Gestion des Crises (DGSCGC)  
Fonte: Sécurité civile (2019).



## Modelo organizacional do apoio militar de emergência das Forças Armadas

Quadro 3		
Unidade	Unidad Militar de Emergencias (UME) - Espanha	Direction Générale de la Sécurité Civile et de la Gestion des Crises (DGSCGC) - França
Missão	Intervir em qualquer parte do território nacional, de forma a contribuir para a segurança e o bem-estar dos cidadãos, juntamente com instituições estatais e Administrações públicas, em casos de <b>risco grave, catástrofe, calamidade ou outras necessidades públicas</b> (melhorar a resposta do Estado a emergências).	Proteção de pessoas, propriedades e meio ambiente contra acidentes e desastres.
Tipologia de intervenção	Quando ocorrer uma das seguintes situações de emergência de natureza grave: - Com origem em riscos naturais, incluindo inundações, terremotos, deslizamentos de terra, grandes nevões e outros fenômenos meteorológicos adversos de grande magnitude; - Incêndios florestais; - Derivados de riscos tecnológicos, entre eles riscos químicos, nucleares, radiológicos e biológicos; - Resultantes de ataques terroristas ou atos ilegais e violentos, inclusive aqueles contra infraestruturas críticas, instalações perigosas ou com agentes nucleares, biológicos, radiológicos ou químicos; - A poluição do meio ambiente.	- A prevenção de riscos de todos os tipos. - Informar e alertar as populações. - Resgate de emergência de pessoas. - Combate a incêndios florestais. - Resposta a qualquer desastre (de origem natural, tecnológico ou sanitário, incluindo ciclones, inundações e terremotos). - Combate à poluição de várias origens. <b>(não realiza tarefas de prevenção)</b>
Tipologia de Força	A UME, criada em 2005, é uma força conjunta autônoma permanente, na dependência direta do Ministro da Defesa, com um total de 3.500 efetivos.	Com base nos corpos de bombeiros (250.000 [79% voluntários] e 12.000 militares do Exército/Marinha), na dependência direta do Ministro do Interior (previsto reforço de militares).
Composição da Força	- 1 Quartel-General (Madrid). - 1 Regimento de Apoio e Intervenção de Emergência (Madrid). - 1 Batalhão de Transmissão (Madrid). - 5 Batalhões de Intervenção de Emergência (Madrid, Sevilha/Canárias, Valencia, Saragoça, Leão). - Escola de Emergência Militar. <b>Total de 3.500 efetivos</b> Sob comando operacional: - 1 Batalhão de Helicóptero de Emergência (pertence ao Exército); - 1 Grupo de aéreos pesados (pertence à Força Aérea).	- 1 quartel-General (Paris) - 7 comandos regionais (7 zonas de defesa e segurança na França continental - divisão territorial válida para civis e militares). - 3 unidades militares de segurança civil - Unités d'Instruction et d'Intervention de la Sécurité Civile (UIISC), compostas por 1.500 militares do Exército, sob o comando do Commandement Terre pour le territoire national. Estas unidades formam 18 módulos de intervenção que podem ser projetados no TN e no exterior. Estes 18 módulos (e.g. helicópteros, engenharia, combate a inundações, NBQR, desminagem, hospital de campanha projetável) são certificados pelo mecanismo europeu de proteção civil. - 4 centros operacionais logísticos (dependem das UIISC).
Capacidades	- Comando e Controlo. - Direção Operacional de Emergência de Interesse Nacional (neste caso a UME pode solicitar o apoio necessário às FFAA e a outras administrações públicas e privadas, para aumentar as presentes capacidades, especialmente em termos de restauração serviços essenciais e cuidados à população afetada, e.g. apoio psicológico, sanitário e logístico). - Intervenção de Incêndio Florestal. - Intervenção contra Inundações. - Intervenção da tempestade do inverno. - Intervenção em terremotos, vulcões e deslizamentos de terra. - Intervenção em Riscos Tecnológicos e Contaminação Ambiental. - Intervenção ambiental básica. - Assistência à população afetada. - Proteção dos Bens Culturais. - Intervenção de emergência na sequência de ataques terroristas, atos ilícitos e atos violentos. - Apoio às Forças e Corpos de Segurança do Estado e a outras administrações públicas. - Intervenção em grandes acidentes aéreos ou ferroviários. - Assistência a múltiplas vítimas.	- Resgate de pessoas. - Combate incêndios florestais. - Combate a inundações. - Reconhecimento e zoneamento NBQR. - Descontaminação em massa. - Combate à poluição marítima e fluvial. - Especialidades e competências transversais que podem se adaptar a diversos ambientes em que operam (água, montanhas, subterrâneo) com equipes especializadas. - Reconhecimento de grupo em ambiente perigoso (equipes de cães, mergulhadores e socorristas aquáticos, grupos "montanhosos", especialistas em "resgate e limpeza", "resgate técnico" (expedição, resgate em barrancos ...). - Tratamento de água.
Meios	- Posto de Comando Fixo e Posto de Comando Projetável. - Postos de Comando móveis em veículos/contentores e em helicóptero. - Meios aéreos de asa fixa e helicópteros. - Ambulâncias (suporte básico e suporte avançado de vida). - Carros combate a incêndios. - Acampamentos de apoio às vítimas (com os respetivos apoios: água, eletricidade, sanitário, alimentação). - Viaturas de comunicações (incluindo via satélite). - Embarcações pneumáticas e semirrigidos. - Máquinas de arrasto e retroescavadoras. - Estação NBQR (descontaminação de pessoas e material, reconhecimento, tratamento de resíduos). - Viaturas de esgoto de água e lodo. - Viaturas limpa-neves. - Viaturas de transporte de pessoal e material, guindastes e motocicletas).	- 1 posto de comando fixo interministerial. - 2 camiões de grande capacidade de líquido retardante. - 26 aeronaves de asa fixa e 39 helicópteros. - Camiões basculantes e retroescavadoras. - 22 barcos de reconhecimento e resgate. - 1,5 km de barragem anti inundações. - 300 m2 de plataformas flutuantes, inúmeros equipamentos de esgoto. - 50 cadeias de descontaminação NBQR em massa (120 vítimas são tratadas por hora). - 6.301 veículos de resgate e assistência. - 3.830 camiões de bombeiros florestais. - 1.186 guindastes de elevação articulados.

Fonte: Adaptado a partir de DGSCGC (email, 05 de janeiro de 2020) e UME (email, 25 de novembro de 2019).





**Indicador: Modalidade C2**

3.7 Na sua opinião, a autoridade de Coordenação deve estar investida (escolha p.f. apenas uma opção):

No Comandante da força militar (Grupo de Comando) no TO (colocalizado no Posto de Comando Operacional da PROCIV) ☐

No Representante das FFAA junto do Centro de Coordenação Operacional Distrital) ☐

Outra opção ☐ \_\_\_\_\_

3.8 Justifique, p.f., qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_

Se respondeu “Outra opção”, indique, p.f., qual? \_\_\_\_\_

**Indicador: Ativação**

3.9 Na sua opinião, o atual modelo de solicitação/ativação dos meios das FFAA via CCOM/COA/COM é o mais adequado?

Sim ☐ Não ☐

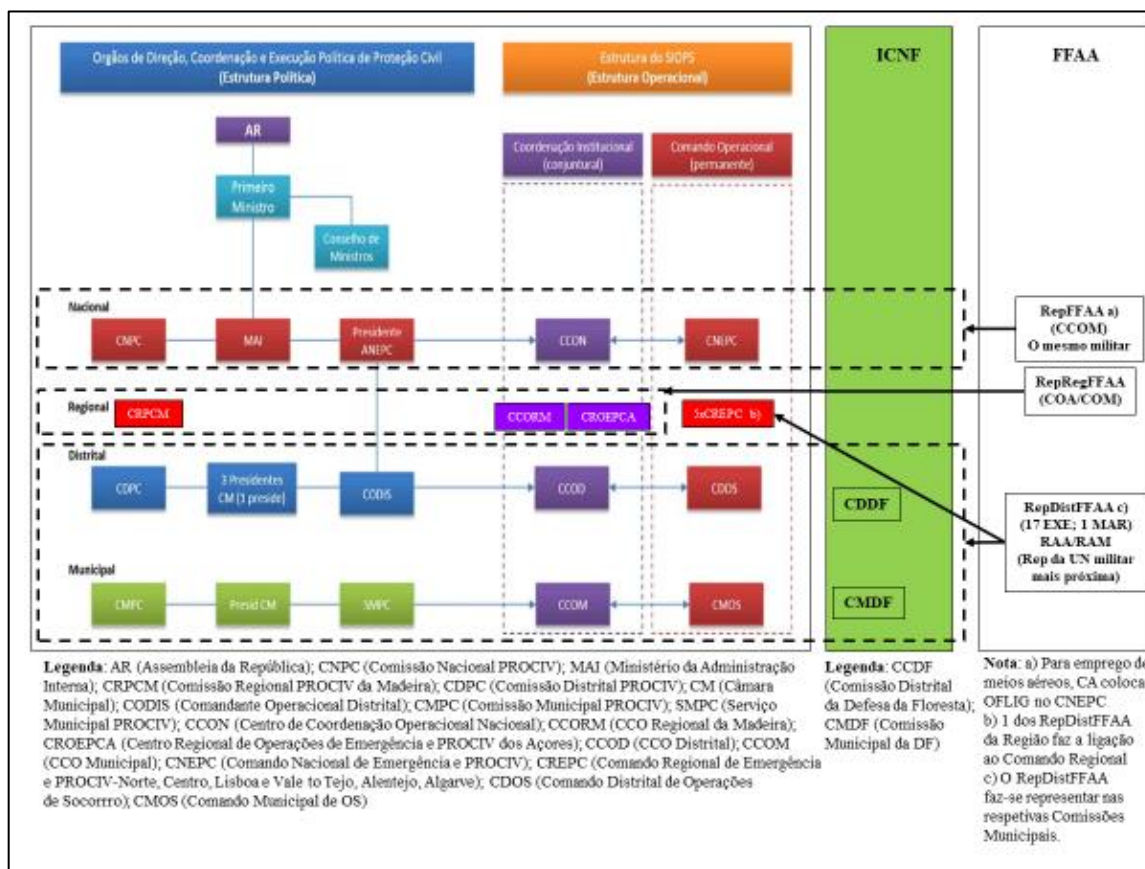
3.10 Justifique, p.f., se respondeu “Não”: \_\_\_\_\_

**Indicador: Articulação**

3.11 Na sua opinião, o atual modelo de articulação/representação com outros agentes PROCIV/sistemas (Figura 3) é o mais adequado?

Sim ☐ Não ☐

3.12 Justifique, p.f., se respondeu “Não”: \_\_\_\_\_



**Figura 3 – Articulação/representação das FFAA com os APC/sistemas**

Fonte: Adaptado de ANEPC (2020) e Decreto-Lei n.º 124/2006 (2006).



**Indicador:** Dispositivo

3.13 Na sua opinião, a atribuição de meios do AME a um TO, deve ser:

Efetuada caso-a-caso, sendo os meios projetados a partir das unidades de origem quando ativados. ☐

Predefinida para cada Ramo por distrito/região, estando os meios preposicionados. ☐

3.14 Justifique, p.f., qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_

**Indicador:** Planos de contingência

3.15 Na sua opinião, escasseando os planos de contingência militares conjuntos no âmbito do AME (à exceção do Plano HEFESTO para o combate a incêndios rurais), e face aos perigos identificados pela ANEPC (Quadro 4), considera que:

Deve existir apenas um plano de contingência conjunto que englobe todos os perigos ☐

Deve existir um plano de contingência conjunto para cada um dos perigos ☐

3.16 Justifique p.f. qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_

**Quadro 4 - Perigos**

RISCOS	TIPOLOGIA
<b>Tecnológicos</b>	NRBQ
	Radiológicas
	Gasodutos e Oleodutos
	Substâncias perigosas em indústrias e armazenagens
	Transporte de mercadorias perigosas
<b>Naturais</b>	Geomorfológicos
	Cheias
	Ciclones
	Incêndios Rurais
	Nevões
	Ondas de calor
	Secas
	Segurança de barragens
	Sismos
	Tornados
	Trovoadas
	Vaga de frio

Fonte: Adaptado de ANEPC (2019b).

**Indicador:** FRI

3.17 Na sua opinião, para a condução de missões de AME complexas, a FRI, e o seu Estado-Maior (EM-FRI), deve ser a primeira força a empregar?

Sim, com ativação total do EM-FRI ☐

Sim, com ativação parcial do EM-FRI, de forma escalável conforme a complexidade da emergência ☐

Não ☐

3.18 Justifique p.f. qualquer que seja a sua resposta: \_\_\_\_\_





**Indicador:** Forças de Operações Especiais

3.19 Na sua opinião, as Forças de Operações Especiais (FOpE) devem ser empregues no âmbito do AME?

Sim ☐ Não ☐

3.20 Se respondeu “Sim”, indique, p.f., com que tipo de valências: \_\_\_\_\_

Se respondeu “Não”, justifique, p.f.: \_\_\_\_\_

**4.<sup>a</sup> parte – Recursos**

**Indicador:** Reforço

4.1 Na sua opinião, as valências predefinidas para o AME (Quadro 5) na DIROP 032/CEMGFA/2018 são suficientes (escolha p.f. apenas uma opção)?

Sim ☐

Não ☐, porque existem valências que pontualmente são utilizadas e não estão listadas.

Não ☐, porque existem valências que podem vir a ser utilizadas e não estão listadas.

Outra opção ☐

4.2 Se não respondeu “Sim”, diga, p.f., quais e/ou que recomenda: \_\_\_\_\_

4.3 Na sua opinião, as comunicações e os sistemas de informação existentes (e.g., SIRESP, comunicações táticas militares) são suficientes para as missões de AME?

Sim ☐ Não ☐

4.4 Se respondeu “Não”, o que recomenda: \_\_\_\_\_

**Indicador:** FRI

4.5 Na sua opinião o catálogo de meios previsto para a FRI deve ser empregue no âmbito do AME (escolha p.f. apenas uma opção)?

Sim ☐

Não, deve existir um catálogo dedicado para o AME ☐

Outra opção ☐

4.6 Se respondeu “Outra opção”, diga, p.f., o que recomenda? \_\_\_\_\_



Quadro 5 – Valências do AME

Capacidades de Apoio Militar de Emergência		EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Comando, Controle e Comunicações	Comando e Controle	X	X	X	X
	Informações e Operações	X	X	X	X
	Recursos	X	X	X	X
	Ligação	X	X	X	X
	Estudos e Planejamento	X	X	X	X
	CIMIC	X	X	X	X
	Comunicações	X	X	X	X
	Sistemas e Tecnologias de Informação	X	X	X	X
	Informação Geoespacial	X	X	X	
	Meteorologia		X	X	X
	Oceanografia		X		
Engenharia Militar	Construções de Emergência			X	X
	Construções Horizontais			X	
	Construções Verticais			X	
	Pontes			X	
	Sapadores			X	
	Captação e Purificação de Água		X	X	X
	Inativação de Engenhos Explosivos			X	
	Topografia			X	
Apoio Sanitário e Intervenção Psicológica	Equipamentos de Emergência			X	
	Sanitário Base		X	X	X
	Cirúrgico			X	
	Emergência e Evacuação		X	X	X
	Farmácia			X	
	Segurança Alimentar			X	
	Apoio Veterinário			X	
Reabastecimento e Serviços	Psicológica		X	X	X
	Reabastecimento		X	X	X
	Alimentação		X	X	X
	Água Potável			X	
	Banhos			X	
	Lavandaria			X	
	Alojamento		X	X	X
	Energia		X	X	X
Manutenção e Transportes	Iluminação			X	
	Serviços Gerais			X	
	Transporte de pessoal		X	X	X
	Transporte de carga		X	X	X
	Transporte e recuperação de viaturas		X	X	X
	Manutenção		X	X	X
Defesa Biológica, Química e Radiológica	Transporte de Matérias Perigosas			X	
	Recuperação de Viaturas			X	X
Busca e Salvamento	Defesa BQR			X	X
	Resgate de grande ângulo		X	X	X
	Neve e Gelo		X	X	
	Espaços Confinados			X	
	Segurança			X	X
	Vigilância e detecção a grandes distâncias			X	X
	Ambiente urbano		X		
Apoio ao Combate de Incêndios	Marítimo		X		X
	Patrulhamento dissuasor e de vigilância		X	X	X
	Rescaldo pós-incêndio		X	X	
	Vigilância ativa pós-incêndio		X	X	
	Engenharia Militar (combate indireto)			X	X
Apoio via aérea	Transporte			X	X
	Coordenação de meios aéreos				X
	MEDEVAC		X		X
	Carga aérea		X		X
Apoio marítimo	Transporte		X		

Fonte: CEMGFA (2018d).



## Apêndice C — Guião da entrevista

De seguida apresenta-se o guião utilizado nas entrevistas realizadas às chefias de topo. De referir que a um dos entrevistados, por pertencer a uma organização não militar, não lhe foram realizadas todas as questões e as que foram, tiveram de ser adaptadas, estando identificadas no presente guião.



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL 2019/20**

**GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A CHEFIAS DE TOPO  
DO EMGFA E RAMOS**

Exmo. Sr. Almirante/General/Coronel

O presente guião de entrevista semiestruturada enquadra-se no âmbito da realização do Trabalho de Investigação Individual (TII) do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2019/20, pelo CMG José Diogo Pessoa Arroiteia, subordinado ao tema “**Modelo organizacional do Apoio Militar de Emergência (AME) das Forças Armadas (FFAA)**”, com o objetivo de contribuir para a sua otimização.

Esta entrevista será conduzida na sequência de um questionário enviado a cerca de 60 especialistas (chefias intermédias) do EMGFA e dos três Ramos, tendo como propósito aprofundar os dados então obtidos.

Apesar da informação aqui recolhida destinar-se, única e exclusivamente, à realização desta investigação, **solicita-se, desde já, a autorização de V.Exa. para as suas respostas poderem ser citadas, após devidamente validadas, na elaboração do Relatório Final do TII.**

Caso a entrevista seja realizada presencialmente, após a sua condução será enviado um esboço final para validação/confirmação.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e colaboração neste estudo, estando disponível para responder a quaisquer questões que possam surgir (contacto: arroiteia.jdp@ium.pt).

Solicito autorização para gravar a entrevista.

**Posto/Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Unidade/Local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_ **Hora de Início:** \_\_\_\_\_ **Hora do fim:** \_\_\_\_\_



(o número de linhas colocado para cada resposta é meramente indicativo)

### **DOCTRINA**

1. As missões do AME encontram-se diluídas nas Missões das FFAA 5.1 (**MIFA 5.1 -Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens**), as quais incluem tarefas como **transporte de órgãos para transplante, proteção das infraestruturas, segurança da navegação marítima e aérea**, que não estão diretamente relacionadas com a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes. Considera que as missões AME devem ser uma MIFA exclusiva ou continuar incluídas nas MIFA 5.1?

(Questão 1 adaptada: Considera que ausência de doutrina militar conjunta relativa ao AME tem tido impacto no apoio prestado pelas FFAA?)

---

2. Atualmente, a capacidade AME do Sistema de Forças (SF) 2014 (e correspondente rúbrica da LPM) está atribuída apenas ao Exército. Para uma maior eficiência e eficácia das FFAA, considera vantajoso que a capacidade AME seja alargada aos outros Ramos ou concentrada no EMGFA?

(Questão 2 adaptada: Considera que o facto da capacidade AME do Sistema de Forças (SF) 2014 (e correspondente rúbrica da LPM) estar atribuída apenas ao Exército, tem tido impacto no apoio prestado pelas FFAA?)

---

### **ORGANIZAÇÃO**

3.1 Qual a sua perceção quanto à adequabilidade da atual estrutura organizacional do CCOM de suporte ao AME, que é constituída apenas por um militar dedicado aos inúmeros e complexos assuntos atinentes.

(Questão 3.1 adaptada: Qual a sua perceção quanto à adequabilidade da atual estrutura organizacional do CCOM de suporte ao AME e da forma de representação/ligação das FFAA junto da ANEPC/SIOPS?)

---

3.2 Para a condução de missões de AME de maior complexidade, qual a sua apreciação quanto à ativação (total ou parcial) do *Crisis Establishment* (CE) do CCOM e quanto ao *Transfer Of Authority* (TOA) dos meios dos Ramos para o CEMGFA?

---

3.3 Qual a sua perceção quanto à adequabilidade do atual modelo do AME, estabelecido na DIROP 032/CEMGFA/2018, que contempla os processos relativos à participação das FFAA em ações de Proteção Civil, nomeadamente, formas de apoio, solicitação/ativação dos meios, articulação/representação junto de outros Agentes de Proteção Civil/sistemas nacionais, prontidão dos meios, entre outros.

(Questão 3.3 adaptada: Qual a sua perceção quanto à adequabilidade do atual modelo do AME, relativamente às formas de apoio, solicitação/ativação dos meios, prontidão e posicionamento dos meios, entre outros processos?)

---



3.4 Considera que a DIROP 032/CEMGFA/2018 e o Plano HEFESTO (Participação das FFAA no âmbito dos Incêndios Rurais) são Planos de Contingência suficientes para mitigar os perigos e potenciais riscos?

(Questão 3.4 adaptada: Considera que os Planos de Contingência militares atualmente existentes são suficientes para mitigar os perigos e potenciais riscos estabelecidos pela ANEPC?)

---

3.5 Para a condução de missões de AME, qual a sua apreciação quanto ao emprego da FRI no TO (total ou parcial e de forma escalável)?

---

3.6: Para a condução de missões de AME, qual a sua apreciação quanto ao emprego de Forças de Operações Especiais?

---

## **RECURSOS**

4.1 Considera que as valências listadas na DIROP 032/CEMGFA/2018 são suficientes, ou poderiam existir outras (umas já utilizadas, outras ainda não empregues) que deveriam ser incluídas?

(Questão 4.1 adaptada: Considera que as capacidades/valências disponibilizadas pelas FFAA, no âmbito do AME, têm sido suficientes, ou existem outras que deveriam ser incluídas?)

---

4.2 Tendo em consideração a sua experiência, considera adequado o emprego do catálogo de meios da FRI no âmbito do AME, ou deveriam existir catálogos separados?

---

**Apêndice D — Respostas ao *Request For Information* enviado a Espanha e França****Resposta ao *Request For Information* de Espanha,  
recebido em 26 de novembro de 2019****Quadro 33 - Dados da UME**

<b>Unidade</b>	Unidad Militar de Emergencias (UME)
<b>Missão</b>	Intervir em qualquer parte do TN, de forma a contribuir para a segurança e o bem-estar dos cidadãos, juntamente com instituições estatais e Administrações públicas, em casos de risco grave, catástrofe, calamidade ou outras necessidades públicas, de forma a melhorar a resposta do Estado a emergências.
<b>Tipologia de intervenção</b>	Quando ocorrer uma das seguintes situações de emergência de natureza grave: <ul style="list-style-type: none"><li>– Com origem em perigos naturais, incluindo inundações, terremotos, deslizamentos de terra, grandes nevões e outros fenômenos meteorológicos adversos de grande magnitude;</li><li>– Incêndios florestais;</li><li>– Derivados de perigos tecnológicos (e.g., químicos, nucleares, radiológicos e biológicos);</li><li>– Resultantes de ataques terroristas ou atos ilegais e violentos, inclusive contra infraestruturas críticas, instalações perigosas ou com agentes nucleares, biológicos, radiológicos ou químicos;</li><li>– A poluição do meio ambiente.</li></ul>
<b>Tipologia de Força</b>	A UME, criada em 2005, é uma força conjunta autónoma permanente, na dependência direta do Ministro da Defesa, com um total de 3.500 efetivos.
<b>Composição da Força</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– 1 Quartel-General (Madrid);</li><li>– 1 Regimento de Apoio e Intervenção de Emergência (Madrid);</li><li>– 1 Batalhão de Transmissão (Madrid);</li><li>– 5 Batalhões de Intervenção de Emergência (Madrid, Sevilha/Canárias, Valencia, Saragoça, Leão);</li><li>– Escola de Emergência Militar;</li><li>– Sob comando operacional:<ul style="list-style-type: none"><li>– 1 Batalhão de Helicóptero de Emergência (pertence ao Exército);</li><li>– 1 Grupo de aéreos pesados (pertence à Força Aérea).</li></ul></li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Ver Figura 1 do Apêndice B</b></p>
<b>Capacidades</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Comando e Controlo;</li><li>– Direção Operacional de Emergência de Interesse Nacional. Neste caso a UME pode solicitar o apoio necessário às FFAA e a outras administrações públicas e privadas, para aumentar as presentes capacidades, especialmente em termos de restauração serviços essenciais e cuidados à população afetada (e.g., apoio psicológico, sanitário e logístico);</li><li>– Intervenção de Incêndio Florestal;</li><li>– Intervenção contra Inundações;</li><li>– Intervenção da tempestade do inverno;</li><li>– Intervenção em terremotos, vulcões e deslizamentos de terra;</li><li>– Intervenção em Perigos Tecnológicos e Contaminação Ambiental;</li><li>– Intervenção ambiental básica;</li><li>– Assistência à população afetada;</li><li>– Proteção dos Bens Culturais;</li><li>– Intervenção de emergência na sequência de ataques terroristas, atos ilícitos e atos violentos;</li><li>– Apoio às Forças e Corpos de Segurança do Estado e a outras administrações públicas;</li><li>– Intervenção em grandes acidentes aéreos ou ferroviários;</li><li>– Assistência a múltiplas vítimas.</li></ul>



<b>Recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Posto de Comando Fixo e Posto de Comando Projetável;</li><li>– Postos de Comando móveis em veículos/contentores e em helicóptero;</li><li>– Meios aéreos de asa fixa e helicópteros;</li><li>– Ambulâncias (suporte básico e suporte avançado de vida);</li><li>– Carros combate a incêndios;</li><li>– Acampamentos de apoio às vítimas (com os respetivos apoios: água, eletricidade, sanitário, alimentação);</li><li>– Viaturas de comunicações (incluindo via satélite);</li><li>– Embarcações pneumáticas e semirrígidas;</li><li>– Máquinas de arrasto e retroescavadoras;</li><li>– Estação NBQR (descontaminação de pessoas e material, reconhecimento, tratamento de resíduos);</li><li>– Viaturas de esgoto de água e lodo;</li><li>– Viaturas limpa-neves;</li><li>– Viaturas de transporte de pessoal e material, guindastes e motocicletas).</li></ul>
-----------------	--

Fonte: UME (email, 25 de novembro de 2019).

### **Resposta ao Request For Information de França, recebido em 5 de janeiro de 2020**

Na França, o AME é baseado numa cadeia de comando territorial paralela à cadeia de comando civil, esta assegurada pela Direction Générale de la Sécurité Civile et de la Gestion des Crises (DGSCGC), sob a dependência do Ministério do Interior. Esta cadeia de comando é territorial (níveis nacional, zonal e departamental).

O AME assume três formas diferentes:

- Solicitação de recursos por um prefeito (principalmente para missões de ordem pública e não-socorro);
- Solicitação de assistência militar, cumprindo a regra dos “4I” - meios civis insuficientes, inexistentes, inadequados ou indisponíveis;
- Memorandos de Entendimento de três anos (e.g., para incêndios florestais na zona sul e durante o verão, colocando à disposição do Ministério do Interior, helicópteros de transporte, equipamento pesado e militares para patrulhamento).

**Quadro 34 - Dados da DGSCGC**

<b>Missões</b>	Alerta e Informação, proteção de pessoas, propriedade e ambiente, promoção da segurança civil no exterior.
<b>Tipologia de intervenção</b>	Prevenção
	Previsão.
	Operações de resgate: <ul style="list-style-type: none"><li>– Ajudar as pessoas;</li><li>– Resgate de água;</li><li>– Salvamento de incêndio;</li><li>– Estabelecer redes de transmissão auxiliares;</li><li>– Operações de socorro subterrâneas.</li></ul>
	Ações de apoio às populações afetadas: <ul style="list-style-type: none"><li>– Responder ao apelo de mobilização;</li><li>– Ajudar e garantir a proteção das populações afetadas.</li></ul>
	Treinar voluntários: <ul style="list-style-type: none"><li>– Coordenação e gestão da ação voluntária.</li></ul>
<b>Tipologia da força</b>	Com base nos bombeiros (250.000 [79% voluntários] e 12.500 militares/fuzileiros), sob a dependência direta do Ministro do Interior. Há planos para reforço militar. Existem ainda 10.400 bombeiros militares divididos pelos corpos de Paris e Marselha.





<b>Tipologia do dispositivo de intervenção</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– 1 Quartel-General (Paris);</li><li>– 7 comandos regionais (cada um com 200 militares em prontidão). 7 zonas de defesa e segurança em áreas metropolitanas, válido para civis e FFAA;</li><li>– 3 Unidades Militares da Segurança Civil - Unidades de Formação e Intervenção de Segurança Civil (UIISC), compostas por 1.500 militares do Comando terrestre para o território nacional. Estas unidades militares armam 18 módulos de intervenção (e.g., helicópteros, engenharia, combate a inundações, NBQR, desminagem, hospital de campanha projetável) que podem ser projetados no TN e no exterior e são certificados no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.</li><li>– 4 Centros de Operações Logísticas, dependentes das UIISC de formações militares de segurança civil.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Ver Figura 2 do Apêndice B</b></p>
<b>Capacidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Resgate de pessoas;</li><li>– Combate a incêndios florestais;</li><li>– Controlo de inundações;</li><li>– Reconhecimento e zonagem da NBQR;</li><li>– Descontaminação em massa;</li><li>– Combate à poluição marítima e fluvial;</li><li>– Resgates em diversos ambientes (água, montanha, grutas, ravinas);</li><li>– Equipas cinotécnicas, mergulhadores;</li><li>– Tratamento de água.</li></ul>
<b>Recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– 1 posto de comando fixo interdepartamental;</li><li>– 2 camiões de líquido retardador de alta capacidade;</li><li>– 26 aviões e 39 helicópteros;</li><li>– Camiões e retroescavadoras;</li><li>– 22 barcos de reconhecimento e salvamento;</li><li>– 1,5 km de controlo de inundações;</li><li>– 300 m<sup>2</sup> de plataformas flutuantes, numerosas instalações sanitárias;</li><li>– 50 canais de descontaminação NBQR (120 vítimas por hora);</li><li>– 6.301 veículos de resgate e assistência;</li><li>– 3.830 camiões de bombeiros florestais;</li><li>– 1.186 balanças mecânicas.</li></ul>

Fonte: DGSCGC (*email*, 05 de janeiro de 2020).